

INEZ MARIA BITENCOURT DO AMARAL

**ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS:
A IGREJA CATÓLICA NA REGIÃO DE DOURADOS
(1943 – 1971)**

INEZ MARIA BITENCOURT DO AMARAL

ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS:

A Igreja Católica na Região de Dourados
(1943 – 1971)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jérri Roberto Marin

Dourados – 2005

INEZ MARIA BITENCOURT DO AMARAL

ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS:

A IGREJA CATÓLICA NA REGIÃO DE DOURADOS

(1943 – 1971)

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Dourados, _____ de _____ de _____.

DADOS CURRICULARES

INEZ MARIA BITENCOURT DO AMARAL

NASCIMENTO	15/12/1964 – DOURADOS/MS
FILIAÇÃO	Miguel Ângelo do Amaral Alzira Bitencourt do Amaral
1985/1988	Curso de Graduação em História Centro Universitário de Dourados, UFMS
1990/1991	Curso de Pós-Graduação em Metodologia do Ensino, nível de Especialização, no Centro Universitário de Dourados, UFMS.
1998/2000	Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, nível de Especialização, no Centro Universitário de Dourados, UFMS.
2002	Curso de Pós-Graduação em Gestão Empreendedora de Negócios, nível de especialização, no Centro Universitário da Grande Dourados.

2003/2005 Curso de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado, na
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados.

RESUMO

A dissertação de mestrado apresenta as crises vividas pela Igreja Católica na segunda metade do século XX, que produziram embates em torno da atuação dessa instituição na sociedade, permeados pela luta entre as alas conservadora e progressista. A análise tomou como objeto de estudo o grande fluxo de pessoas no extremo sul de Mato Grosso, a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e a criação da Diocese de Dourados. Procurou-se, ao longo dos três capítulos, apresentar a heterogeneidade cultural local e os intensos contatos fronteiriços, geradores de uma sociedade resistente às normatizações católicas. Acrescenta-se a compreensão das dificuldades internas enfrentadas por essa instituição, como a escassez de clero, de recursos financeiros e patrimoniais. Buscou-se uma análise ambivalente postulada, por meio da crítica documental e bibliográfica, que a referida população apresentou diversos modos de manifestação do sagrado, o que frustrou as tentativas homogeneizantes da igreja, permeadas na disputa pelo mercado de bens simbólicos. As atuações da Igreja Católica na região revelaram-se como conservadoras e mantenedoras da ordem social vigente.

ABSTRACT

This Master's dissertation describes the crises experienced by the Roman Catholic Church in the second half of the 20th century that resulted in disputes concerning its role in society, beleaguered by tensions between the conservative and progressive factions. The object of study was the great influx of people in the very South of Mato Grosso state, in particular the Dourados region, with the establishment of the National Agricultural Colony of Dourados (CAND) and the formation of the Diocese of Dourados. The three chapters attempt to portray how the diversity of the local culture and the intensity of frontier exchange produced a society with strong resistance to Roman Catholic norms. Additionally, it analyzes the internal difficulties faced by that institution, such as its shortage of clerics, limited assets and financial resources. The investigation is meant to be ambivalent,

postulating, through extensive critique of the available documents and bibliography, that the people settling in the Dourados region developed an eclectic approach to the sacred frustrating all attempts of the Church to impose its views. This was also permeated by the dispute with other religious for the property of sacred symbols. The attitude of the Roman Catholic Church in the region proved to be conservative as upholders of the established social order.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado de um esforço desenvolvido ao longo dos últimos três anos e que contou com a colaboração e incentivo de muitos. Agradeço ao professor Dr. Jérri Roberto Marin, meu orientador. Foi ele quem veio a sugerir esta pesquisa e a oferecer todo um suporte técnico desde a elaboração do pré-projeto, em 2002, até o resultado final. De fato, seu interesse pela pesquisa histórica de conteúdo crítico foi deveras inspirador. Na verdade, há inúmeros trabalhos em andamento e outros tantos já publicados acerca da atuação da Igreja Católica no Brasil, no entanto, foi o meu primeiro mergulhar na temática religiosa. Justamente por isso, estendo o agradecimento a todos os que foram meus professores no Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela atenção, pelos materiais fornecidos e sugestões propostas. São eles: Cláudio Alves de Vasconcelos, Damião Duque de Farias, João Carlos de Souza, Maria do Carmo Brazil,

Paulo Roberto Cimo Queiroz e Vilma Eliza Trindade de Saboya.

Para recolher as fontes, contei com a colaboração de diversas pessoas responsáveis pelos arquivos que foram pesquisados: Arquivo da Paróquia Imaculada Conceição, Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, Arquivo da Cúria Diocesana de Dourados, Arquivo do Jornal *O Progresso* e o Arquivo do Museu Histórico de Dourados. Pela ordem cronológica de entrada nessa aventura menciono Antônio Bitencourt do Amaral, Padre Wilson Cardoso de Sá, Bispo D. Redovino Rizzardo, Diácono Nilson Domingos, Adiles do Amaral Torres, Blanche Torres, Euzanete Medeiros da Costa e Silas José Rodrigues.

No curso destes três anos vali-me também de diversos incentivos. Entre eles, contei com o do Sérgio Barros, arquiteto e professor da Unigran, que com sabedoria instigou-me com perguntas interessantes. A troca de idéias com ele, que já tem um certo tempo, foi fundamental para estimular-me nas horas difíceis e abrir as portas de meu amadurecimento sobre o tema. Tive também outros interlocutores estimulantes, como as colegas Andréa Alves e Almerinda Rodrigues. Por fim, não posso deixar de mencionar meu querido amigo professor Moisés Celso de Oliveira, que foi muito mais do que um leitor atento e um corretor de meus textos.

Ao estímulo intelectual soma-se aquele pessoal e afetivo, como os das sobrinhas Fabiana, Heloísa e Ana Paula, sem cujos apoios combinados de digitações e sugestões dificilmente este trabalho chegaria ao fim. Uma outra forma de apoio, não menos importante, vem sempre de toda a família Bitencourt do Amaral, que em nenhum momento deixou de me apoiar. Gostaria que aceitassem esta dissertação como um presente.

“A história é a reconstrução sempre
problemática e incompleta daquilo que já

não é mais.”

Pierre Nora

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	22
1.1 Quadro Social e Político de Dourados entre as décadas de 1920 e 1940.....	22
1.2 Do catolicismo sem padres à organização paroquial.....	38
CAPÍTULO II.....	52
2.1 A Igreja Católica nas décadas de 1940 e 1950.....	52
2.2 A disputa pelo poder.....	61
CAPÍTULO III.....	83
3.1 Entre rupturas e permanências: a diocese de Dourados (1958-1971).....	83
3.2 D. José de Aquino Pereira e o início da diocese de Dourados.....	94
3.3 D. Carlos Schimitt e a organização da Diocese de Dourados.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115

LISTA DE FIGURAS

Mapa n° 1: Localização do Município de Dourados.....	52
Mapa n° 2: Mapa Localização da CAND.....	74
Mapa n° 3: Genealogia das paróquias da diocese de Dourados.....	98

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 26 de agosto de 2005.

INEZ MARIA BITENCOURT DO AMARAL

INTRODUÇÃO

O ano de 2005 encontra a diocese de Dourados organizada em 34 localidades, formadoras de 44 paróquias, e atendidas por 60 padres. Entre estes encontramos 22 Diocesanos, 10 Verbitas, 06 Pobres Servos, 02 Oblatos, 11 Palotinos, 02 Javistas, 02 Carmelitas, 05 Salesianos, 01 Orionita, 09 Franciscanos, 03 Boa Nova, 04 Redentoristas e 01 Instituto São José. Como auxiliares possui 19 Institutos Religiosos femininos e 14 masculinos, envolvidos num trabalho espalhado em diversos núcleos pastorais que compõem o extremo sul de Mato Grosso do Sul[1].

Isso posto, é observável que, ao longo dos quase 80 anos de atuação na região de Dourados, a Igreja Católica passou por transformações consideráveis, não só no mundo, mas também no Brasil e, principalmente, no sul de Mato Grosso do Sul. Os ventos da mudança ganharam consistência com o papa João XXIII e a convocação do Concílio Vaticano II, que propunha o repensar do papel da Igreja e suas formas de participação na sociedade do século XX. As discussões possibilitaram tecer novas formas de eclesialidade, formar as Comunidades Eclesiais de Base, os Conselhos Paroquiais, os Conselhos Diocesanos de Pastoral, Assembléias Diocesanas e as Assembléias das Igrejas, preocupadas na abertura de um diálogo entre as ações regionais e as nacionais em torno da CNBB e da participação do leigo nas práticas religiosas.

Apesar dessa proposta inovadora, uma parte significativa do clero era formada por um bloco de cunho mais conservador, que via nas propostas de mudança um desvio da verdadeira doutrina cristã. Em virtude disso, passou a lutar incessantemente pelo poder dentro da cúpula decisória do clero brasileiro, inclusive com forte influência sobre a escolha dos bispos de determinadas regiões do país. Permeado pelo embate entre progressistas e conservadores, o sul de Mato Grosso passou por divisões eclesiais, que resultaram na criação das dioceses de Campo Grande e de Dourados.

Esse quadro apresentado demonstra a impossibilidade de propor um entendimento único para o ser católico no Brasil, bem como a necessidade de balizar o espaço entre fiel e instituição. Há uma influência institucional sobre o fiel, porém esta não o reduz a um mero objeto. O indivíduo apropria-se da doutrina e a transforma em um instrumento utilitário ao que lhe parecer mais conveniente de acordo com as finalidades que se apresentarem necessárias. Com esse pressuposto, será analisada a atuação da Igreja Católica na região de Dourados, entre 1943 e 1971, marcada pela criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e pelo término da segunda gestão episcopal da diocese de Dourados.

No caso específico do Brasil, há uma teia de relacionamentos entre a esfera religiosa e a esfera do Estado no que diz respeito às manifestações culturais. Portanto, qualquer estudo que envolva o universo religioso brasileiro, caminha entre as fronteiras do público e do privado e entre o

religioso e o social. Consciente desses percalços, esta dissertação assume uma abordagem historiográfica para enfrentar o tema sugerido: as atuações da Igreja Católica na região de Dourados.

A proposta encontra-se na reconstrução de um passado a partir das representações e das práticas da Igreja Católica no âmbito da atuação da CAND[2], na busca da descoberta dos significados e das significações existentes no contorno dos fatos apresentados e superar a relação presente / passado. A análise levará em conta as estratégias e as ações utilizadas pelo clero atuante na região, na tentativa da compreensão das especificidades culturais, dos conflitos e das aproximações com as esferas do poder eclesial com a população, frente aos variados interesses dos agentes sociais. Assim, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão da história da Igreja Católica no Mato Grosso do Sul, que permita a ampliação dos debates acerca da religiosidade na formação social, cultural e histórica local. Não há pretensão em esgotar o assunto, mas um desejo de que esta dissertação resulte em novos trabalhos sobre o tema em questão.

Há no Brasil uma população heterogênea, o que levou a Igreja ao enfrentamento com as exclusões sociais e com a concorrência religiosa. Por parte do clero católico, passava a ser imperativa a busca da ampliação da influência católica na sociedade e no estilo de vida da população. Isso só seria possível por meio da combinação de um complexo conjunto de ações adaptáveis ao estilo de vida da população local e ao trânsito considerável de pessoas na região, em virtude da CAND, dos loteamentos particulares e das ações dos governos estadual e municipal.

O período escolhido para esta dissertação, e que envolve inclusive as duas primeiras gestões episcopais da diocese de Dourados, marca a passagem de três Papas – Pio XII, João XXIII e Paulo VI, o que possibilitará a avaliação do processo de reorganização da Igreja de forma privilegiada. O primeiro declarou-se extremamente severo contra o comunismo e autoritário em relação à doutrina cristã. Foi forte inimigo das manifestações religiosas não-católicas, dos direitos humanos e da liberdade de religião. O segundo viu com alegria o pluralismo cultural, ideológico e religioso. Por outro lado, reafirmou o direito à propriedade privada. Convocou o Concílio Vaticano II e possibilitou a criação da expressão *Povo de Deus* para designar a associação de pessoas ligadas pela fé católica, embora pecadora e provisória. Por fim, o terceiro teve que lidar com uma série de movimentos contestatórios surgidos no interior da Igreja, que se sentiam atraídos pela análise marxista e suas estratégias de luta, principalmente na América Latina.

A Igreja, por meio dos discursos papais, apelava para os valores morais, para a justiça e rejeitava os egoísmos entre os homens. Nada em seus discursos levava a crer que a violência fosse o caminho para a solução das diferenças. Porém, reconhecia-se que a sociedade não era um conjunto harmônico e supunha ser preciso que todos se empenhassem e cooperassem para o bem comum. Era

a teoria da diferença e da complementaridade sem choques.

A ação da CNBB[3] tinha como objetivo mais imediato a formulação uma política de ação/expansão para a crise católica em curso, entre as décadas de 1950 e 1960, em virtude do desencadear de um movimento amplo de crescimento espacial das igrejas evangélicas, dos centros espíritas e das religiões afro-brasileiras. A atuação desses bispos apostava numa multiplicação planejada proposta pela centralização decisória em Roma que, ao produzir uma visão católica do mundo, abasteceria projetos sociais capazes de auxiliar na solução de problemas estratégicos por eles identificados e equacionados.

As manifestações religiosas da população passaram a ser classificadas, pelo clero católico conservador, como práticas alteradoras e vulgarizadoras de sua *mensagem autêntica*. Boa parte da população douradense ficou desassistida de padres por longos períodos, principalmente entre as décadas de 1920 e 1930, e, em virtude disso, passou a adquirir práticas religiosas que desagradavam profundamente o clero nacional, como as benzeções, a freqüência aos terreiros de umbanda, aos pajés ou a outros segmentos que houvesse. Como ignorá-las, entretanto, se representavam o *passaporte* para a atuação clerical?

No início do século XX, um dentre os principais problemas divisados na agenda dos bispos era o da falta de uma unidade religiosa, o que justificaria uma ação que multiplicasse o número de dioceses e de paróquias por todo o país. Assim, por meio da disciplina normatizadora da Igreja Católica não só haveria a reordenação do clero brasileiro como, ao mesmo tempo, o transformaria num condutor das atividades religiosas, na busca da manutenção do leigo sob as orientações da Igreja Católica[4].

Fica evidente que a Igreja Católica pretendia fortalecer-se internamente e garantir sua sobrevivência na concorrência do mercado de bens simbólicos no Brasil. Nessa medida, pode-se dizer que o catolicismo não mais abandonou o horizonte das formulações e das reformulações das lutas pela sua permanência. Nesse contexto, as articulações católicas estão imersas muito mais no social do que no espiritual, em relação à disputa pela concorrência religiosa, permeadas por um grau maior ou menor de conservadorismo, as quais dependem das dificuldades a serem enfrentadas diante das complexidades regionais.

A chamada “Era Vargas” foi um período deveras complexo na vida brasileira. A Igreja Católica viu a possibilidade da abertura de um espaço real para a redefinição de sua situação dentro da sociedade civil e com os grupos instalados no poder. Ao longo da década de 1930, esta prestou seu apoio ao fortalecimento do Estado, principalmente diante da ameaça do crescimento do movimento operário, e criou uma série de organizações católicas no intuito de formar intelectuais católicos[5].

Nesse período houve uma aliança tácita entre a Igreja e o Estado, numa estratégia em busca de resultados. Não há dúvida de que foram quinze anos de farta colheita para o clero nacional. Embora não tenha conseguido atingir todas as suas reivindicações, galgou um espaço importante na sociedade brasileira, na mediação entre grupos sociais e políticos dominantes, que utilizaram inúmeras estratégias para barrar o caminho da luta de classes. Assim, Vargas permitiu a abertura do poder a grupos intelectuais católicos, que passaram a ocupar posições decisórias no Estado[6]. Ao mesmo tempo, a instituição clerical conseguiu colaborar para a manutenção e a legitimação do poder existente, por meio de um moralismo católico. Nessa medida, ambos fortaleceram-se dentro da sociedade brasileira.

Também houve um esforço considerável da elite decisória em direção à construção de uma representação do trabalho e do trabalhador, no encaminhamento do discurso e a ação rumo a uma estratégia disciplinar, ordeira e longe dos *vícios mundanos*. Ao invés da preguiça, do consumo de bebidas alcoólicas e das reivindicações através da luta de classes, haveria uma série de concessões de direitos trabalhistas, ou que levaria ao *engrandecimento* do Brasil. A Igreja ajudou a fortalecer essa linha de ação. Isso será visto com mais clareza nesta dissertação por meio das atuações governamentais e clericais dentro da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Na região de Dourados o clero local aproveitou-se de sua situação favorável, dos investimentos governamentais e do grande afluxo de pessoas, ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960, para formar uma massa católica, num complexo jogo de relações que envolveu as elites locais, os comerciantes e os camponeses que se assentavam. Nesse sentido, os religiosos dispuseram-se a utilizar táticas diversas como a sondagem, a avaliação e a exploração de todas essas forças, com os seus significativos pesos econômicos e sociais, numa tendência de adaptação conforme a situação se apresentava.

A colaboração entre a Igreja Católica e o Estado atingiu níveis elevados na década de 1950. O assistencialismo social católico, que ganhara forças durante o Estado Novo, deu um passo significativo numa defesa pela transformação das estruturas no país, o que se apresentava como o início de uma futura cisão. Em virtude dessa luta por mudanças, houve a criação da Conferência Nacional dos Bispos, em 1952, que propôs o entrosamento do episcopado brasileiro em torno da discussão dos problemas nacionais. Esta serviu para demonstrar que há uma força católica poderosa no campo social e político, que pôde ser capaz de questionar a luta conservadora pela unanimidade dominadora[7].

No atendimento ao pedido do papa João XXIII, os bispos brasileiros elaboraram, em 1962, um Plano de Emergência para a Igreja do Brasil, que levou em consideração os estudos elaborados pela sociologia e pela psicologia, e deu ênfase à comunidade, onde o altar deveria ser o centro da

vida, inspirada no amor e na responsabilidade da salvação dos homens, sendo o padre um curador de almas e um líder formador de comunidades – o que não deixou de ser uma situação nova, principalmente ao levar-se em conta que o número de padres era muito reduzido e a alternativa parecia encaminhar-se em direção à formação de líderes leigos[8].

A grande preocupação centrava-se nas paróquias, que devido às suas enormes extensões impediam uma ação mais concentrada de seus vigários. Também perceberam que havia muita passividade nos fiéis ao assistirem à missa e grande indiferença às orientações papais. A principal barreira identificada, neste último caso, foi a linguagem utilizada, pois a mesma era de difícil entendimento, principalmente aos mais humildes. Até então, o ritual eucarístico era proferido em latim. Assim, era preciso definir o lugar dos leigos nas atividades da Igreja e estabelecer um planejamento conjunto.

Por esse rápido percurso histórico, foi possível perceber que a história da Igreja Católica é um entremear de rupturas e de permanências. Nesse sentido, esta dissertação analisará a longevidade conservadora dessa instituição e seus descompassos em relação à sociedade local. Pretende-se interpretar alguns discursos e algumas ações do clero local, na tentativa de identificar se houve ou não rupturas nos discursos e nas práticas católicas locais após o Concílio Vaticano II.

Para o desenvolvimento desta dissertação houve a utilização das avaliações teóricas estudadas ao longo das disciplinas oferecidas pelo programa e pelas orientações recebidas. No conjunto, permitiram o avanço nas análises propostas. Entre o corpo de teóricos estudados, merece destaque Bourdieu, que atenta para a eficácia simbólica da linguagem e de seus mecanismos auxiliares na reprodução das relações de reconhecimento e do sentimento de pertencimento[9], bem como a avaliação da concorrência pela manipulação do monopólio do sagrado[10].

A Igreja Católica teve diversas formas, diversos olhares de si mesma a partir de condicionantes sociais, o que envolveu mudanças institucionais, mudanças de linguagem ou de pensar, ao exagerar determinados aspectos da realidade e somar com características próprias, unindo-os num todo razoavelmente homogêneo. Percebe-se que ela não foi sempre a mesma e, em determinados momentos históricos, agiu e posicionou-se diferentemente de épocas anteriores e posteriores, o que lhe confere uma especificidade, uma característica única. Nesse caminho, Wernet[11] oferecerá uma importante contribuição no empréstimo do termo autocompreensão, que permite a análise dos discursos e das práticas do clero local.

O estudo das diversas autocompreensões possibilita o entendimento das ações da Igreja Católica em um referido momento histórico, sem que seja necessária a recorrência de generalizações deformadoras. O conceito referido sugere propostas de permanências e, como tal apresenta seus limites. Porém, não é possível negar que elas ocorreram. Por outro lado, como seria possível explicar que uma Igreja de base conservadora passasse a questionar-se, a tornar-se aparentemente

mais tolerante e aproximar-se do leigo? Essas mudanças ocorreram dentro do Concílio Vaticano II? Em que medida alteraram as relações sociais ou sofreram impacto delas?

Dentro dessa proposta, faz-se necessária a consideração da heterogeneidade cultural e lingüística bem como a força múltipla de interesses individuais e sociais que marcaram a formação da região de Dourados. Nesse sentido, Canclini[12] chama a atenção para a existência de uma rede de relações plurais e múltiplas que formam determinadas sociedades.

Em relação à compreensão da história da Igreja Católica em Mato Grosso, não é possível deixar de citar a importante contribuição de Marin[13], principalmente em suas análises acerca do universo formador da diocese de Corumbá, da cultura local e das tentativas desta instituição em disciplinar o católico local. Também foi fundamental observar as interpretações de Farias[14], tanto em relação ao entrecruzar dos poderes religioso e estatal, quanto às rupturas e permanências da Igreja Católica no Brasil. Seus trabalhos são consistentes sobre os envolvimento desta com as questões político-sociais brasileiras e nas suas tentativas de resolução dos problemas nacionais. Entenderam que o poder está disseminado no interior da instituição, porém concentra-se na sua alta hierarquia, que tem a capacidade de delimitar, de reprimir e de modificar as diferenças.

Outro auxílio significativo a esta dissertação veio das produções dos padres franciscanos Knob[15], Elsing[16] e Leitz[17]. O primeiro fez um longo trabalho de análise e de levantamento de dados da atuação dos Franciscanos no Mato Grosso, inclusive em Dourados. O segundo, narrou a atuação dos Franciscanos nas visitas pelo interior de Mato Grosso e das crises vividas pela Igreja no mundo. Já o terceiro, produziu um levantamento documental, que resultou num texto sobre os vinte e cinco anos da Diocese de Dourados. Os dois últimos atuaram intensamente como religiosos no município. Trazem a riqueza do olhar do estrangeiro sobre a região, cuja característica principal é a ambigüidade. Para aprofundar esse olhar ambíguo e avançar numa análise ambivalente, não seria possível excluir o belíssimo trabalho de Galetti[18], que estudou a construção identitária de Mato Grosso e suas ligações com a busca imaginária de uma Brasil progressista.

Esta dissertação foi possibilitada pela investigação dos documentos existentes, ou seja, dos artigos publicados nos jornais locais e do estado, do exame do arquivo da *Cúria Diocesana de Dourados* e de algumas de suas paróquias, do arquivo do *Museu Histórico de Dourados*, do arquivo da *Câmara Municipal de Dourados* e do *Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul*. Por fontes, entendem-se as mais variadas formas de registro humano que possibilitem a análise proposta. Não há como negar a importância das discussões realizadas ao longo das aulas oferecidas por este Programa de Pós-Graduação, que ficarão visíveis ao longo dos capítulos.

Os livros-tombo são muito importantes neste tipo de pesquisa histórica. Neles o vigário paroquial ou o bispo diocesano organizam um resumo mensal das atividades e dos eventos ocorridos naquele determinado ano. A primeira situação refere-se a uma paróquia e, a segunda, a

uma diocese. Constantemente serão citados no decorrer das análises propostas ao longo dos capítulos apresentados.

A opção metodológica de análise levou em consideração a construção simbólica marcada pela ambivalência, sem o esquecimento da absorção de conceitos baseados em pares opostos, como progresso/atraso, civilização/barbárie, oficial/popular e litoral/sertão, pois os mesmos encontram-se expressos nos artigos de jornais, nos documentos religiosos e até nas entrevistas realizadas, como argumentos justificativos nas mais variadas circunstâncias. Houve uma considerável pesquisa bibliográfica, que estará presente ao longo dos capítulos. Os jornais também constituíram uma fonte de extrema importância, pois permitiram a captação dos jogos de interesses existentes, dos acordos e desacordos ocorridos entre os membros da Igreja, da sociedade civil e do Estado, com seus representantes locais. É perceptível que muitos artigos publicados contribuíram para defender os interesses de determinados grupos, classes e instituições em detrimento de outros, na busca de apoio, de sustentação e de assimilação de seus projetos. Assim, houve uma forte participação católica nas décadas de 1950 e 1960 na região de Dourados, mas, o processo foi marcado por rupturas, por descompassos e por inúmeras pressões internas e externas.

A esse recurso analítico acrescentaram-se algumas entrevistas com católicos que nasceram ou deslocaram-se para a região de Dourados entre as décadas de 1920 e 1950. Ficou perceptível a contribuição da história oral na análise do material coletado. Os relatos constituíram-se como instrumentos poderosos, pois fazem crer e fazem agir, tornam habitável e restauram vidas sociais. Nos entremeios das narrativas mostram as demarcações dos territórios masculino e feminino. Falam daquilo que, geralmente, ninguém quer ouvir. Com esse exercício foi possível apreender como os papéis são representados, suas competências e a importância que dão ao ato de saber rezar e ao de ser comunidade. As entrevistas foram feitas com muita liberdade e graças à disposição de colaborar de alguns parentes e amigos.

Cada entrevista foi feita de acordo com um plano bem flexível, o que permitiu muita liberdade e espontaneidade ao entrevistado, inclusive para dar vazão às suas associações de idéias. No decorrer das entrevistas, apresentava-se uma série de temas para evitar um total desvio da conversa. Os temas referiam-se aos seguintes pontos: como o entrevistado via a religião e sua escolha, como a mantinha viva, a aprendizagem das orações, a participação na igreja local, o papel do homem na religião e suas intervenções e as crenças populares aprendidas na infância.

Foram escolhidas pessoas habituadas com as práticas religiosas e capazes de falar sem inibição. Houve o cuidado de informar-lhes que seus depoimentos receberiam tratamento histórico e que constariam seus nomes. Essa amostra quase não é representativa dos moradores de Dourados da década de 1930, pois os limites de tempo impostos a esta parte da pesquisa só permitiram a realização de uma entrevista por indivíduo, num total de doze, porém, apenas cinco delas foram utilizadas.

Ouvir as narrativas foi prazeroso, pois permitiu atravessar as fronteiras do tempo, dos saberes e dos gêneros do ato de contar a história. Foi um entrecruzar de experiências, de vozes, de momentos e de lugares que vinham de muito longe. Fragmentos de vida cujos segredos eram envolvidos na astúcia poética de uma maravilhosa invenção do viver. É o caminhar entre a estranheza e a familiaridade, é o tecer dos sentimentos de pertencimento e é a criação de laços e

vínculos de convivência. Não é o preenchimento de vazios, mas o trazer à tona uma história vivida, inclusive do que cada um desejou contar.

Essas representações dependem do nível social, da diferença dos sonhos, dos desejos, das necessidades e dos hábitos desenvolvidos ao longo da vida dos narradores, em que cada um apresentou um enredo único. No conjunto, permitiram a ampliação da análise das sensibilidades e das experiências que cada um carrega e interpreta do passado. A própria narrativa é constituída por um constante ir e vir entre o hoje e o ontem.

Dentre as questões submetidas à análise nesta dissertação encontram-se as seguintes: Como a Igreja Católica lidou com as *manifestações religiosas* locais? Como atuou na reconstrução grupal em relação aos migrantes? Como o argumento - *maioria católica* - justificou as ações de cunho local? Em que medida o crescimento demográfico da região de Dourados, impulsionado pela instalação da CAND, influenciou as ações do clero local? Se havia a necessidade da criação de novas dioceses no sul de Mato Grosso, por que Dourados foi escolhida como a sede de uma delas? Quais ações foram utilizadas pela Igreja para estruturar a Diocese? Quais as oportunidades oferecidas pelo poder local que serviram para afirmar o poder e a força católica na região? Como se desenvolveram as duas primeiras administrações episcopais da Diocese de Dourados?

No **Capítulo 1 – Quadro social e político de Dourados entre as décadas de 1920 a 1940**, analisaram-se as práticas religiosas da população local no extremo sul de Mato Grosso, permeadas pelas práticas católicas de cunho extensivo, até a organização da Paróquia de Dourados. Ainda nesse capítulo, como foco de análise, foram retomadas as ações do Estado e da Igreja diante da criação e da organização da CAND.

No **Capítulo 2 – A Igreja Católica nas décadas de 1940 e 1950**, procurou-se confrontar as ações da mesma em virtude da concorrência religiosa e de suas crises internas, bem como as interferências do Estado por meio da Colônia Agrícola. Com o advento das frentes pioneiras, houve uma mudança na prática do clero católico em torno de uma ação de cunho localizado na região.

Por fim, no **Capítulo 3 – Entre rupturas e permanências: a diocese de Dourados (1958 – 1971)**, confrontaram-se as discussões do Concílio Vaticano II com a atuação do clero local, bem como foram analisadas as decisões que possibilitaram a criação da diocese de Dourados. Também buscou-se examinar as duas primeiras gestões episcopais da referida diocese, permeadas pelas orientações da CNBB e pelas dificuldades locais que se apresentavam.

A proposta desta dissertação foi tecida em torno do resgate dessas histórias, na tentativa de compreender as condicionantes históricas que propiciaram o início da instalação de uma base

considerável da Igreja Católica no extremo sul de Mato Grosso. Por outro lado, procura apresentar as variadas formas de resistência criadas pela população local às práticas normatizadoras dessa instituição.

CAPÍTULO I

1.1 Quadro Social e Político de Dourados entre as décadas de 1920 e 1940

A ocupação territorial do Brasil tem sido um problema, sobretudo no extremo oeste e, em particular, nas regiões limítrofes. O sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, foi contemplado por diversos olhares e muitos deles chegaram a fixar suas impressões em narrativas publicadas em livros, em relatos e em matérias nos jornais locais. A região, em virtude de simbolizar para muitos um local de passagem, viveu um trânsito considerável de pessoas e nessa movimentação humana encontravam-se viajantes e religiosos estrangeiros. Para ambos, o local representava um misto de incivilidade, de vazio e de enormes potenciais naturais, entretanto povoado por índios, por mestiços e por paraguaios. Segundo Correa[19], esse processo foi o resultado da intensa luta desde o período colonial, somado a uma extensa fronteira, às doenças e carestias abatidas sobre os sobreviventes da guerra com o Paraguai, da convivência com desertores, com bandidos e traficantes, dos choques constantes com os indígenas e com os roubos de gado. Os sertanejos eram considerados *atrasados* e *ignorantes*, o que os tornava um alvo constante de críticas[20].

As imagens construídas em torno de termos como atraso, sertão, fronteira e barbárie, passaram a ser analisadas, na segunda metade do século XIX, com forte influência nas interpretações evolucionistas e deterministas da história. Outro aspecto incorporado nessa construção foi a afirmação de que a humanidade caminha em direção ao progresso. Este último, visto como uma finalidade a ser alcançada no campo material e moral, deu origem a um sistema de classificação dos povos e possibilitou a polarização dicotômica – civilização e barbárie – o ideário liberal burguês, divulgado pelo mundo europeu.

Essa polarização levou em consideração questões ligadas ao meio, à raça e à cultura, procurando definir a partir deles o grau de adiantamento, ou de atraso, dos mais variados povos. Passou a ser importante para as populações ditas atrasadas o conhecimento de suas origens e de suas histórias, para permitir uma análise sobre as suas possibilidades de alcançarem o tal “progresso”.

As elites intelectuais e políticas da América Latina acabaram por incorporar, em fins do século XIX, o “modelo ocidental” em busca do referido “progresso” – entendido como um viés rumo à civilidade. Essa relação foi tão carregada de preconceitos quanto a visão da elite

européia[21]. Acreditaram que o “atraso” das regiões seria temporário e que aos poucos esse “quadro” se reverteria com o desenvolvimento das áreas em questão.

No Brasil esse “modelo” operou uma separação entre a porção civilizada e urbana e a arcaica e rural. Essa “classificação” levou a uma leitura que relacionava o “atraso” do homem rural brasileiro ao fato do mesmo viver no campo, um contraponto ao homem urbano e civilizado. Esse mesmo critério diferenciava as elites brasileiras de seu povo: elas identificadas ao progresso e à civilização e ele ao atraso e à barbárie. O termo barbárie é utilizado aqui para representar a ruptura de um conjunto de regras e de comportamentos morais, pelas sociedades, no intuito de controlar as relações entre seus membros, e a reversão da concepção iluminista do século XVIII no que diz respeito ao estabelecimento de regras e de normas de comportamento moral fortalecidas pelos Estados, como a igualdade jurídico-política e os direitos humanos[22].

Para os mato-grossenses, situar-se num mundo “atrasado” comportava um certo drama e uma angústia. Desse modo, ler as afirmações de Monteiro Lobato, em seu livro *Urupês*, oferecia-lhes uma imagem desalentadora. Dizia ele que o homem do interior era como um “*funesto parasita da terra*”, “*não fala, não canta, não ama, não ri*”[23]. No intuito de refutar tais concepções do homem do campo, a ação dos “memorialistas”[24] foi significativa, pois procuraram registrar e descrever acontecimentos, lugares e personagens considerados importantes[25]. Porém, escreviam de tal forma a eliminar as contradições e as lutas pelo poder, como se todos lutassem em conjunto pelo engrandecimento de Mato Grosso. Por outro lado, a vinda de uma leva considerável de forasteiros trouxe um outro cuidado no “trato histórico” desses memorialistas – era preciso resgatar o passado por meio da utilização de determinados elementos-chave, tais como o termo “pioneiro”. Essa estrutura constituiu um estilo de mando demarcador do espaço de cada sujeito histórico – capaz de legitimar um grupo como o intérprete da sociedade local e de afirmar como a história deveria ser lida.

O advento da república não trouxe mudanças. A nova ordem política veio tão somente a consolidar uma situação pré-existente no cenário das lutas pelo poder no nível local e no regional, que intensificou o clima de violência e abriu espaço à atuação declarada do coronelismo[26]. Como resultado de domínio dos coronéis, desenvolveu-se em Mato Grosso um banditismo sem precedentes na história brasileira. A região passou a ser conhecida como terra sem lei ou terra do revólver. Nos relatos dos viajantes a violência assumiu naturalidade, o que contribuiu com a visão da “incivilidade”, imagem “famosa” de Mato Grosso e dos mato-grossenses no olhar dos forasteiros[27].

Diante do estigma, os mato-grossenses reagiram freqüentemente de duas formas mais marcantes: numa atitude mais positiva de assumir a culpa do “estado como Terra Esquecida” ou de

demonstrar uma indignação diante da ignorância dos outros[28]. Para combatê-las, a estratégia governamental utilizou-se da elaboração de uma série de folhetos e de catálogos, que continham informações sobre as riquezas naturais da região, o número de habitantes existentes, a extensão territorial, as leis e as facilidades oferecidas aos que quisessem investir recursos financeiros ou fixar-se em alguma localidade[29].

A elaboração da identidade mato-grossense teve início após a proclamação da república, a instalação do regime federativo e o fortalecimento econômico de São Paulo. Nessa medida, fazia-se necessária a ampliação das vias de transporte e de comunicação entre as regiões brasileiras, que facilitou a expansão do discurso progressista e modernizante no país.

No sul de Mato Grosso, um dos grandes problemas enfrentados pela população no início do século XX foi o transporte de pessoas e de mercadorias em estradas precárias. Nos primeiros tempos, as formas utilizadas para trafegar eram as carroças, as carretas de boi e os cavalos. Porém, havia caminhos terrestres que ligavam regiões como Ponta Porã, Dourados, Entre Rios (Rio Brilhante), Aquidauana, Campo Grande e Corumbá. Outras ligações aproximavam-no com São Paulo e com Minas Gerais[30]. Era possível, ainda, a utilização da via fluvial, pelos rios Paraguai e Paraná. Em 1914 essas estradas permitiam a passagem de um automóvel[31]. Entre as dificuldades que se apresentavam pelo caminho, é possível lembrar a existência de porteiras e dos olhos-de-boi, uma espécie de poças de lama que ficavam secas por cima e escondiam o perigo de cair e atolar.

Nesses tempos de lentidão, cavalo ganhou uma importância considerável no sul de Mato Grosso como instrumento da eficiência profissional masculina e símbolo de liberdade. Ele o conduzia pelos caminhos. Nem precisava ser de quem o montasse, bastava a sua utilização. Os equipamentos bons eram sinais de prosperidade. Junto a eles encontrava-se o revólver encaixado na guaiaca[32] cheia de balas. Por fim, como parte das conquistas masculinas, vinha à mulher, um complemento à precisão do corpo. Nesse universo, os homens despiam-se das armas para dormir e para comer, pois sentar-se à mesa armado era um grave insulto. Assim, antes de adentrar no local de refeição, os homens encontravam um gancho, um galho de pau ou outro local para deixar a arma. Despiam-se dela nos relacionamentos sexuais. Tanto apego às armas apresentava conotações de violência e de caráter decorativo. Revólver na cintura era símbolo da virilidade.

Esse hábito de andar armado favoreceu a criação de uma imagem violenta da população mato-grossense nos relatos dos viajantes. Ficou conhecida a expressão que dizia: “a lei de Mato Grosso é um 44 na cintura”. Assim, a arma passou a ser um acessório corriqueiro do homem da região, como se fizesse parte de seu próprio corpo.

A ocupação da região por parte de brasileiros, resultou na instalação de famílias em busca de melhores condições de vida e, inúmeras vezes, fugidos de perseguições políticas em seus locais

de origem. Durante muito tempo, o percurso foi feito pelos rios Ivinhema e Brilhante e pelas carretas de boi, o que tornava o trajeto extremamente penoso. Nas primeiras décadas do século XX, dedicavam-se à criação de gado, à agricultura e à extração de erva-mate. No entanto, desde 1882, Thomas Laranjeira recebera a concessão do governo imperial para colher a erva nos terrenos devolutos que havia nos limites entre o Mato Grosso e a República do Paraguai. A mão-de-obra utilizada, e rigidamente explorada, era a paraguaia, a indígena e a argentina[33]. Alguns migrantes instalaram-se à revelia da empresa, o que gerou inúmeros conflitos, principalmente em Ponta Porã.

O sul de Mato Grosso passou a ser descrito como um local de terras férteis, de violência e de muito calor a partir da ocupação exercida por gaúchos, paulistas, mineiros, nordestinos e paraguaios. Essas imagens foram lentamente compondo a sua figuração de local promissor. Porém, era preciso despertar na população a uma nova mentalidade, avivá-la com sentimentos ligados à moral, às preocupações com a Pátria, com a família, com a religião e com a sociedade. Era preciso a criação de uma nova identidade, ou seja, uma existência coletiva expressa pelo sentimento de uma Nação. Isso seria útil para ocultar as diferenças sociais existentes, para acalmar as rivalidades políticas em torno do projeto identitário e reagir contra as imagens negativas divulgadas sobre a região[34].

Outros aspectos contribuíram para ampliar a ótica denegrida da região, tais como a luta pela posse da terra entre latifundiários, pequenos proprietários e povos indígenas e as lutas partidárias por cargos políticos[35], pois para o homem mato-grossense era indispensável o uso de chapéu e do revólver 44, tanto quanto o prestígio obtido pela propriedade da terra. No contato com os paraguaios, eram comuns o jogo de cartas e a corrida de cavalos em locais públicos e, freqüentemente, culminavam em brigas e mortes. O poder do homem era desafiado e medido a todo instante, através das rivalidades políticas, das disputas por terras, por empregos, por mercadorias e por mulheres.

A região foi palco de um grande mosaico cultural, favorecido pela proximidade com a faixa fronteira e pela vinda de migrantes. Essa multiplicidade encontrava-se absorvida pela população no seu cotidiano, como no consumo do chimarrão e do tereré. O primeiro trazido pelos gaúchos, e o segundo, pelos paraguaios. Outras mesclas são observáveis, como a mistura da polca paraguaia com o xote gaúcho, formando o chamamé, com toques rítmicos e dançantes encontrados com exclusividade no extremo sul do estado. No setor culinário também é possível observar a grande riqueza da fusão de elementos, como o arroz de carreteiro, o churrasco, tanto com sal grosso quanto com sal fino, o uso da mandioca e da farinha de mandioca, o pão de queijo e a chipa, a sopa paraguaia e o bolo de milho. Também era bastante comum às mães embalarem seus filhos, ora em português, ora em castelhano[36].

É dentro desse universo que teve início a ocupação populacional de uma área que daria origem ao município de Dourados, localizado no extremo sul de Mato Grosso, composto inicialmente por matas tropicais e pelos campos de Vacaria. Ao longo dos anos, sofreu consideráveis alterações de áreas, que incorporou, a princípio, os atuais municípios de Angélica, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Jateí, Juti, Naviraí, Novo Horizonte do Sul e Vicentina.

Nos relatos dos memorialistas[37], Dourados nasceu em ritmo lento: região considerada de terras férteis, de violência, de um povo hospitaleiro, de longa distância com os grandes centros, de contrabando e de chão promissor. As faixas fronteiriças, pela sua característica de grande trânsito de pessoas, de animais e de mercadorias necessitam de um número maior de critérios da própria população para permitir a livre passagem, para garantir um funcionamento das normas sociais, econômicas e religiosas.

A notícia da existência de terras férteis foi espalhada pelos moradores a amigos e parentes distantes, por meio de viajantes que transitavam com mercadorias. Porém, o processo de existência local teve início, de fato, oficialmente em 1914, com a criação do Distrito de paz de Dourados, vinculado a Ponta Porã. Em 03 de setembro de 1915, o decreto nº 402, reservou 3.600 hectares de terra para o patrimônio de Dourados[38].

A presença de colonos na região, segundo alguns autores[39], enfrentou uma série de contratempos e, entre eles, o domínio exercido pela companhia Matte Laranjeira na exploração dos ervais nativos. Em 1915, o governo Estadual de Mato Grosso garantiu a preferência da ocupação de certas áreas de terras aos migrantes que já estivessem estabelecidos antes de 1914. Contudo, o problema não foi definitivamente resolvido, pois os conflitos pela posse da terra continuaram.

A formação da vila de Dourados esteve ligada à chegada de migrantes provenientes de várias partes do Brasil. Essa nova estrutura local encurralou a população indígena, ocupante anterior desse espaço, em áreas pré-fixadas pelo governo federal. Entre essas, é possível mencionar a criação do posto indígena de Dourados em 1925. A decisão ficou a cargo do Serviço de Proteção ao Índio, sob a influência direta de Cândido Rondon.

Outra grande dificuldade enfrentada pela população local foi a comunicação com o resto do país. Nesse sentido, a vila ganhou reforços na década de 1920, com a instalação de cabos telegráficos e da agência dos correios. Assim, os douradenses receberam uma nova perspectiva no contato com outras regiões, diferente do momento anterior, onde dependiam das notícias trazidas pelos viajantes. Para oferecer-nos uma idéia do grau de dificuldades enfrentado pelos moradores, Orcírio Pedrozo[40] lembra-nos que uma carreta de boi percorria, em média, 12 quilômetros por dia, desde que não viajasse em períodos chuvosos. Inúmeras vezes, as viagens de Dourados a

Campo Grande, realizadas para a venda de erva-mate e abastecimento local, levavam até um mês, pois era necessário esperar vários dias até que as águas do Rio Brillhante abajassem. No período em questão, não havia outro meio de atravessá-lo – era necessária a utilização de pequenas balsas. Entre Dourados e Entre Rios (Rio Brillhante) havia um caminho estreito chamado de picada do Bocajá, onde a maioria transitava a cavalo. A principal via inicial de abastecimento da população não índia douradense foi a cidade de Aquidauana[41].

A gradativa expansão de Dourados, que contava com uma população em franco crescimento, tanto quanto seu comércio de erva-mate, de gado e de cereais, levou o governo do estado de Mato Grosso a elevá-la à categoria de município em 20 de dezembro de 1935, pelo decreto número 30, assinado pelo governador Mário Corrêa. Consta no documento:

“Fica criado o município de Dourados com os seguintes limites: partindo da cabeceira do Ronda, seguindo este até a sua foz no Rio Santa Maria, descendo este até sua barra no Rio Brillhante, continuando o curso deste até sua confluência no Rio Ivinhema; por este abaixo até desaguar no Rio Paraná; seguindo o curso deste até receber o Rio Amambay; subindo este até encontrar a Foz do Piratiny; por este acima até a sua mais alta cabeceira, deste ponto uma linha reta seguindo o espigão mestre até a cabeceira mais alta do Rio Douradilho; por este abaixo até a sua foz no Rio Dourados; subindo o córrego Guariroba até a sua mais alta cabeceira; e deste ponto uma linha reta até o ponto inicial na cabeceira do Ronda. Revogadas as disposições em contrário”[42].

Em 1935, ano da criação do município de Dourados, encontrava-se na presidência do Brasil Getúlio Vargas, que propunha a inserção de Mato Grosso em seu projeto de estabilização e de expansão da economia brasileira, abalada pela crise da década de 1920 e acentuada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Com parte integrante de suas propostas, lançou a chamada “Marcha para o Oeste”, que envolvia, além das questões econômicas, um discurso de unificação nacional através de um programa de colonização dirigida.

O movimento que levou Vargas ao poder, e que se legitimou em 1930, por meio de um discurso salvacionista-democrático, acabou por não romper com o autoritarismo já usual na vida brasileira, mas por utilizá-lo sob novos termos tão excludores quanto os que deram suportes à prática liberal do período republicano anterior: enfatizará a questão dos direitos dos indivíduos, não como direitos, mas como deveres. Deveres para com o Estado – colocado como o grande porta-voz da sociedade. *O Estado passa a regulamentar os direitos dos cidadãos e a restringi-los, ou cassá-los, em determinadas conjunturas históricas. A questão da cidadania deixa de ser conquista da sociedade civil e passa a ser competência do Estado*[43].

Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930 e permaneceu até 1945. Ocupou-o novamente entre 1950 e 1954. Foi, provavelmente, a figura da política brasileira de maior expressão na República. Suas ações suscitam acirrados debates, permeados por expressões tais como o

nacionalismo, o populismo, o autoritarismo, o paternalismo, a legislação trabalhista, a política colonizadora etc. O enorme sucesso econômico obtido entre 1930 e 1935 contribuiu para a sua permanência no poder. A produção fabril, principalmente do estado de São Paulo, ultrapassou a agrícola. Porém, cerca de 80% dos brasileiros viviam e/ou dependiam do setor rural. Vários estados não conseguiram acompanhar o ritmo competitivo das indústrias, dominado em quase 50% pelas paulistas.

Para o governo Vargas, o país dividia-se em duas partes opostas, uma dinâmica e industrializada e outra atrasada e fornecedora de matérias-primas. Seria necessária a formação de uma unidade nacional de cunho modernizador. Entre as ações, encontrava-se a proposta de armar um cerco ao latifúndio, numa estratégia de apoio às pequenas propriedades. Tornava-se urgente a ocupação dos *espaços vazios* do sertão brasileiro. Nesse sentido, o melhor a ser feito seria a realização de um projeto de assentamento dirigido a trabalhadores reconhecidamente pobres, com a distribuição de terras devolutas da União, principalmente nas áreas fronteiriças.

A partir daí, a preocupação em ocupar os *espaços vazios* passou a fazer parte do discurso, tanto do governo Vargas, quanto da Igreja Católica, total defensora da ordem instituída. Para o primeiro, a questão justificava-se inclusive pela demarcação segura das fronteiras brasileiras e, para a segunda, envolvia a inquietação pela afirmação da tradição católica em regiões de fortes contrastes culturais.

As Colônias Agrícolas foram organizadas para estarem sujeitas ao Ministério da Agricultura. Estruturadas em pequenas propriedades a serem distribuídas a brasileiros maiores de 18 anos, sem-terras e pobres, as mesmas funcionariam como cidades-indústrias, que contribuiriam para o crescimento de toda a região onde fossem instaladas, em um prazo de aproximadamente 15 anos[44]. Além dos lotes, que variavam entre 20 e 50 hectares[45], os colonos teriam assistência médica, empréstimos de máquinas, de animais de carga e de insumos agrícolas[46], além da possibilidade de trabalharem em serviços de empreitada no primeiro ano. Por outro lado, perderia a terra, sem direito a indenização, aquele que não a cultivasse ou tivesse má-conduta[47].

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi oficializada pelo Decreto Lei Federal nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, com uma área de 300 mil hectares. Houve uma demora de dois anos para a conclusão desse processo, pois o interventor federal de Mato Grosso, Júlio Müller, desejava que a implantação fosse efetivada na região norte do estado. Para emitir um parecer foram convocados técnicos de Ministério da Agricultura. Eles visitaram o estado e escolheram uma gleba de terras situada na região de Dourados.

A preferência manifestou-se pela qualidade do solo, pela maior facilidade de escoamento da produção colonial para os centros de consumo, pela proximidade de maior número de centros de absorção própria, como redistribuição, entre os quais está Campo Grande e pelo

povoamento de uma região fronteiriça em vias de se desnacionalizar devido a ausência de hábitos da língua nacional, que aos poucos, deixava de ser absorvida pela maioria da população local[48].

Entretanto, o interventor insistia na instalação da colônia na região do rio Poguba-Xoreu. A demora na criação[49] veio da negação do mesmo em ceder as terras escolhidas pelos técnicos. No documento de efetivação consta o seguinte:

Art. 1º - Fica criada a Colônia Agrícola Nacional “Dourados”, no território Federal de Ponta Porã (CAND), na região de Dourados, em terras e colonização do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura. A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 (trezentos mil) hectares. Art. 2º - As despesas decorrentes das obras de fundação e instalação da Colônia correrão por conta da dotação de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) atribuídos à Colônia de Mato Grosso, compreendido nas obras e desapropriações[50].

Para tentar compreender a simbologia do Estado é preciso entender o funcionamento da burocracia, analisar a origem e estrutura desse conjunto de agentes do poder público, tanto por sua estrutura material quanto pela produção de um discurso oficial que faz o Estado existir.

É necessário considerar também os interesses particulares existentes em cada um dos seus segmentos, em função da posição ocupada no interior do Estado, já que esse não se constitui um bloco compacto. Assim é possível compreender as razões que levaram essas pessoas a se empenharem em dar uma *cara* geral ao que era interesse de alguns poucos.

Há, nesse momento histórico, necessidades específicas na política brasileira de legitimar o Estado. O discurso de Vargas enalteceu o fato da eliminação dos intermediários entre o chefe e seu povo, com o qual reforçou uma construção de cunho paternalista e afetiva nos moldes corporativistas. Foi o que demonstrou o próprio presidente, em inúmeros discursos proferidos:

Para a União não devem existir Estados fracos ou fortes; existem, sim, necessidades e deficiências mais ao Norte, mais ao Centro, mais ao Sul. Constitui-se fato incontroverso – e os constituintes terão de levá-lo em conta – a decadência da democracia liberal e individualista e a preponderância dos governos de autoridade, em consequência do natural alargamento do poder de intervenção do Estado, imposto pela necessidade de atender maior soma de interesses coletivos e de garantir estavelmente, com o recurso das compressões violentas, a manutenção da ordem pública, condição essencial para o equilíbrio de todos os fatores preponderantes no desenvolvimento do progresso social. A chave de toda organização política moderna é a segurança e eficiência desse equilíbrio[51].

Percebe-se um forte apelo paternalista em Vargas. Esse tom autoritarista lembra a relação entre pai e filho. Tal relacionamento é portador de um aspecto emotivo que tende a se transformar em importante instrumento de agregação da população brasileira para o enfoque do Estado.

Em oposição ao predomínio das práticas liberais da República Velha, o novo governo,

iniciado em 1930, orientou suas ações para a constituição de um Estado orgânico, hipertrofiado, centralizador, modernizador e assistencialista. Para a estabilização desse Estado máximo, bastante diferente do Estado mínimo, próprio do modelo liberal, foram adotadas medidas intervencionistas e planificadoras, que se orientaram por objetivos, ao mesmo tempo, modernizadores e conservadores. Modernizador das relações sociais e do processo econômico e conservador da ordem capitalista já estabelecida no país.

Esse ritmo de modernização conservadora foi sustentado por políticas públicas que, principalmente após 1935, passaram a se utilizar de recursos coercitivos e de autoridade moral. O período 1930-1945 foi realmente particular: nele foram ampliados os direitos sociais e restringidos os direitos políticos e civis. Aparentemente contraditória, a ausência de liberdade de expressão e de participação política conviveu, durante o Estado Novo (1937-1945), com instrumentos legislativos bastante modernos de proteção e assistência ao trabalhador. Se as leis trabalhistas não chegavam devidamente ao campo, era preciso uma tomada de posição. Nada melhor que a criação de colônias agrícolas.

Alcir Lenharo[52] e Gilmar Arruda[53] apontam que o território mato-grossense definitivamente não era esse vazio todo mencionado pelo governo federal. No caso específico do sul de Mato Grosso havia a Companhia Matte Laranjeira com grande poder, os fazendeiros, os indígenas e alguns núcleos populacionais, como era o caso do município de Dourados. A Matte monopolizou uma imensa área de terras devolutas, onde existiram ervais nativos, construiu estratégias de controle com a finalidade de exercer o domínio absoluto sobre os trabalhadores e moradores dessa região e impediu a ocupação da área por elementos estranhos a ela. Em decorrência disso ocorreram inúmeros conflitos entre a empresa e os posseiros.

A Companhia Matte Laranjeira havia adquirido uma série de terras no sul de Mato Grosso, entretanto o seu grande poder era advindo do arrendamento de cerca de 1.000.000 (um milhão) de hectares de terras federais. Daí as estratégias de Vargas para a retirada desse monopólio: a criação do Território Federal de Ponta Porã, a organização de uma guarda civil para o policiamento da região[54], a implantação da CAND e a não-renovação dos contratos que permitiam a exploração dos ervais nativos.

Ao longo dos anos seguintes, a Companhia Matte Laranjeira procurou uma maior aproximação não só com o governo Vargas, mas com os que o sucederam, para tentar não perder mais de que seus arrendamentos. Os representantes dessa empresa passaram a assíduos freqüentadores das inaugurações realizadas pelo governo federal na região. Por outro lado, num primeiro momento, as ações governamentais dirigiram uma atenção especial ao Território Federal de Ponta Porã numa promessa de abertura de estradas, da criação de um entreposto comercial para a

distribuição de produtos nos mercados e da fundação de cooperativas, um empenho do governo tanto quanto o sindicalismo. No entanto, boa parte das propostas não foi adiante inclusive porque o Território foi extinto em 1946.

Aos olhos do governo Vargas as colônias agrícolas funcionariam como uma espécie de laboratório para um novo rearranjo das relações sociais, previstos nas leis publicadas de implantação e organização através da formação de cooperativas de produção, de venda e de consumo. A essa estrutura organizativa combinava-se uma administração centralizada ao Ministério da Agricultura. A proposta do Estado Novo era dirigir o movimento migratório e o trabalho dos que estavam em vias de instalação. Aos que receberiam os lotes havia a proposta de tornarem-se proprietários, obterem lucro e melhorarem de vida, desde que obedecessem à disciplina imposta.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi criada em 28 de outubro de 1943, mas apenas ao final da década de 1940 é que foi assentado um número expressivo de colonos. À guisa de exemplo, citamos a carta escrita por Jorge Coutinho Aguirre[55], Administrador da CAND, em 08 de junho de 1944, ao senhor Lúcio Francisco Pulchério, esse último residente em Campo Grande:

Em resposta a sua carta de 5 deste, informo que, no momento não estamos recebendo candidatos aos lotes desta Colônia em virtude de não estar ainda organizado o respectivo loteamento. Tão logo este esteja efetivado, forneceremos pelos jornais, condições e esclarecimentos de como deverá proceder-se a respectiva inscrição do colono[56].

Na verdade, a Colonização dirigida já havia sido longamente elogiada nos jornais regionais muito antes de sua instalação.

Dourados apresenta movimento desusado, com a chegada de muitas pessoas desconhecidas e de funcionários do Ministério da Agricultura que vieram para instalar a Colônia Agrícola, criada pela clarividência e pelo patriotismo de Getúlio Vargas. Ainda não chegou o diretor da colônia, porém é esperado dentro em breve[57].

A visão demonstrada pelos órgãos de imprensa é exatamente a esperada pelo governo federal. Não devemos esquecer que estava em vigor uma ditadura no Brasil e que havia o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), controlador das notícias veiculadas. Apesar disso, na visão da população local o presidente havia se lembrado de que o sul de Mato Grosso existia! Daí essa defesa toda. A matéria mencionada acima ainda comenta que algumas pessoas tentavam deturpar o projeto do governo numa alegação de que muitas fazendas seriam desapropriadas, no que o jornal concluía ser uma sandice – afinal, distribuir trezentos mil hectares de terras seria tarefa para décadas, além do mais, o governo possuía reserva de terrenos no Território.

A Colônia Agrícola era vista pela população local como uma promessa de proporcionar um desenvolvimento enorme à agricultura e de tornar a região a maior exportadora de cereais para os centros consumidores, como Maracaju, Campo Grande e São Paulo. Entre os possíveis empecilhos desse sonho estaria a falta de melhores meios de escoamento da produção. Por isso, os órgãos de imprensa insistiram na criação de um tronco da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil até Dourados.

Nos dizeres de Vargas a proposta era:

(...) povoar, colonizar e distribuir aos brasileiros as terras ainda incultas de modo a gerar núcleos compactos e ativos, que sejam as sentinelas avançadas da nação. Essa distribuição tem por finalidade dar ao homem do campo, ao trabalhador que com o suor de seu rosto vai fecundando essa nossa terra ferocíssima, segurança, tranqüilidade, senso de dignidade humana, e acima de tudo porque cobrando a terra descansado, provavelmente feliz, terá a certeza de que ela lhe pertence e será legada a seus dependentes. Não fugirá para as cidades atrás de falazes promessas de salários mais compensadores[58].

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados é uma boa mostra da política varguista, embora o processo de ocupação dessa área não tenha sido diferente da de outras partes do país, apenas um pouco tardia[59]. Assim, o governo de Mato Grosso agiu no intuito de fixar na região mencionada uma população que veio de várias partes do país, e de outros países, numa promessa de ativar uma economia local, bem como de aumentar o volume de receita do estado por meio da venda de terras devolutas e da expectativa do aumento das atividades produtivas[60].

Aliado ao programa de instalação da CAND, o trabalho de organização e controle das fronteiras brasileiras por Vargas contou com a construção de um ramal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, dirigido ao município de Ponta Porã, iniciado em 1938 e concluído em 1957. Esse se localizava na fronteira sul de Mato Grosso com o Paraguai, parte integradora do projeto colonizador, cujo objetivo era desbravar a região e abrir contatos com outras localidades[61]. O primeiro trecho, de Campo Grande a Maracaju, foi inaugurado em 1944, com discursos proferidos pelos políticos locais, com *champagne* e com baile. O detalhe é que a data escolhida para tal evento, 19 de abril, era justamente o aniversário de Getúlio Vargas.

A colonização aumentou a complexidade cultural de Dourados. A Colônia Agrícola Federal de Dourados tinha recebido, até 1960, aproximadamente 9.232 famílias. A população urbana e rural do município de Dourados passou de 84.955 habitantes, em 1960, para 148.980, em 1968, e 150.000 em 1970.[62] A partir do final da década de 1950, o processo de ocupação e povoamento expandiu-se para todo o sul de Mato Grosso, principalmente através da colonização realizada por companhias privadas, que adquiriam grandes áreas, loteavam-nas e iniciavam novas colônias[63]. Esse afluxo populacional levou à criação de sete novos municípios no sul de Mato Grosso nas décadas de 1960 e 1970, que são: Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis, Angélica e Caarapó. No lugar das matas, compostas por diversas espécies de árvores, formaram-se os núcleos populacionais e as propriedades agrícolas.

No tocante à violência, o governo federal procurou agir desde 1939 com um processo de desarmamento dos coronéis, dos bandidos e da população em geral, principalmente nessas áreas fronteiriças do sul de Mato Grosso. Foram criadas as capturas, isto é, uma espécie de polícia federal

responsável pelo controle do uso das armas. Apesar dessa preocupação constante, o município de Dourados ficou marcado nacionalmente, e de certa forma até hoje, como um local violento e de uma população armada.

O universo existente apresentava dimensões multiculturais e translocais que apreendiam uma dinâmica de integração de sociedades distintas, marcadas pela multiplicidade e, ao mesmo tempo de comunicação e de separação em diversos mundos, como um mosaico de diversas linguagens. Para acentuar as diferenças já existentes, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, deu-se um aumento significativo no avanço de migrantes e imigrantes para o sul de Mato Grosso. A ferrovia, ligava as duas bacias fluviais, Paraná e Paraguai, e os países vizinhos, Bolívia e Paraguai. A ferrovia partiu de Bauru, São Paulo, e atingiu Corumbá, na fronteira com a Bolívia. Havia um ramal que interligava Campo Grande e Ponta Porã, na fronteira com a República do Paraguai[64].

Nas diretrizes governamentais de Vargas, e dos presidentes posteriores a ele, havia uma condenação às chamadas práticas enfraquecedoras do Estado, como o liberalismo, o anarquismo e o comunismo, nos planos social e econômico. Assim, o poder público passou a propor, a corrigir, a acomodar ou a reprimir as disputas, tanto da elite e de suas partes, quanto do trabalhador. Ao mesmo tempo, incorporou várias facções dessa elite, por meio da criação de órgãos e de conselhos institucionais, num *instável pacto populista*[65]. Essa instabilidade foi proveniente das reorganizações vividas pelas forças capitalistas do país, que, nesse momento, centravam-se no setor urbano e industrial.

É bastante difícil buscar uma definição do significado de populismo durante o governo Vargas, em função de seu poder autoritário e corporativista e dos grupos que o compunham. O que parece perceptível é que estava em curso uma série de modificações nas relações capitalistas e de forças sociais no Brasil[66].

A memória da população douradense incorporou em seus discursos a exaltação ao governo Vargas, pois este a transformou em especial e em elemento presente no cenário nacional. Não mais como violenta e atrasada, mas como “ordeira”, “desbravadora” do sertão e “patriota”. De certa forma, por essa razão, os moradores reivindicaram inúmeras vezes às autoridades locais, estaduais e federais o cumprimento de promessas feitas em campanhas eleitorais.

A chegada dos migrantes com a CAND desembocou numa grande especulação monetária sobre o valor das terras, o que atraiu companhias colonizadoras particulares. Essas obtinham a permissão do governo federal para adquirir terras devolutas da União. Assim, a proposta estruturada de colonização voltou-se para a “colonização dirigida aos lucros de empresas particulares”, situação aparentemente contrária aos objetivos iniciais, pois defendia o liberalismo e acentuava as diferenças

sociais. Nesse sentido, há duas matérias publicadas num dos jornais de Dourados em 1951. A primeira diz o seguinte: *Recentemente os japoneses voltaram também suas vistas para Dourados e temos visto todos os dias chegarem elementos nipônicos que, com seu alto conhecimento de terras, tem considerado as glebas do nosso município, como superiores às do Paraná para o plantio de café e de cereais*[\[67\]](#).

A segunda matéria salienta essa visão valorizadora da terra: *É importante salientar, que a compra desses terrenos é também um grande negócios para quem os adquire, permitindo obter lucros de mais de 100% ao ano, diante da vertiginosa valorização dos imóveis neste município*[\[68\]](#).

A estrutura da CAND apresentou inúmeras dificuldades que aparentavam embaraçar os altos investimentos de todos os envolvidos com a ocupação das terras, é evidente que o volume de interessados em estabelecer-se na região aumentou, o que fica visível nos censos divulgados pela agência local do IBGE na imprensa local.

O município de Dourados, segundo o último levantamento feito por ocasião da XXIII Companhia Estatística, é o mais populoso de todo o Estado de Mato Grosso, com 105.000 habitantes (...) em 14 povoados distribuídos da seguinte maneira: Picadinha, Cooperativa Serraria, Bocajá, Panambi, Sub-sede, Juti, Vila Brasil, Vila Glória, Vila Jateí, Naviraí, Amandina, Caarapó e Nova América[\[69\]](#).

Desde que foi criada pelo governo federal em 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados passou a ser regida por diversos órgãos da União. Em 1954 fez parte do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), que em 1960 oficializou, por meio do governo do estado de Mato Grosso, a escritura de quase 200.000 hectares. Por sua vez, em 1962 passou à jurisdição da Superintendência da Política Agrária (SUPRA). Já em 1963, houve nova alteração com a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Em 1968 foi o momento do Núcleo Colonial de Dourados viver sob a regência do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Sofreu nova mudança: foi incorporado, em 1970, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Por fim, em 1975, o Núcleo ingressou no Projeto Fundiário de Dourados[\[70\]](#).

Para a Igreja Católica o período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970 corresponde a uma fase de mudanças significativas em sua organização e em sua ideologia. Para tentar analisá-las deve-se levar em consideração as crises internas da instituição, movimentadas na relação com os processos econômicos, sociais e políticos vividos pela sociedade brasileira. Porém, essas crises e as reformulações religiosas que as acompanharam, desenvolveram-se de modo irregular pelo Brasil. Foi uma fase marcada por avanços e recuos na reconstrução da própria identidade da Igreja. O município de Dourados viveu uma parte dessa trajetória, simbolizada na

mudança da ação pastoral: de extensiva para intensiva[71], de capela à sede de um bispado.

1.2 Do catolicismo sem padres à organização paroquial

A formação histórica, o caráter fronteiro e multiplicidade cultural conferiam à população douradense uma manifestação religiosa bastante peculiar. Havia uma série de práticas comuns nas famílias, costumes herdados dos avós e passados ao longo de gerações. Entre elas, pode-se citar a proibição de varrer a casa ao escurecer. Segundo a população local, isso atrairia as forças do mal. Outra prática proibida era a de varrer a casa do fundo à frente. Esse ritual só era realizado após o término de um velório ocorrido em uma residência. A justificativa era a mesma anterior. Era bastante comum à população ir ao campo para colher guaviras, um pequeno fruto doce da região. Nesse espaço havia cobras, aranhas e animais perigosos. Antes da saída todos rezavam: *São Bento, São Bento, me livre da picada de cobra e de todo bicho peçonhento*[72].

Boa parte das crianças andava descalça e era inevitável que machucasse os pés. Se apareciam ínguas resultantes dos ferimentos, as mães benziam. Naquele tempo usava-se fogão a lenha. Ao fim do dia, depois de apagado o fogo, elas puxavam um pouco da cinza ainda quentinha e o filho que estivesse com a íngua colocava ali o pé para deixar a marca. Então, a mãe pegava uma faca e fazia um traço vertical na cinza e perguntava: *O que é que eu corto?* E o que estava machucado respondia: *Íngua*. Com outro traço horizontal para formar uma cruz, ela dizia: *isso mesmo eu corto*. Essa operação era repetida por três vezes. Era proibido, também, deixar o calçado virado para baixo, pois seria briga certa na família. Se esquentasse a orelha esquerda de uma pessoa era porque alguém estaria a falar mal dela. Nesse caso, bastava morder com força a beirada da roupa para que o outro mordesse a própria língua. Se o filho tivesse pesadelos deveria rezar nos quatro cantos do quarto de dormir: *pesadelo da mão furada, que tem a unha entortada, em cada canto tem um santo, Padre, Filho e Espírito Santo*.

A maioria da população mato-grossense não havia não freqüentara escola: desconhecia as práticas religiosas católicas e de sua fé sabia apenas que Deus era bom e que seus santos protegiam-na de todos os perigos. É compreensível que a missa rezada em latim era algo estranho a ela. O padre rezava de costas para o povo e muitas mulheres ocupavam o tempo da missa para rezar o terço em português.

Tais manifestações religiosas são identificadas nos relatos de Orcírio Pedroso[73]. Este ao falar de sua formação, cita que aprendeu a rezar em casa com a sua mãe e somente com 18 anos passou a freqüentar a igreja. Disse também que era comum a procura de curandeiros e pajés, para a

cura de certas doenças, visto que a assistência médica era escassa. A multiplicidade cultural da região possibilitou o aflorar dessas práticas e a utilização de estórias contadas pelos mais velhos, como a do saci pererê e a da mula sem cabeça, no intuito de que os jovens não saíssem de casa sem a permissão dos pais. Para pôr medo diziam também que a assombração viria pegá-los. Assim, houve a utilização de práticas supersticiosas no cotidiano de pessoas que acreditavam na existência de Deus. Muitos moradores costumavam dependurar ferraduras na porta de suas casas para “atrair” a sorte.

Situação análoga foi possível encontrar nos relatos de Ercília Pompeu[74] no tocante à fé e no conhecimento da teologia. Eram os leigos que realizavam os batizados, além das rezas do terço, das novenas e da catequese, devido à falta de padres mesmo após a construção da capela em 1925. Parte da população, apesar de todas as dificuldades, procurou manter a crença no catolicismo[75]. E algumas pessoas, dentre elas a senhora Ercília Pompeu, assumiram a responsabilidade de criar uma identidade religiosa para a região.

A manifestação religiosa local não foi muito diferente do que se passava no resto do Brasil, pois a população era pouco assistida pelos padres, o que possibilitou uma flexibilidade maior entre o sagrado e o profano. Até a década de 1940, a estratégia utilizada pela Igreja Católica era a de uma pastoral extensiva, com poucos padres para atender a vastas áreas. Estes estariam a serviço de uma população interiorana mais esporadicamente, o que permitiu uma fragmentação doutrinária. Segundo frei Hugo Baggio[76], a população douradense fazia uma verdadeira miscelânea em suas práticas religiosas:

(...) de manhã ia à missa e à noite na tenda espírita. Ao pescoço trazia um crucifixo ao lado de uma figa ou de um amuleto. Buscava na igreja água benta e nos centros a água dos médiuns. Mandava celebrar missa pelas almas dos defuntos e depois ia evocá-los em sessões espíritas. Pedia uma benção ao sacerdote e aceitava os passes dos médiuns.

Os raros contatos entre os padres e a população do sul de Mato Grosso dificultava a catequização das crianças. As poucas orações conhecidas eram ensinadas pelas mães de geração em geração. Essa realidade foi relatada por Nadir Pires da Fonseca[77]. Disse: “*fui criada num sítio em Itahum sem nenhum contato religioso além das orações que aprendi com a minha mãe – o Pai Nosso, a Ave Maria e o Santo Anjo*”. Afora as localidades onde havia uma paróquia com sacerdote, os católicos raramente eram oportunizados pelas visitas de desobriga[78].

O memorialista Hélio Serejo descreve um relato romanceado dessas viagens de desobriga.

Quando abriam o sertão, ele ali apareceu montado num burrico. De crucifixo no peito, breviário na mão, terno olhar de Jesus, a abençoar a todos, perambulando, sozinho, pelos caminhos desertos, ele ia ensinando àquela gente rude, através de sábias lições bíblicas, o amar e o querer a Deus e, portanto, o caminho certo da vida (...) Para que o moribundo recebesse a extrema-unção, trotava a noite toda no burrico resignado, enfrentando a tormenta e as moitas de espinho que se debruçavam na estrada (...) Foi caminhando...caminhando sem paz rumo ao desconhecido, no fiel cumprimento de sua sublime e sagrada missão[79].

As visitas de desobriga criavam um clima de hospitalidade entre o homem do interior e o padre. Após um longo dia de cavalgada, o missionário chegava ao entardecer na casa que o hospedaria. À mulher cabia a preparação do jantar – uma comida típica do lugar – feijão com arroz e galinha cozida com um molho saboroso para honrar a visita. Após o jantar, tinham início as confissões dos moradores mais próximos. No dia seguinte havia a celebração da missa, seguida de batizados, casamentos, primeira eucaristia e santo crisma. O período total de contato raramente ultrapassava 24 horas.

Outro relato acerca das visitas de desobriga encontram-se nos escritos de frei Jorge Elsing. Diz que após longa jornada sobre o lombo de uma mula chegou a um lugarejo onde as moradias não passavam de casebres de palha. Apesar da visível pobreza, a recepção foi calorosa. As mulheres diziam umas as outras: “O padre chegou!” Logo se aproximaram as crianças, precariamente vestidas ou até sem roupas, com as mãos à altura da testa e gritaram: “A bênção, padre”. Foi convidado a descer e pernoitar na casa do líder do lugarejo. Era a sua visita anual. Para Elsing: *Elas são pobres de bens e pobres de verdades religiosas; são, porém, ricas de valores interiores, ricas de boa vontade, ricas de prontidão para a fé. Essas pessoas do imenso interior brasileiro são uma riqueza incalculável*[\[80\]](#).

Além de privações físicas e materiais, vividas pelo padre durante os caminhos a serem percorridos nas visitas anuais de desobriga, a solidão era uma constante. Na maioria das vezes sua única companhia era o animal de monta. Via-se assolado por inúmeras dúvidas, desde o melhor trajeto a ser percorrido até a insegurança de estar em terras desconhecidas. Além disso, não poucas vezes questionava-se sobre a validade de seus esforços[\[81\]](#).

No intuito de compreender o cotidiano e a vida social da população do sul de Mato Grosso, a Igreja Católica esforçou-se no seu projeto expansionista. Preocupou-se em construir igrejas, escolas, centros de assistência médica e um trabalho assistencialista. Em Dourados, essa proposta pastoral ganhou consistência a partir da década de 1940. Entretanto, a população católica douradense organizou-se para construir a sua primeira capela já em 1925, feita de madeira, localizada no mesmo terreno onde hoje se encontra a Catedral de Dourados.

Segundo Ercília Pompeu[\[82\]](#), houve a doação de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição por João de Deus, um morador da cidade de Rio Brillhante, que era a única disponível em Dourados. Quando falecia uma pessoa, utilizavam-na como parte do rito fúnebre, assumido pela própria população, pois os religiosos mais próximos se encontravam no município de Ponta Porã. Em um desses velórios a população católica resolveu organizar-se para a construção da referida capela. Foram necessárias diversas festas até a obtenção do dinheiro necessário.

Quando a capela ficou pronta, houve uma programação para inaugurá-la, inclusive com a

vida do padre José Giardelli, um salesiano residente em Ponta Porã. Nessa época, o patrimônio de Dourados pertencia à paróquia de Ponta Porã, sob a responsabilidade da Congregação Salesiana, que prestava assistência religiosa esporádica por meio das viagens de desobriga. Em 8 de dezembro de 1925 chovia em demasia e não foi possível ao religioso atravessar o rio Dourados à canoa. Por isso, somente em 26 de junho de 1926, houve a benção oficial da capela e a realização de vários sacramentos, como batismos, casamentos, comunhões e confissões.

Nesse mesmo ano foram criadas as seguintes associações católicas de leigos: a Pia União das Filhas de Maria, o Apostolado da Oração e a Cruzada Eucarística das Crianças. A Pia União é uma associação de mulheres solteiras que, propondo a devoção a Maria Imaculada, tem por fim evitar o mal e progredir na piedade cristã, na honestidade dos costumes e na observância dos próprios deveres, como um meio de santificação pessoal e também de santificação dos outros. Suas responsabilidades na capela eram: a evangelização, a catequese, a liturgia e a ornamentação do altar, de preferência com flores do campo e dos jardins cultivados nas casas. O Apostolado da Oração constitui uma associação de fiéis que, pelo oferecimento de si mesmos unidos no sacrifício eucarístico e pela união com Cristo, colaboram com a salvação do mundo. Possui o seguinte programa: participação no ministério eucarístico, culto do coração de Cristo, amor e devoção a Nossa Senhora e assídua oração apostólica. Por fim, a Cruzada Eucarística das Crianças é uma seção infantil do Apostolado da Oração[83].

Era comum, entre os católicos, a realização de festas anuais em honra ao padroeiro. Em Dourados a capela foi construída em homenagem a Nossa Senhora da Imaculada Conceição, cuja comemoração faz-se no mês de dezembro. A população católica local aproveitava essas datas comemorativas para ensinamentos litúrgicos, para angariar recursos para melhorar a capela e para atrair visitantes. Observemos o relato que se segue:

Desde o dia 15 começaram a chegar autos de Campo Grande, Entre Rios (Rio Brillhante) e desta cidade (Dourados), conduzindo convidados, dando assim a impressão de que a nossa modesta povoação havia se transformado, como por encanto, numa movimentada cidade, com o vai e vem de mais de vinte automóveis na nossa única rua. Durante essas cerimônias foram queimados lindos fogos de artifícios adquiridos em São Paulo[84].

A população local participava de festas, pois essas possibilitavam um espaço de convivência, de solidariedade, além da troca de experiências, de notícias e de segredos. No fragmento acima é possível captar esse fascínio pelos encontros grupais maiores. O interessante a ser comentado é que a matéria acima não faz a menor menção a liturgias realizadas. Por outro lado, o relato abaixo narra a visita anual do padre João Crypp a Dourados.

À noite houve terço com ladainha cantada, hinos à benção da coroa oferecida à Virgem pelas filhas de Maria e a coroação pelo padre João. No dia 1º de julho houve missa às 8

horas e muitos batizados. Às 14 horas realizou os Santos Sacramentos do Crisma; às 16 horas houve bênção do estandarte da Virgem. A seguir houve a procissão e festa. O saldo vai ser empregado em bancos, mesas, etc para a igreja[85].

Quanto à frequência religiosa na capela, Ercília Pompeu[86] mencionou que a população católica douradense participava uma vez por mês de atos litúrgicos, com ou sem padres presentes, ou em datas do calendário religioso. Nessas ocasiões, a capela ficava sempre lotada, porém, convém lembrar que a mesma era muito pequena. A população não-índia era bastante reduzida, mas uma boa parcela a frequentava – homens e mulheres. A princípio o uso costumeiro do chapéu se fazia presente no interior da capela, o que causava revolta por parte de alguns que achavam essa atitude ofensiva à casa de Deus. Muitos homens deixaram de frequentar a capela porque não concordavam em despojar-se de seus chapéus. Entretanto, com o tempo, o povo aprendeu a conviver com certos comportamentos exigidos no interior de um espaço religioso.

Orcírio Pedrozo em seu relato acrescentou que o homem da região usava chapéu e revólver na cintura. Se estivesse sem um deles seria o mesmo que estar nu. Para ir à igreja, os homens escondiam as armas para as mulheres e os padres não verem. Esse foi um costume que se manteve por longo período[87].

A situação de Dourados no tocante à religião católica, não era diferente do resto do Mato Grosso. O clero atuante era quase todo formado por religiosos estrangeiros, o que dificultavam os entendimentos lingüísticos. As enormes distâncias geográficas a serem percorridas pelos padres impediam um contato mais intenso com os fiéis. Essa lacuna foi preenchida pela população com formas próprias de manifestações religiosas, eivadas de credices. O município de Dourados pertencia juridicamente à diocese de Corumbá cujos bispos eram, de 1933 a 1944, D. Vicente Bartholomeu Maria Priante e, a partir de 29 de fevereiro de 1948, Dom Orlando Chaves.

Segundo Marin, esses bispos

notabilizaram-se pelas tentativas de reverter a situação de fluidez da Igreja Católica na sociedade e de organizar administrativamente a diocese que não tinha um clero numeroso para atender a todas as necessidades econômicas do bispado e das paróquias, uma vez que não havia vida religiosa que pudesse gerar rendas, pois a maioria das igrejas eram taperas; houve casos de criação de paróquias que sequer contavam com uma capela em sua sede. O casamento civil sem o religioso era comum, e poucos leigos preocupavam-se em realizá-lo, assim como os demais sacramentos[88].

A autonomia leiga na condução dos assuntos religiosos em Dourados era contrária aos pressupostos da Igreja Católica. Desse modo, por ordem e decreto do bispo de Corumbá, Dom Vicente M. Priante, em 03 de outubro de 1935, foi criada a Paróquia[89] de Dourados, pouco antes da oficialização do município. Desmembrava-se, assim, da paróquia de São José de Ponta Porã, e passava a se chamar Paróquia de Nossa Senhora Imaculada Conceição. A população local foi informada do fato em 1936, por meio da leitura do decreto nº 3, realizada pelo padre Amado Declene, vigário de Ponta Porã, em uma visita de desobriga[90].

A visão de Dom Vicente Priante em relação ao catolicismo mato-grossense era de compreensão. Afinal, diante do quadro que se apresentava a população católica não deixava de ser uma verdadeira *sobrevivente*. As normas da Igreja Católica previam que cada paróquia deveria organizar o seu patrimônio, sustentar os religiosos que nela residissem, criar estratégias para atrair a população aos atos religiosos e manter atualizados seus livros e paramentos paroquiais – uma missão praticamente impossível sem um pároco residente. Recomendou, entre outras coisas, a fundação dos Congregados Marianos, que seriam responsáveis pela evangelização dos moradores, pela catequização das crianças, pelas novenas, procissões e terços.

A proposta da criação dos Congregados de Maria visava formar um laicato rigidamente

comprometido com a hierarquia eclesiástica. Seus membros deveriam formar uma elite masculina da mocidade local, com o firme propósito de procurar a perfeição cristã para si e para os outros, ou seja, um católico modelo, bem diferente do perfil existente em Mato Grosso. Para ingressar e permanecer nesse apostolado de fiéis, cujo objetivo era a prestação de cooperações à Igreja, era necessária a frequência aos sacramentos, à oração e reflexão diárias, a submissão ao pároco e ao bispo da diocese e a consagração à Virgem Maria. Assim como as outras associações, já mencionadas, esta também não teve a participação esperada pelos padres e pelos bispos ao longo da história da comunidade católica local^[91].

Os religiosos católicos pretendiam fortalecer-se internamente e garantir sua sobrevivência no campo do mercado dos bens simbólicos no Brasil. Preocupavam-se com a concorrência religiosa e com o aumento demográfico no sul de Mato Grosso, daí a necessidade da criação de novas paróquias em áreas de grande trânsito de pessoas. Nesse esforço de expandir o catolicismo, a Igreja, em janeiro de 1937, firmou um acordo entre a Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil e a Província Franciscana da Turíngia, na Alemanha. Tal acordo estabelecia a concessão da área dos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul como terra de missão. Em junho de 1937, houve a chegada dos quatro primeiros missionários franciscanos alemães. Foram os freis Eucário Schmitt, Antônio Schwenger, Wolfam Pasmann e Francisco Brugger.

A primeira impressão desses padres acerca da população mato-grossense foi de que a mesma era religiosamente ignorante, iletrada, mas boa, amiga e livre de toda falsa influência da cultura^[92] e que, embora clamasse por um padre que residisse na paróquia não estava acostumada a ir à igreja. ... Pelo batismo era cristã, mas lhe faltava todo o resto que faz parte de um cristianismo vivo. O trabalho dos missionários deveria centrar-se na mudança da mentalidade dessa população^[93]. Em Dourados, o serviço paroquial aumentou com a criação da Colônia Agrícola Federal e Municipal de Dourados.^[94] As condições de vida dos padres e da casa paroquial eram precárias, e a residência dos Franciscanos por quinze anos era

coberta com telha de madeira e abrangia ... salão que servia também para sala de reuniões, três quartos, um assim chamado refeitório, e uma cozinha primitiva. Através das paredes com muitas fendas não só encontrava livre entrada bicharedo de toda a espécie, mas também o fino pó vermelho que fazia da vida de Dourados, durante a seca, ao menos um purgatório; durante o tempo de chuva a água corria pelas paredes abaixo, não só fora, mas também dentro. Com os inúmeros tiroteios entre algumas famílias que viviam em vingança de morte, uma casa de madeira, além disso, não oferecia suficiente segurança, assim que não poucos douradenses preferiam em tais circunstâncias dormir, não em cima, mas embaixo das camas.^[95]

Ao indiferentismo religioso somava-se à concorrência dos Presbiterianos. Muitos católicos, pela ausência de um padre, passaram a freqüentar os cultos. A missa do primeiro vigário foi

assistida por três pessoas e a segunda missa, num domingo, por vinte ou trinta pessoas.^[96]

Em princípio de 1938, frei Eucário Schmitt, encarregado pelo governo Provincial de organizar a nova missão, e Dom Vicente Maria Priante, Arcebispo de Corumbá, definiram os lugares das primeiras localidades a serem atendidas: Entre Rios (hoje Rio Brilhante) e Rosário do Oeste (Cuiabá). No mesmo ano, frei Antônio Schwenger tomou posse como primeiro pároco Franciscano de Rio Brilhante. Como complementação das atividades dos religiosos alemães, estabeleceu-se a criação de um Comissariado em Mato Grosso, que tinha a função de auxílio aos padres estrangeiros nas suas atuações locais, ajuda financeira e permanência no país.

Nos primeiros anos de existência, o Comissariado expandiu-se bastante, situação que se explicava principalmente em virtude da ditadura de Adolf Hitler na Alemanha. Havia um temor de que a política nazista fosse expulsar todos os religiosos Franciscanos, por isso, o comissariado procurou um lugar para os prováveis exilados. Entre os lugares escolhidos encontrava a região sul de Mato Grosso. O aumento do número de padres possibilitou que novas paróquias pudessem ser assumidas e, entre elas, a de Dourados em 1940.

Esse processo de expansão dos Franciscanos veio a calhar com uma reivindicação antiga da comunidade católica douradense pela fixação de residência de um padre na paróquia. Em 24 de julho de 1937, as senhoras Antônia da Silveira Capilé e Abigail Capillé Pissini enviaram uma carta ao bispo de Corumbá D. Vicente Priante.

Dourados, Exmo. e Revmo. Sr. Bispo, precisa de um vigário efetivo, pois só assim poderá ser levada a um fim utilitário a catequese dos índios, a propagação da religião Católica Apostólica Romana e educação moral da infância, sendo esta, só na vila, em número nunca inferior a 400 crianças de ambos os sexos e, por maior que seja a boa vontade dos católicos praticantes, não é possível obter resultados desejados para o fim em mira^[97].

Apesar dos apelos, a comunidade foi assistida pelos Franciscanos da paróquia de Rio Brilhante, em visitas de desobriga, de 1938 a 1940, situação que foi amenizada com a posse de frei Hygino Latteck em 1940. Até a construção da residência paroquial, ao lado da capela, esse padre se hospedou na casa de dona Antônia Capilé. Ele se empenhou ferrenhamente para mudar o cenário religioso local, embora com muitas dificuldades, pois era alemão e não falava uma palavra em português; foram as famílias católicas que o ensinaram em suas casas. Ele celebrava a missa e depois perguntava aos mais próximos a ele se havia errado alguma coisa^[98]. Em sua luta, encontram-se os apelos enviados ao Comissariado Franciscano para a vinda das Irmãs de caridade para Dourados, no intuito de que assumissem a catequese nas escolas, o cuidado com os doentes e a ajuda na expansão do catolicismo. Entre as propostas, encontrava-se a criação de escolas de ensino primário para ambos os sexos e com um internato para as meninas.

A proposta esbarrava em dois grandes entraves: encontrar Irmãs que quisessem vir para a região e a Lei de Ensino Brasileira, do governo Vargas, que não permitia a contratação de professores estrangeiros, a não ser que os mesmos já residissem há vários anos no Brasil e passassem por um rigoroso teste de Língua Portuguesa.

Em 1942, vieram três Irmãs Franciscanas Bernardinas para Dourados. A época não era propícia para o trânsito de estrangeiros no Brasil, em virtude da Segunda Guerra Mundial. Houve também dificuldades das freiras na renovação de seus registros de professoras. Sobre a chegada das religiosas, frei Hygino escreveu:

O dia dezenove de agosto foi um dia da bênção divinal. Chegou, pois, o meu auxiliar, muito desejado, o frei Schaefer. Chegaram, que sorte, três freiras franciscanas[99] destinadas para o ensino das crianças. Em primeiro de setembro as irmãs franciscanas abriram o seu colégio na casa das escolas reunidas que o sr. Prefeito benignamente arranhou para este fim. O número dos primeiros alunos foi vinte e seis[100].

O que é interessante na fala anterior é a utilização da palavra *sorte* para explicar a vinda das Irmãs, o que nega todo um trabalho existente para trazê-las, embora seja compreensivo a felicidade do referido padre em encontrar três religiosas para o trabalho pastoral. Neuza Amaral mencionou que morava próxima à residência delas e achava interessante suas vidas de piedade. Certa ocasião fez um bolo e deu-o de presente a uma delas para que repartissem, e então ouviu o seguinte: *fulanas, eu não disse a vocês que hoje São José não deixaria a gente passar fome!*

Além das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos padres e pelas freiras em Dourados, dois deles sofreram constrangimentos, por parte da polícia local, narrados pelo pároco:

Nós fomos denunciados de sermos espíões políticos no serviço do Nazismo na Alemanha (Nazismo é o governo da nossa terra, cuja doutrina pagã está condenada pelo Sr. Papa e cujos algozes são e eram os inimigos ferozes da Igreja Católica). Duraram sete semanas a nossa prisão, em que podíamos, graças ao bom Delegado de Polícia, rezar a santa missa. O diabo e seus instrumentos, os caluniadores, trabalham, mas é Deus que manda no mundo[101].

O caso relatado acima, que envolveu os padres franciscanos alemães frei Quintino Schaefer e frei Hygino Latteck, levou-os a uma detenção vigiada, ou seja, permitia que saíssem e exercem suas funções religiosas até 02 de junho de 1942. Esse caso deveu-se ao fato de que esses religiosos portavam uma arma durante as suas visitas nas redondezas de Dourados e, haverem sido revistados por policiais. No entanto, havia ocorrido um episódio anterior de denúncia recaída sobre frei Hygino. Este costumava tirar uma série de fotografias da região em suas andanças no lombo de um burrinho, que serviriam para para o envio à Turíngia no intuito de obtenção de apoio financeiro ao seu trabalho local. Algumas pessoas, que desconheciam essa finalidade, confundiram-no com um membro da Gestapo[102] infiltrado no Brasil como espíão. Feita a denúncia, a polícia apreendeu

tais fotografias. A soma desses infortúnios provocou um tremendo mal-estar entre D. Vicente Priante e frei Eucário Schmitt, Comissário dos Franciscanos em Mato Grosso. Segundo Knob[103], o bispo pediu aos padres que não fizessem propagandas nazistas, o que causou reações, pois nem mesmo os militares locais diziam isso explicitamente. Por fim, esses transtornos levaram a Ordem Franciscana a criar delegacias gerais, responsáveis pela elaboração de relatórios descreviam as ações de seus clérigos.

Com relação a essa questão, Ensing[104] comentou que as suspeitas e desconfianças recaídas sobre os padres e freiras alemães atrapalhou o trabalho de *cura das almas*, mas, com a defesa corajosa do Comissário frei Eucário Schmitt, dirigida aos comandos militares de Cuiabá, de Campo Grande e do Rio de Janeiro, houve um recuo nas desconfianças e, aos poucos, a situação normalizou-se.

Em virtude dessas perseguições, da falta de verbas e de estrutura local, as Irmãs decidiram fechar a escola e retirar-se de Dourados.

As freiras, devido às circunstâncias, preferiram sair deste lugar, fechando a escola Imaculada Conceição. Podemos compreender a resolução das irmãs, pois além de serem logradas e exploradas pelos alunos quanto ao pagamento, foram difamadas por certas pessoas católicas, dizendo elas, que as ditas freiras eram espiãs, não tinham licença de lecionar, não ensinavam conforme o regulamento, não falavam bem o português, etc. Nunca mais, enquanto eu, frei Hygino, for vigário, estabelecer-se-ão aqui freiras[105].

O problema surge no momento em que, como o relatado acima, a atividade das religiosas configura-se na disputa pelo monopólio dos bens simbólicos, como diz Pierre Bourdieu, *esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem*[106].

É inegável o choque cultural vivido entre os padres alemães franciscanos, os primeiros a assumirem a paróquia de Dourados, e a população local. Um dos momentos difíceis e de profundo constrangimento lembrado por Neuza Amaral[107], foi experimentado pelo frei Servácio Schulte no ano de sua chegada em Dourados, em 1947. A referida senhora estava a cozinhar produtos à base de milho, conforme a culinária local e, entre eles, um belíssimo curau[108]. Ao oferecê-lo ao religioso e explicar do que era feito, ouviu a seguinte resposta: *eu não sou cavalo para comer milho*. Neuza ficou chocada, mas o que ela desconhecia é que na Alemanha o milho é utilizado exclusivamente como ração animal. Jamais compõe a refeição de um ser humano, por mais pobre que ele seja. De qualquer forma, vários desentendimentos, como o citado, foram experimentados por ambas as partes.

A paróquia de Dourados exigiu dos Franciscanos uma série de esforços concentrados na construção de uma casa paroquial, de uma igreja, pois a existente era muito pequena, e de novas

capelas. Sanadas essas preocupações surgiram outras, tais como a necessidade de escolas católicas, do aumento da frequência de visita dos padres aos sítios e fazendeiros para afastá-los das práticas da macumba e do congado[109].

Para os Franciscanos, a atividade missionária no Mato Grosso era bastante árdua em virtude das enormes distâncias entre as paróquias e da grande extensão das mesmas, da necessidade dos religiosos assumirem novas situações para as quais não se encontravam preparados, da dificuldade no trabalho com os leigos, dos dilemas entre a *opção pelos pobres* e a de trabalhar com as *camadas elevadas* da população, da diversidade cultural e étnica entre os religiosos que vinham de várias localidades do país e do mundo[110].

Ao longo de várias gestões episcopais da diocese de Corumbá, ocorreram várias tentativas de ampliar o campo de ação católica, tanto interna quanto externamente. Em Dourados esse processo apresenta alterações somente na década de 1940, com a implantação das colônias agrícolas, federal e municipal, que propiciaram uma maior complexidade à sociedade mato-grossense, pois à família patriarcal, ao latifúndio, à atividade pastoril e extrativista englobou uma nova vertente, a dos migrantes, vistos com simpatia pela hierarquia eclesiástica. Essa pluralidade cultural foi analisada pelo clero como um espaço privilegiado à instalação de sua prática católica. O migrante era visto como uma missão cristianizadora de toda a sociedade local e uma promessa de superar a falta de religiosos, portanto, o mesmo seria o perfeito nacionalista capaz de promover a civilização, a integração da região ao território nacional e o elemento capaz de recristianizar os índios, os sertanejos e os estrangeiros. Em suma, a *vida agrária*, mais possibilitadora de absorver as normas católicas, opunha-se ao modelo urbano, mais propenso às coisas mundanas.

Outra situação delicada a ser tratada, tanto pelo Estado quanto pela Igreja, foi a questão indígena, vista como um empecilho à ocupação territorial. As principais estratégias utilizadas foram – e têm sido – a discriminação, o extermínio, a expropriação, e a formação de *áreas restritas*[111]. Aparentemente havia uma discriminação racial do próprio clero católico em relação aos índios, o que certamente trouxe problemas em relação ao avanço do catolicismo.

Essa diversidade cultural trouxe dificuldades que fizeram a Igreja questionar-se em como atuar na reconstrução grupal em função de intenso povoamento. Entre as barreiras, estavam a falta de um clero numeroso e a falta de recursos para a construção de igrejas e de capelas. De qualquer forma, houve uma mudança significativa na postura da Igreja católica, de uma pastoral extensiva para a intensiva. Para a instituição, as colônias representavam um celeiro vocacional para a possível nacionalização do clero[112]. Um bom exemplo disso foi o aumento significativo do número de paróquias na região de Dourados entre 1948 e 1956, que receberão uma melhor abordagem nos próximos capítulos.

A maioria dos migrantes assimilou os padrões culturais fronteiriços vividos pelos matogrossenses, que frustraram as expectativas iniciais da Igreja Católica, inclusive em virtude da fragmentação doutrinária vivida nos primeiros anos. A vinda de novas levas populacionais, a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional e da concorrência religiosa, gerou a necessidade de mudanças no núcleo decisório católico. O desafio institucional era superar a escassez de clero da diocese e evitar que a falta de assistência religiosa nas áreas coloniais ameaçasse o projeto. Ou seja, que esses migrantes, pelo convívio e pelas trocas culturais, absorvessem os valores predominantes no sul de Mato Grosso.

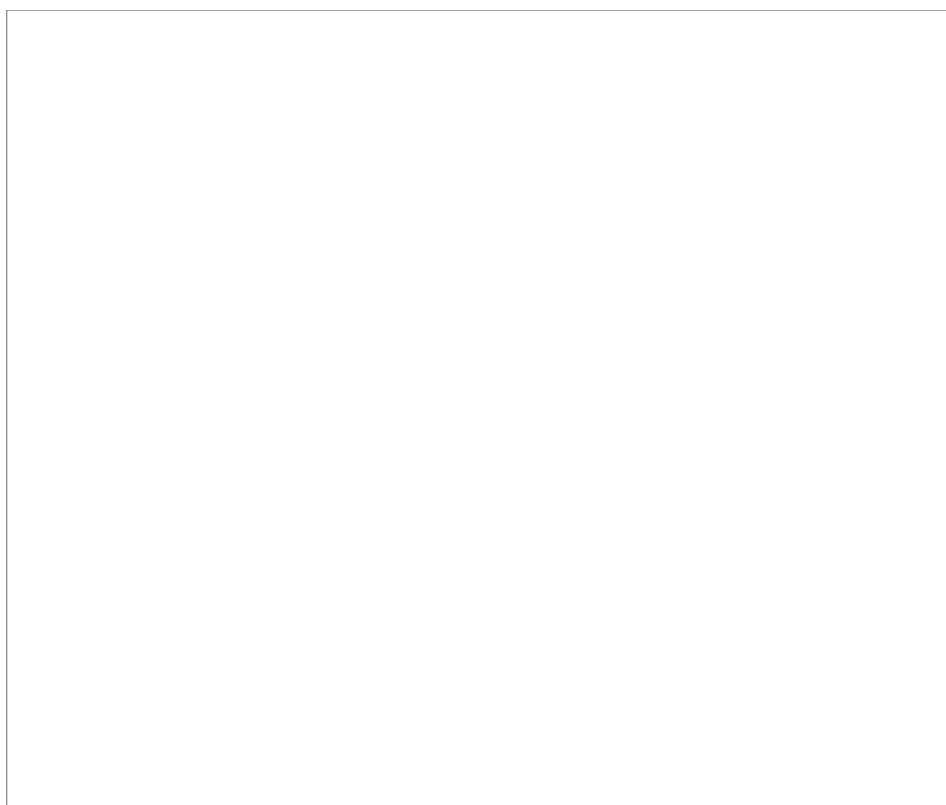
D. Orlando empenhou-se em ampliar o apostolado das Congregações e Ordens que já atuavam na diocese e convidar outras. O resultado obtido foi a vinda dos Palotinos e dos Capuchinhos, ambos do Rio Grande do Sul. A intensa colonização e povoamento, a partir de 1950, e o aumento do número de sacerdotes propiciou a reorganização administrativa da diocese, por meio da subdivisão das paróquias mais extensas e da criação de novas na região de Dourados^[113]. Essa nova realidade que se apresentava será o tema abordado no segundo capítulo.

CAPÍTULO II

2.1 A Igreja Católica nas décadas de 1940 e 1950

Para o município de Dourados (**Mapa nº 1**) o período compreendido entre as décadas de 1940 e 1950 corresponde a uma fase de intensas mudanças em virtude da criação da Colônia Agrícola Nacional, da Colônia Municipal, da abertura de inúmeros loteamentos particulares para a venda de terras devolutas do Estado e da instalação e expansão de várias instituições religiosas. As transformações ocorridas de modo efetivo nos últimos 30 anos colocaram Dourados como um importante pólo agrícola, comercial e industrial do extremo sul de Mato Grosso.

Mapa nº 1: Localização do Município de Dourados.



Fonte: (GRESSLER; SWENSSON, 1988. p.117).

A estrutura e a dinâmica de Dourados, no período considerado, explicam-se tanto pelo desdobramento do potencial do município, como pela cooptação de investimentos públicos e

privados, combinados ao aumento do fluxo populacional, que influenciaram a Igreja Católica local a investir numa ação pastoral intensiva. Houve, também, a expansão de ações dos presbiterianos, dos assembleianos, dos adventistas, dos espíritas e da maçonaria na luta pela concorrência dos bens simbólicos. São nítidos os investimentos na construção de templos, de obras assistenciais e de escolas. Essas disputas religiosas levaram à reorganização das estruturas do catolicismo local.

Em termos nacionais, o período mencionado compreende o momento em que a Igreja Católica desenvolveu uma maior preocupação com uma ética social como uma prática eficaz de amor ao próximo. O envolvimento com questões políticas e sociais brasileiras levou a crises internas no episcopado, entre aqueles que defendiam ações apenas espirituais e os que advogavam uma responsabilidade e um compromisso social de todos os católicos.

Havia por parte da Igreja uma necessidade de manutenção da unidade institucional mediada pelo conservadorismo e pela inovação. São perceptíveis avanços e recuos nas ações do episcopado em várias partes do país – e o município de Dourados não ficou imune a esses problemas. Entre eles, o capitalismo liberal, o marxismo, o protestantismo, o espiritismo, a maçonaria e a sujeição às leis civis.

Para a Igreja Católica, o capitalismo liberal incentiva à ganância, o individualismo e a cobiça pela busca de riquezas. Nesse sentido, tal sistema sobrepõe o material ao espiritual, portanto, precisa ser corrigido. Por outro lado, o marxismo incentiva a luta de classes e o ateísmo, ou seja, a divisão da sociedade em lados opostos, contribuindo para a instalação da desordem, do caos e para a perversão da consciência humana. Num primeiro momento, a condenação vem em virtude de seus supostos métodos – a raiva, a arrogância, a violência etc. – para num segundo momento utilizar o discurso negativo como uma forma de auto-afirmação católica.

A Igreja começa a mudar de postura na década de 1950, no sentido de ir ao encontro das aspirações das camadas populares, numa ofensiva em diversas frentes, principalmente após identificar seus concorrentes. Essa ação vem em resposta à penetração de um protestantismo agressivo, de um espiritismo popular e de uma maçonaria que investia em ações sociais. A urgência na necessidade de reversão do quadro que se apresentava levou-a a criar a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em 1952, pois se fazia necessária a organização de estratégias conjuntas que envolvessem as mais variadas regiões do Brasil, em função de suas particularidades. Ao mesmo tempo, a Igreja procurou aproximar-se do Estado e moralmente dos governantes no intuito de multiplicar as ações dos órgãos oficiais em troca de total liberdade de movimentos em torno das instituições de ensino, de saúde, de assistência social etc[114].

Ao superar os conflitos com o Estado e amenizar suas rivalidades internas em outra parte, a Igreja encaminhou-se rumo a reformulações, em função do novo cenário político que se desenhava

no Brasil com o fim da Segunda Guerra Mundial, e também em virtude dessa sociedade pluralista que se empolgava com os desejos de liberdade e com programas de reformas governamentais. Desse embate surgiram, duas vertentes no processo da ação social católica no Brasil entre 1945 e 1964: a primeira apontava para o assistencialismo, e a segunda preocupava-se com as transformações da sociedade, muito embora seja discutível a sua eficácia. Esse processo serviu, porém, para demonstrar a força da Igreja Católica e promover a participação dos leigos, na busca da aproximação com os pobres, os oprimidos, os operários e os camponeses[115].

Essa ausência de homogeneidade guardou relações com as próprias rearticulações vividas pelo capitalismo. Não era possível ignorar as pressões vindas da “Guerra Fria”, os questionamentos de temas como o “Terceiro Mundo”, a segurança nacional, as ações dos Estados Unidos sobre a América Latina e a necessidade de repensar a sociedade brasileira[116].

Na análise do episcopado brasileiro[117], reunido em torno da CNBB, os anos de 1952 a 1960 foram considerados de extremo otimismo, de desenvolvimento e renovação, tanto para a Igreja quanto para o país. Essa arrancada desenvolvimentista iniciou-se com mais vigor com o lançamento do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, apesar das turbulências ocorridas anteriormente, marcadas pelo segundo mandato de Vargas, que culminaram com o seu trágico suicídio em 1954.

Houve uma acolhida favorável por parte da Igreja no sentido de fomentar e de tecer relações de respeito, de diálogo e de cooperação com o Estado brasileiro em prol da proposta desenvolvimentista do governo JK. Um importante acontecimento foi a chegada do Núncio Apostólico do Brasil Dom Armando Lombardi, pois foi um representante da Santa Sé com grande credibilidade junto ao governo. Além disso, houve a criação da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) que, entre outras ações, lutou ferrenhamente pela implantação do ensino religioso nas escolas públicas, pela renovação catequética em termos de conteúdo e de pedagogia, pela organização de censos religiosos e por uma maior cooperação entre os países católicos.

Junto a isso apareceram grande número de novos organismos confederativos como a Organização de Seminários Latino-Americanos (OSLAM, 1958) e a criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM, 1955). Este último teve significativa importância histórica para a Igreja na América Latina, pois realizou várias assembléias anuais em Roma e em outras regiões, que propunham discutir o papel da Igreja no desenvolvimento e na integração na América Latina[118].

Havia três grandes desafios para a Igreja nesse período. O primeiro foi representado pelo próprio povo latino-americano como sujeito histórico e como bloco social dos oprimidos, devido a um afastamento entre o catolicismo popular e a Igreja institucional, pois esta havia se acostumado a

conviver, mas não a animar a população a partir da realidade local.

O segundo desafio estava entre optar somente por uma reforma ou também pela revolução. Não podemos esquecer de que a Revolução Cubana de 1959 havia abalado o domínio capitalista na América. Por outro lado, discutia-se, pela primeira vez seriamente, a proposta socialista. Assim, questionamentos acerca da “Guerra Fria” trouxeram à tona disputas entre cristãos reformistas, progressistas (aqueles que esperavam um desenvolvimento do capitalismo dependente) e os que lutavam pela superação do capitalismo.

O terceiro situava no tipo de Igreja e no modo de entendê-la enquanto função social. Ao lado de um modelo apoiado no Estado para a realização de suas ações emergiu outro – o de uma Igreja voltada diretamente ao povo e ao pobre, este último transformado no lugar de todas as discussões, as opções e as ações. Esse perfil último ganha força com a Teologia da Libertação, que via a Igreja a serviço da libertação dos pobres.

A década de 1950 foi muito importante para a Igreja Católica no Brasil, pois alguns setores buscaram uma aproximação com as camadas populares e um bom relacionamento com o Estado. Agilizaram suas ações catequéticas, intensificaram suas atuações de forma localizada e procuraram se tornar necessários onde conviviam. Por outro lado, na região Centro-Oeste, reproduziram muitos termos do discurso estatal, tais como a necessidade da integração dessa área atrasada, ou quase vazia, ao ritmo do crescimento nacional.

Se o centro hierárquico decisório da Igreja procurou uma organização nacional e continental, por meio de vários organismos, foi porque se sentiu ameaçado por seus inimigos (espiritismo, protestantismo, maçonaria, marxismo e laicismo). Aliada a essa luta interna, procurou também uma identidade junto ao Estado populista. A combinação desses elementos provocou inúmeras cisões entre seus membros na década seguinte, que transformaram-na tanto em barreira quanto em canal de expressão para as mais variadas camadas populacionais brasileiras[119].

Por essas duas ordens de razões, a manipulação, que não é descartada, jamais foi completa. Ocorreram momentos de mobilização ora progressistas ora conservadores, ambos marcados pelo caráter francamente capitalista da Igreja Católica. Isso demonstra a sua natureza ambígua e contraditória, tanto autoritária quanto democrática. Um equilíbrio sem dúvida instável, que poderia ser rompido pelo crescente peso dos evangélicos, dos espíritas e dos maçons, sobretudo em situações de crise. Dessa forma, todos os exemplos de mobilização,[120] ocorridos na década de 1950 e 1960 na organização de dioceses no interior do Brasil, mostrariam essa dupla face: a do fortalecimento das “forças inimigas” e a crença na necessidade de reformulação do catolicismo.

A presença protestante no Brasil deve ser entendida como um fenômeno social, implicado

nas relações entretidas no interior da sociedade brasileira. O protestantismo existe como questão e como problema no seio de uma ordem social e política, que ganhou novas interpretações históricas recentemente[121].

A base do protestantismo no Brasil foi lançada no final do século XIX, momento da passagem do regime monárquico ao republicano. Não foi, pois, senão a partir de 1870 que teve início a vinda sistemática de missionários norte-americanos, com seus modelos associativos. De fato, eles foram os que mais investiram na América Latina, pois o protestantismo europeu considerava a América um campo religioso pouco promissor.

Para sua instalação, os protestantes norte-americanos contaram com o apoio dos políticos liberais brasileiros. De um lado, os missionários lhe ofereciam os meios financeiros para prosseguirem com suas lutas reivindicatórias, de outro, abriam um espaço de expansão das idéias liberais em suas escolas e em seus órgãos de imprensa. Assim, o protestantismo brasileiro nascia sob a forma de um sincretismo religioso liberal[122].

Na Constituição brasileira de 1891, ficou estabelecida a separação entre a Igreja e o Estado, bem como a total liberdade de culto a todos os que residissem no território nacional. A partir daí, houve, por parte da Igreja Católica, a urgência em mudar suas estruturas a fim de impedir que o protestantismo alastrasse protegido pela legislação. Em seu artigo nº 72:

A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos seguintes termos: § 3º Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum. § 7º Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados[123].

Pelos artigos mencionados, a lei concedia a liberdade religiosa, ao invés de uma tolerância de culto. Isso permitiu a construção de templos, de associações, de seminários etc. Porém, os protestantes encontravam-se em número reduzido e fragmentado no território nacional. Uma saída viável seria a formação de uma Aliança Evangélica entre presbiterianos, batistas, adventistas, metodistas e demais instituições que quisessem participar. Após inúmeros encontros e debates, em 1917 firmou-se uma Cooperação Evangélica, com a criação de um seminário unido, que funcionou até 1932. Esse ecumenismo foi interpretado por muitos como mais uma manifestação do liberalismo teológico, o que provocou tensões e divisões nas igrejas protestantes do Brasil.

Além de todas essas rivalidades internas, havia uma preocupação constante, não só em consolidar locais já ocupados, mas em buscar incessantemente novos campos para a pregação do evangelho e a plantação de igrejas. Para isso era preciso investir muito em termos de recursos e de pessoal. As igrejas norte-americanas, por meio de seus missionários, fizeram um imenso esforço, ao

longo do século XX, para implantar a obra presbiteriana na América Latina e, em especial, no Brasil.

No estado de Mato Grosso, a reação contra a liberdade de culto presente na Constituição de 1891, foi manifestada de diversas formas entre os católicos. Uma das mais significativas ocorreu em 8 de abril de 1926 numa palestra proferida por D. Francisco de Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá, no Liceu Cuiabano, que foi impressa e distribuída em vários estados do Brasil. Nela, D. Aquino associou a expansão protestante ao imperialismo norte-americano perverso, corrupto e arrebatador de almas católicas[124].

O sonho da elite eclesiástica brasileira[125] em tornar a Igreja Católica novamente como a oficial do país, esteve presente na elaboração da Constituição de 1934, porém, sem sucesso. Apesar disso, conseguiu instalar crucifixos em diversos órgãos públicos e também pressionar para a liberação de verbas federais na construção de obras católicas. Ao longo das décadas seguintes, procurou diversas estratégias para neutralizar e excluir os protestantes da história do Brasil.

A importância numérica do protestantismo latino-americano foi bastante reduzida se forem considerados em números absolutos, pois não ultrapassou a casa de 1% da população antes das décadas de 1940 e 1950[126]. Porém, quando comparadas suas diversas associações constituídas com outras semelhantes, como as lojas maçônicas, os centros espíritas e mesmo as organizações do catolicismo social, as redes protestantes foram, com frequência, mais bem estruturadas e principalmente menos dependentes das influências governamentais.

Segundo Antônio Gouvêa Mendonça e Prócoro Velasques Filho [127], em 1930 calculava-se que a população protestante brasileira girava em torno de 700 mil pessoas, num universo de 41 milhões de habitantes. De acordo com esses números, de fato, o percentual estaria em torno de 1,7% do total populacional brasileiro. Essas pesquisas são recentes e boa parte dos brasileiros acostumou-se, por questões históricas, a intitular-se como “católica”, pois durante todo o período colonial e imperial no Brasil, essa era a religião oficial.

O nacionalismo protestante das décadas de 1930 e 1940 fundava-se sobre um humanismo cristão que girava em torno de uma democracia burguesa representativa e participativa. Essa foi uma das dificuldades de sua expansão, ainda que essas minorias tenham sido muito ativas do ponto de vista político, educativo e social.

Esse quadro apresentado sofre poucas alterações até o início da década de 1960, pois o protestantismo encontrava-se enclausurado em um projeto portador de uma modernidade religiosa e social para as minorias, cuja geografia restrita lhe acentuava os limites. Porém, a ação protestante popular, efervescente e de força na oralidade, aparentava estar prestes a conquistar um número

significativo das massas marginalizadas e em constante migração no país, acelerada pelas mudanças econômicas. É dentro desse universo que se desenvolveu a ação presbiteriana em Dourados.

O protestantismo difundiu-se como uma religião a evocar a palavra, que teve na leitura, principalmente da Bíblia, o cultivo da verdade religiosa. Os missionários protestantes introduziram a Bíblia em português como um livro para a reflexão diária e para a ação comunitária. A venda de Bíblias, além de atender à procura de um mercado em crescimento, contribuiu para caracterizar o discurso oficial dos missionários estrangeiros. O incentivo à leitura tinha o propósito de reforçar a ortodoxia e o padrão de comportamento religioso[128].

Em oposição a essa prática, a Igreja Católica condenou a leitura da Bíblia pelos leigos até o Concílio Vaticano II. Para ela, havia um risco muito grande de interpretações equivocadas dos textos bíblicos. Assim, somente os religiosos estariam preparados para tal tarefa. Mesmo nos seminários católicos, a leitura de determinados livros bíblicos só eram permitidas nos últimos anos de preparo da formação religiosa. Com tais posturas, a Igreja criava uma barreira considerável entre os religiosos e os fiéis.

Vários dos primeiros missionários americanos que vieram para o Brasil eram maçons[129]. Essa associação já era forte no país, formada por indivíduos que eram adversários da Igreja Católica, pois defendiam a liberdade religiosa e a separação entre a Igreja e o Estado. Os pastores protestantes não viam conflito no fato de pertencerem à maçonaria e ao mesmo tempo participarem nas suas igrejas. No início da instalação desses missionários, os maçons auxiliaram em diversas ocasiões, no impedimento de perseguições religiosas na cessão de seus espaços físicos para as pregações. Esses pastores não entendiam a maçonaria como uma entidade de caráter religioso, mas social e cultural. Ao longo do século XX, boa parte dos protestantes deixou de associar-se aos maçons na busca de uma identidade própria. Para a Igreja Católica: (...) *a Maçonaria na sua origem, é uma inimiga em potencial da Igreja, visto que ela descende da Ordem dos Templários e atua sob a proteção do protestantismo. Logo, toda Maçonaria é inimiga e não há hipótese de especificidades nacionais. O pecado é original e mortal ao mesmo tempo*[130].

Os conflitos entre a Igreja Católica e a maçonaria ocorreram ao final do século XIX, com a Bula papal *Syllabus*, que proibiu qualquer ligação entre elas. A partir daí teve início uma série de condenações aos maçons. Sob o ponto de vista moral, por ser má em decorrência, de seu caráter secreto; sob o ponto de vista religioso, por ser anti-cristã ao defender a escola laica, o casamento civil e a secularização dos cemitérios; e, sob o ponto de vista social, por ser um poderoso instrumento de desorganização social, uma “escola preparatória” de revolucionários.

Apesar desse acirrado combate, a maçonaria conseguiu crescer e diversificar suas atividades pelo país no período republicano, principalmente por sua postura supra-religiosa, pois

aceitava cristãos, judeus e muçulmanos, ou seja, qualquer homem que tivesse uma crença religiosa. Para David Gueiros Vieira, *a presença protestante no Brasil e seu envolvimento com o grupo maçônico-liberal fora o elemento catalítico das controvérsias locais que culminaram na luta entre os bispos e a Coroa, e, posteriormente entre a Igreja Católica, o protestantismo e a maçonaria*[\[131\]](#). A ação foi intensificada nas décadas de 1940 e 1950.

Incomodada com a nova situação que se apresentava e estimulada pela concorrência, a Igreja reagiu e procurou reformar o catecismo e a educação religiosa. Em 1955, na esperança de fazer frente ao crescente número de missionários evangélicos, recebeu uma nova onda de padres europeus em resposta ao apelo do papa Pio XII para a renovação do esforço de evangelização da América. Ao mesmo tempo, prosseguiu sua ofensiva aos adversários religiosos na disputa pelo mercado de bens simbólicos por meio do combate incessante ao pentecostalismo, ao espiritismo e às religiões afro-brasileiras.

Diversas medidas repressivas ganharam corpo, tais como: a distribuição de uma “carteira de identidade católica”, a negação de ministrar sacramentos aos filhos de adeptos dos terreiros de umbanda, a condenação do uso de santos católicos por outras religiões etc. Os resultados obtidos dessa campanha foram mínimos[\[132\]](#).

2.2 A disputa pelo poder

Desde a instalação definitiva do primeiro pároco em Dourados, em 1940, a Igreja Católica passou a agir intensivamente contra a expansão protestante na região. O protestantismo instalou a sua primeira base na cidade na década de 1920, e, como foi visto anteriormente, uma das marcas características da ação protestante no Brasil foi o estabelecimento de missões, como ocorreu em Dourados, com a implantação da Missão Evangélica Caiuá, em 1929.

A presença protestante na região foi possível em virtude da organização da chamada “Associação de Catequese” ou “Associação Evangélica de Catequese dos Índios”, uma ação conjunta da Igreja Presbiteriana do Brasil, da Igreja Presbiteriana Independente, da Igreja Metodista e da Igreja Episcopal, com o apoio dos missionários estadunidenses, representados pelo reverendo Albert S. Maxwell e sua esposa Mabel.

Essa ação protestante foi possível também porque já havia sido criada, pelo Serviço de

Proteção ao Índio, a Reserva Indígena de Dourados e o Posto Francisco Horta Barbosa, em 03 de setembro de 1917, cuja extensão era de 3.600 hectares, para abrigar cerca de 350 indígenas. Na verdade, a proposta do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), sob o comando de Rondon, era o reagrupamento macrofamiliar de grupos indígenas, que haviam se dispersado durante a guerra com o Paraguai, que permitiu a integração dos mesmos com a população não-índia[133].

Junto com o casal Maxwell chegaram o médico metodista Dr. Néelson de Araújo, o professor Esthon Marques, da Igreja Presbiteriana Independente, o agrônomo João José da Silva e sua família. Em substituição ao reverendo Albert e sua esposa, vieram alguns anos depois a Dourados, o reverendo Orlando e Loide Bonfim Andrade. A missão evangélica incluía uma igreja indígena, uma escola, um ambulatório médico e um orfanato.

Em 06 de abril de 1939, os missionários presbiterianos procedentes dos Estados Unidos e a Missão Leste do Brasil decidiram abrir mais um espaço, desta vez para atender aos moradores não-índios de Dourados: a Escola Presbiteriana Erasmo Braga. A princípio, eram os mesmos professores a atender as crianças indígenas na escola da Missão Caiuá e na escola Erasmo Braga. O deslocamento ocorria por meio de charretes, o que tornava a atividade penosa, principalmente no período chuvoso. Durante muitos anos a escola contou com a cooperação do casal Maxwell, de Mário Sydenstricker, além da direção técnica de Suzana Cockell, com o auxílio de Catarina Peck, de Eliza Gonzales e de Edith Foster.

Na década de 1940, os presbiterianos investiram na construção de um hospital em Dourados, fundado em 15 de novembro de 1946. A construção foi possível em virtude da doação de vinte e cinco mil dólares, efetuada pelas irmãs Annie e Dulie King, em memória de seus pais, Doutor e Senhora Goldsby King. A gestão do hospital ficou a cargo da Igreja Presbiteriana do Brasil. Até então perdurou uma ação conjunta dos protestantes em Dourados. Isso não significa dizer que não houvesse um investimento em separado de cada núcleo protestante.

As ações da Igreja Batista iniciaram-se ao final da década de 1940 e princípio da década de 1950, com a fundação de duas igrejas na área da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, uma no Barreirão e outra na Vila Brasil, atual município de Fátima do Sul. Em 1957 os batistas inauguraram uma outra na região central de Dourados, que contou com 100 membros[134]. Em 1949, a Igreja Adventista do Sétimo Dia organizou os seus primeiros núcleos nos distritos do Panambi e Barreirão. Diversos outros foram formados em Cristalina, Mbopei, Bocajá, Itaporã, Sardinha, Malária, Braço Morto, Vila Brasil, 5ª Linha, Potreirito e Jateí[135]. Em 1952 inaugurou um prédio para o culto e funcionamento de uma escola primária na área central de Dourados[136]. Já a Igreja Metodista centrou inicialmente sua atividade, na cidade de Dourados, com uma igreja e uma escola primária, organizadas em 1955. A Igreja Assembléia de Deus, nascida de uma

dissidência da Igreja Batista, iniciou seus trabalhos na cidade em 1949, com a inauguração de um templo. Por fim, a Igreja Presbiteriana Independente instalou-se na região entre os anos de 1956 e 1957, porém organizada pelo presbitério de Maringá em 1963.

O espiritismo também investiu na cidade de Dourados, com a inauguração do primeiro espaço, o Centro Espírita Amor e Caridade, em 12 de junho de 1946, em pleno funcionamento até hoje. Em 23 de janeiro de 1955, foi lançada uma campanha em prol da construção do Centro Espírita Cristo Rei, uma entidade filiada à Federação Espírita de São Paulo[137]. Ao final da década de 1950 esse segmento religioso contava com cerca de 1.000 adeptos, cinco centros espalhados na região e também contou com o apoio governamental[138].

À medida que a população municipal crescia, foi possível também a instalação de uma Loja Maçônica, nos moldes das demais existentes no país. Em 1948, um grupo de homens organizou-se para levantar fundos para a construção. Assim, em 18 de fevereiro de 1955, houve a inauguração da Loja Maçônica Antônio João e a posse de sua primeira diretoria[139]. Com o passar dos anos, cresceu o número de associados e de colaboradores, o que permitiu a abertura de uma escola mantida pela Sociedade Beneficente e Cultural Antônio João. Nela, os alunos recebiam gratuitamente os cadernos, os livros e todo o material escolar necessário[140].

Em relação à Igreja Católica, até cerca de 1945, as paróquias eram poucas, de grande extensão e muitas chegavam a 20 mil km². A população média no interior delas era entre 10 e 20 mil fiéis, sendo 50% localizada na zona rural[141]. Havia latifúndios, pequenas e médias propriedades em convívio com as colônias federal e municipal e com loteamentos particulares. Segundo frei Teodardo Leitz foi necessário começar da estaca zero o trabalho de catequização local em Dourados[142].

Para D. Orlando Chaves, bispo de Corumbá e responsável por toda a região sul de Mato Grosso desde 1948, o aumento populacional, principalmente dos migrantes, permitia a possibilidade de reestruturar a sociedade em bases católicas. Segundo ele, havia promessas vocacionais, econômicas e sociais[143].

A Igreja Católica via no migrante uma missão cristianizadora de toda a sociedade local e uma promessa de superar a falta de religiosos. Portanto, o mesmo seria o perfeito nacionalista, um ser capaz de promover a civilização, a integração da região ao território nacional e o elemento que se dedicaria à vida religiosa para recristianizar os índios, os sertanejos e os estrangeiros residentes em Dourados. Em suma, a vida agrária, sem os vícios da vida urbana, possibilitaria a absorção das normas católicas.

Na verdade, a possibilidade de expansão religiosa não foi uma exclusividade da Igreja

Católica. Essa pretensão estava presente nas ações dos presbiterianos, dos adventistas, dos batistas, dos assembleianos, dos espíritas e até dos maçons, inclusive com a utilização de estratégias similares. Todos se propunham a criar, a princípio, um espaço para reuniões e uma escola primária. Os comportamentos e atitudes devem ser entendidos no âmbito abrangente da necessidade de integrar a região ao todo nacional e à disputa religiosa.

Nesse contexto, as formulações sobre a expansão religiosa em Dourados estão imersas muito mais no social do que no espiritual, no que diz respeito à disputa por adeptos e pela direção de suas consciências com maior ou menor grau de conservadorismo ou liberalismo, pois os valores da ética religiosa tendem a criar uma legitimidade para essas instituições e também um papel dentro da sociedade civil[144].

Segundo Frei Servácio Schulte[145], a chegada e a permanência dos padres em Dourados exigiram um esforço bastante grande que, num primeiro momento, voltou-se para a construção de casas paroquiais, de igrejas e de capelas. Sanadas essas preocupações surgiram outras, tais como: fundar escolas, aumentar a frequência das visitas dos padres na CAND, atentar ao perigo representado pelos protestantes, espíritas e terreiros. Também havia a necessidade da criação de um seminário menor[146], para fomentar as “vocações”. Porém, com um número tão reduzido de religiosos, essa tarefa seria dificultada e mais um problema do que uma possível solução.

A ação pastoral franciscana foi difícil em Dourados, principalmente devido ao trabalho anterior bastante consistente dos protestantes, com a criação da Missão Evangélica Caiuá, da Escola Erasmo Braga e de diversas escolas e templos que se espalharam pela região.

Em setembro de 1943 teve início a luta católica douradense rumo à expansão física e de conquista de novos adeptos, com o planejamento de ampliação da capela para transformá-la em igreja matriz. A planta foi elaborada pelos padres franciscanos alemães, que atuavam em Dourados. As pedras do alicerce foram doadas pela prefeitura municipal. O restante da verba necessária para a construção foi obtido por meio de doações e de arrecadações nas festas religiosas. Em 1944 houve a benção solene do início das obras, que chegaram ao fim em 1953[147].

Quanto às preocupações morais, a Cúria Diocesana de Corumbá enviava constantemente correspondência a todas as paróquias, por meio de cartas circulares. Nelas constavam as mais variadas preocupações da Igreja Católica no Mato Grosso, desde a atenção dos párocos em relação à vestimenta feminina no interior das igrejas, até a preocupação com relação a eleições, para que os católicos não votassem em protestantes, em espíritas, em ateus ou em comunistas[148]. Porém, havia uma resistência considerável da população local às normas estabelecidas. Não poucas vezes os religiosos se viam obrigados a fazer concessões, como no caso da participação feminina na igreja. Muitos pais impediam que suas filhas assistissem à missa pelo receio do padre namorá-las ou

assediá-las. Além do que, os mato-grossenses eram, em sua maioria, simples nos costumes e na vestimenta – o que dificultava o enquadramento nas normas católicas.

Com relação às festas religiosas, houve uma preocupação constante dos bispos de Corumbá, responsáveis pela paróquia de Dourados. D. Vicente Maria Priante, que assumiu a diocese em 1933, passou a exigir de seus párocos uma rígida fiscalização, sobre os organizadores leigos das festas, as quais só seriam permitidas com a prévia autorização do bispo e com o pagamento das taxas relativas à diocese. A inquietação também residia no perigo de profanação do espaço religioso, visto que as festas ocorriam nos pátios, na rua em frente à igreja ou nos salões paroquiais[149].

Em Dourados, a alternativa foi a nomeação dos festeiros e da formação de uma comissão sob a supervisão do pároco. Embora não constem registros de fraudes nas festas, as manifestações profanas eram comuns, pois os leigos encontraram suas próprias estratégias de garantia da liberdade no espaço público. Ercília Pompeu relatou que os inimigos sabiam com antecedência se deveriam ou não frequentar uma determinada festa. Sempre havia os informantes para evitar tragédias:

Eu e Amael (seu esposo) éramos festeiros de uma das tantas festas da Imaculada Conceição na década de 1950, junto com um casal de amigos de Maracaju. Eu estava em casa preparando “prendas” para o leilão quando a minha comadre chegou e disse: hoje não posso ficar porque vem gente inimiga na festa[150].

Para prover de rendas o pároco douradense necessitava constantemente da realização de festas, de bingos, de leilões e da venda de rifas, pois era uma forma de atrair a população local. Todos os bispos de Corumbá foram unânimes em afirmar que era necessário um rigor na escolha dos festeiros, ou seja, dos leigos responsáveis pela organização das referidas comemorações. Além dos mesmos estarem sob a supervisão do vigário ou pároco responsável, ao final de cada evento deveriam publicar os balancetes nos jornais locais[151]. Os lucros obtidos precisariam ser depositados na conta bancária paroquial.

Uma estratégia utilizada pela Igreja Católica foi a institucionalização das manifestações populares, como a organização das procissões e das festas. Nessas, os padres aproveitavam para reforçar sua luta contra a concorrência religiosa. Consta no relatório da festa da padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de 1945: *Encerrou-se esta festividade com a profissão da fé contra o comunismo, o espiritismo e o protestantismo. Espontaneamente a massa gritou: Viva Cristo Rei, viva Nossa Senhora e morra o comunismo! E assim o fez por algum tempo*[152]! O crescimento dos concorrentes precisava ser combatido, pois causavam a descristianização da sociedade. A melhor forma de combatê-la seria por meio de uma ação forte e marcante dos padres locais, principalmente nas ocasiões em que havia um número maior de participantes, como na festa

da Imaculada Conceição.

As atitudes tomadas pelos membros do clero devem ser entendidas num âmbito abrangente onde a Igreja local tentava se organizar, características que incluem uma defesa e uma afirmação da ortodoxia doutrinária, além de uma aproximação com o poder público local. Não havia dúvida da dificuldade enfrentada em relação à cultura popular. Também, nesse momento, os religiosos atuantes de Dourados eram alemães, o que dificultava ainda mais uma aproximação com os fiéis. Com todos esses revezes, é fácil compreender o ato de interpelar as outras religiões concorrentes de forma drástica pelos agentes do sagrado.

O aumento demográfico na região de Dourados possibilitou a construção de novos edifícios religiosos, como a capela de Nossa Senhora de Fátima, em maio de 1946, no bairro chamado de Cabeceira Alegre. O processo foi o costumeiro: houve a doação de um lote, a organização de grupos responsáveis pelas festas para angariar dinheiro para a construção e, por fim, a ajuda da Igreja Católica em relação aos paramentos, as toalhas, os cálices, os castiçais, as imagens e a assistência religiosa. No caso da referida capela, a maior parte foi obtida pela própria comunidade local^[153]. Em virtude do atraso na demarcação dos lotes da CAND, a Igreja Católica aguardou o início das instalações oficiais do governo federal para a realização de um investimento religioso mais concentrado.

Apesar das enormes dificuldades iniciais, inclusive em relação ao choque cultural e o período da Segunda Guerra Mundial relatados no primeiro capítulo, o trabalho dos padres católicos não foi interrompido. Durante todo o ano de 1947 há registros de passagem dos religiosos na Colônia Federal, na prestação de assistência espiritual. Com a chegada de mais dois padres franciscanos, frei Servácio Schulte e frei Damasceno Hearber em 1948, o trabalho pastoral pôde ser estendido, inclusive com assistência à CAND. Outro fato observável foi o bom relacionamento dos religiosos com os órgãos de imprensa local, conforme demonstra o fragmento abaixo:

Hoje nos ocuparemos do trabalho silencioso, porém produtivo dos padres da Ordem de S. Francisco em Dourados. Estes abnegados homens dão assistência moral e religiosa a todas as escolas do município, percorrendo-o nos seus quadrantes. Fazem este trabalho em aulas semanais e de modo fixo, dentro do quadro escolar e de modo permanente. Além das visitas semanais que os mesmos fazem regularmente desde o início das aulas, muitas outras escolas são visitadas por ocasião da passagem dos mesmos pelos sítios.^[154]

Inúmeras vezes a imprensa local publicou artigos amáveis aos padres franciscanos. A matéria acima mostra que a situação desgastante com os padres alemães durante a Segunda Guerra Mundial encontrou um espaço de convivência, e os mesmos passaram a ter autorização para trabalhar semanalmente nas escolas locais, com a catequese nas salas de aula do município. O intuito dessas ações foi a firmamento de bases católicas onde havia espaço, pois a Igreja Católica não

possuía escola própria, o que foi concretizado na década de 1950.

A Igreja visava diminuir o sofrimento da sua gente do interior, por meio da ação de seus religiosos, mas também construir uma legitimação do seu poder frente à população. Para isso, fazia-se ouvir e respeitar em todas as oportunidades que se apresentavam, aludindo assim ao seu desejo de poder. Nesse sentido, a sala de aula e as visitas nas casas dos camponeses eram formas de aproximação com essa população pouco visitada e pouco assistida. Isso não significa excluir o trabalho desses religiosos.

Aos poucos, a ação da Igreja Católica se fez presente na Colônia Agrícola, a princípio nas escolas. Ao chegar à localidade, o religioso ministrava aulas de catequese, celebrava uma missa, realizava alguns sacramentos e combinava o seu retorno àquela localidade.

Com relação ao ensino, possui a Colônia, em pleno e regular funcionamento, um grupo escolar e mais quatro escolas, todas para um total de 500 alunos. Os professores são mantidos pela Administração da Colônia e aos alunos são oferecidos cadernos, tintas e demais materiais escolares. Os professores são em número de 8. Atualmente cinco a seis mil almas residem na colônia.[\[155\]](#)

A matéria visava comunicar à população de leitores que a Colônia Agrícola cumpria o seu papel, inclusive no quesito educacional, conforme determinavam os seus regulamentos federais. Embora o número de leitores de jornais fosse reduzido, a notícia lida por alguns era espalhada a uma parcela significativa dos moradores locais. As relações de comunicação implicavam não somente as questões lingüísticas da escrita, mas também de um poder simbólico[\[156\]](#). Ou seja, aqueles que criticavam as ações governamentais o faziam porque não queriam enxergar o tamanho e a importância das obras criadas no município de Dourados.

Ao longo da década de 1950, a Igreja Católica utilizou vários mecanismos e, entre eles, ação franciscana em Dourados, com o chamado *Pão de Santo Antônio*[\[157\]](#), ou seja, a distribuição gratuita de leite em pó vindo dos Estados Unidos. Esse trabalho envolvia a ajuda das senhoras católicas na organização de fichas, na preparação do leite líquido e na distribuição do produto[\[158\]](#). Frei Teodoro fez diversos apelos em matérias publicadas: *convidamos a todos os pobres em geral, sem distinção de raça ou religião, a comparecerem, trazendo uma garrafa em que poderão levar o leite para casa*[\[159\]](#). Essa divulgação apresentava seus limites, pois, afinal quem não tem dinheiro para comprar leite não deve possuí-lo para adquirir um jornal. Apesar desse empecilho a obra cumpriu o seu objetivo enquanto durou.

Outra estratégia costumeira foi a utilização de procissões, como forma de atrair a população. Um bom exemplo a ser mencionado, ocorreu em agosto de 1953, com a vinda da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, que viajava pelo Brasil num avião especial da

Força Aérea Brasileira. A imagem partiu da Cova Iria, Portugal, no dia 13 de maio de 1947, numa peregrinação pelo mundo inteiro, para ser entregue ao Papa, ao final do roteiro, como símbolo da unidade do mundo católico. Essa imagem passou por Ponta Porã, Dourados e Vila São Pedro. Na região douradense foi organizada uma série de comissões, presididas pelo vigário frei Teodardo Leitz, que incluíam a recepção, a ornamentação, a propaganda e a arrecadação financeira. Houve inúmeras propagandas veiculadas na imprensa, e, diante das críticas protestantes em relação à adoração de imagens pelos católicos, frei Teodardo escreveu: *(...) é pelo retrato e não ao retrato que o filho manifesta o seu amor filial. Guardemos bem a distinção: se o nosso homem prestasse honras divinas ao retrato, reconhecendo nela uma deusa, ele seria idólatra. Mas ele usa o retrato apenas como meio para lembrar a mãe a que desejava manifestar seu amor.* [\[160\]](#)

Houve uma extensa programação elaborada em virtude da procissão envolvendo uma recepção composta de pessoas a pé, com tochas nas mãos, e de carros, a coroação da imagem na igreja matriz, a bênção de crianças, uma missa com comunhão geral, a bênção dos doentes e a realização da cerimônia de primeira comunhão. Consta a participação de trezentos carros e de uma multidão calculada em 10.000 pessoas, na soma do evento em Dourados e na Vila São Pedro. D. Orlando aproveitou a ocasião para elogiar a participação da população, com seus belos ornamentos, com suas crianças vestidas de anjinhos, com seus políticos locais e com os homens da comunidade nos atos religiosos [\[161\]](#). Nessa ocasião, o bispo mencionou ainda, que projetava a criação do bispado de Dourados, que abrangeria os municípios de Dourados, Rio Brillhante, Ponta Porã, Maracaju e Amambai. Essa realidade só se concretizaria alguns anos mais tarde. Desde que assumiu a diocese da Corumbá em 1948, D. Orlando Chaves se preocupou com a sua extensão territorial, que abrangia todo o sul de Mato Grosso e a falta de religiosos para prestar assistência local. Uma saída seria tentar negociar com diversos superiores provinciais do Brasil, nas variadas Ordens ou Congregações religiosas e oferecer áreas de atuação. Outra saída seria a divisão territorial em diversas dioceses.

A chance de negociação surgiu a partir da expansão da própria ação dos Franciscanos na região de Dourados. Em 1950 houve a inauguração de duas igrejas, uma na Vila São Pedro e outra em Itaporã. A primeira localizava-se dentro da Colônia Federal e a segunda na Colônia Municipal. Até o início da década de 1950 só havia a Paróquia Imaculada Conceição em toda a área formada pelo município de Dourados e, na maior parte do tempo com apenas dois padres para atender os 25.000 km². A imprensa local encarregou-se de divulgar a inauguração da capela de São Pedro:

Registramos a inauguração da Igreja de São Pedro realizada na Colônia Federal local, cuja festividade foi brilhantíssima e obedeceu a um programa inédito na vida da Colônia, pois nele assistiram os presentes a missa, os batizados e os casamentos, culminando com a procissão do Padroeiro e manifestações outras, de caráter religioso ao patrono [\[162\]](#).

A expansão católica na CAND ganhou novos contornos quando Tácito Pace foi nomeado o novo administrador. Isso fica claro na carta que escreveu em 23 de fevereiro de 1950, dirigida a D. Orlando Chaves, Bispo de Corumbá:

Tenho a satisfação de comunicar a V. Revma. que assumi a direção desta Colônia, desde 18 do corrente, e que estarei a disposição de V. Revma., sentindo-me inclinado a esperar o vosso amparo no sentido de difundir a nossa religião nestas paragens, tendo já acelerado a construção da igreja que ainda se demorará por uns quatro meses[163].

Entre as obrigações do administrador da Colônia constava a organização e o envio de um relatório mensal de prestações de contas das despesas efetuadas para o Ministério da Agricultura da União[164]. No ato da inauguração da capela de São Pedro, foi enviado a Henrique Dietrich, Chefe da Seção de Terras do governo federal, um convite datado de 14 de junho de 1950 no intuito de contar com sua presença: *Tenho a satisfação de advertir-vos que as comemorações de inauguração da primeira igreja edificada em território da CAND, bem poderão ensejar o vosso antigo intento de visitar esta região. A cerimônia será no dia de São Pedro, 29 do corrente[165].*

Após a inauguração da referida igreja, Tácito Pace escreveu novamente ao bispo de Corumbá, D. Orlando Chaves, para sugerir a entrega da direção espiritual e religiosa dos habitantes da Colônia a uma congregação que pudesse residir na sub-sede, junto à administração. Criticou a atuação dos padres Franciscanos, pois os mesmos não o ouviam quanto aos planos de expansão da fé católica na região e que havia um crescimento de *seitas* de diversos *cultos protestantes*. Finalizou com um pedido: *pleitear a criação de uma paróquia nas terras da CAND, entregando-a a uma Congregação, na forma que melhor lhe aprouvesse[166].* De fato, após alguns anos iniciou-se a ação de outros religiosos não-Franciscanos na área.

No ano de 1951 a paróquia de Dourados recebeu a visita de D. Orlando Chaves por 40 dias – tempo necessário para percorrer todas as localidades e realizar uma avaliação completa da realidade local. Em todas as localidades possíveis, como nas capelas, nas escolas e na igreja Imaculada Conceição ocorria o *Tríduo Eucarístico*, isto é, três dias de celebrações religiosas, com a inclusão de batizados, de crismas, de casamentos, de confissões e de comunhões. O vigário local era frei Antonino Schenger, que o acompanhou nessa peregrinação.

O registro da passagem de D. Orlando encontra-se tanto no Livro Tombo I da Paróquia de Dourados, quanto em matérias publicadas no jornal *O Progresso* nos meses de agosto e setembro, com os seguintes títulos: *Chegará amanhã o Bispo Diocesano, Grande sucesso vem obtendo a visita pastoral do Bispo Diocesano e Brilhante encerramento da visita pastoral do Bispo Diocesano Dom Orlando Chaves*. Em todas há uma exaltação das obras católicas e da importância do visitante e, por extensão, do município de Dourados. Uma delas, em especial merece destaque,

divulgada no dia 09 de setembro, pois descreve a alegria do Bispo com o *alto significado da presença de tantos homens na solenidade, acentuando que a mais bela posição do homem é ajoelhada diante de seu Criador*[167]. Essas observações permitem concluir que a presença masculina não era uma constante nas celebrações religiosas na região de Dourados.

Outro ponto importante a ser salientado é que, com a vinda do Bispo, firmavam-se diversos compromissos com as autoridades religiosas locais e definiam-se as metas futuras. No caso específico da visita mencionada, ficaram estabelecidas as comissões para a fundação de um ginásio, de uma escola paroquial e de um hospital para fazer frente ao avanço dos presbiterianos no município de Dourados. Pelos acordos estabelecidos com o padre Guido Barra, Inspetor Salesiano da época, o ginásio seria confiado a essa congregação. Já a escola paroquial e o hospital, às Irmãs de Caridade. Por fim, o Bispo escreveu: *Deixamos uma grande bênção aos franciscanos pelos grandes serviços prestados a este povo, com um apostolado verdadeiramente heróico, digno dos filhos de São Francisco de Assis*[168].

Em virtude da visita episcopal do bispo, foram reconhecidas e oficializadas a Congregação Mariana e a Pia União das Filhas de Maria, formadas na área da Colônia Federal. Também foram crismadas 600 crianças no local. Por fim, foram selecionados 20 meninos para o seminário diocesano, a serem encaminhados por D. Orlando Chaves[169].

Na cidade de Dourados, o ano de 1952 foi marcado pela bênção da pedra fundamental do Patronato de Menores, parte integrante da ação franciscana na paróquia. Essa obra ficou ao encargo de frei Servácio Schulte e contou com verbas federais, estaduais, municipais e particulares até a sua conclusão em 1956. Houve uma intensa campanha, conduzida durante quatro anos pelo frei Antonino Swenger, para a junção do valor financeiro total da obra. Esse exemplo deixa claro o grande trânsito que esses religiosos tinham nas esferas do poder público e privado. No mesmo período, encontrava-se em construção uma igreja em honra ao Senhor Bom Jesus da Lapa em Caarapó[170]. No ato da inauguração da escola, em 1954, frei Teodardo Leitz, o vigário, escreveu: *com esta escola procuramos fazer um contrapeso à Escola Protestante Erasmo Braga, verdadeira praga para a causa católica*[171]. De fato, dentro da ofensiva da igreja, o crescimento das igrejas adversárias só poderia ser visto como algo desagradável. A partir da existência da escola, surgiu a possibilidade de negociações com as chamadas Irmãs de Caridade para dirigi-la.

Assim, em companhia do bispo diocesano D. Orlando Chaves, a madre provincial das Irmãs Franciscanas de Santa Maria, Rio Grande do Sul, visitou Dourados em 25 de agosto de 1954. Ficou impressionada com a possibilidade de assumir a administração do Patronato de Menores e de organizar um posto de puericultura, um ambulatório e de construir um convento para Irmãs na cidade. Segundo frei Teodardo, a notícia simbolizava *uma grande vitória para a causa católica*

local[172]. De certa forma, os Franciscanos cumpriram à risca os desejos do bispo, pois o mesmo enviou uma carta circular de alerta a todos os religiosos da diocese pelo fato de existirem alunos católicos do Mato Grosso a estudarem em colégios protestantes em São Paulo[173].

O ano de 1954 foi marcado, ainda, por uma série de acontecimentos que acentuariam as tentativas de expansão católica na região de Dourados, tais como a vinda das Irmãs Franciscanas do Rio Grande do Sul para Dourados e as negociações em torno da chegada dos Palotinos, no intuito de intensificar o catolicismo na área da Colônia Agrícola Nacional. Assim, o trabalho na CAND ficou a cargo dos padres Palotinos. Esses estavam em busca de áreas para a expansão da fé católica e também da ação da Província de Nossa Senhora Conquistadora do Rio Grande do Sul. Para as Congregações e Ordens Religiosas, era muito importante a abertura de novas áreas de atuação e de crescimento patrimonial.

Entre as diversas andanças pelos estados do Paraná e do Mato Grosso, em 1954, padre José Daniel chegou a Campo Grande, ocasião em que se encontrava presente D. Orlando Chaves. O bispo ofereceu-lhe, em nome da diocese de Corumbá, uma paróquia a ser criada, situada à margem direita do rio Dourados, com uma área de 9.000 km². Assim, teve início o trabalho do padre José Daniel na igreja de São Pedro e, posteriormente, na Vila Glória, hoje Glória de Dourados. Na pasta relativa aos documentos de Corumbá, pertencente à Cúria Diocesana de Dourados, há uma procuração, assinada por D. Orlando Chaves e registrada em cartório no dia 18 de outubro, em nome do padre:

Padre José Daniel, brasileiro, residente na Colônia Federal de Dourados, neste Estado, a quem confere poderes para o fim especial de receber doações de terrenos em nome da Mitra Diocesana de Corumbá, podendo assinar as respectivas escrituras, com as condições que ajustar, inclusive receber posse, domínio, direitos e ações[174]

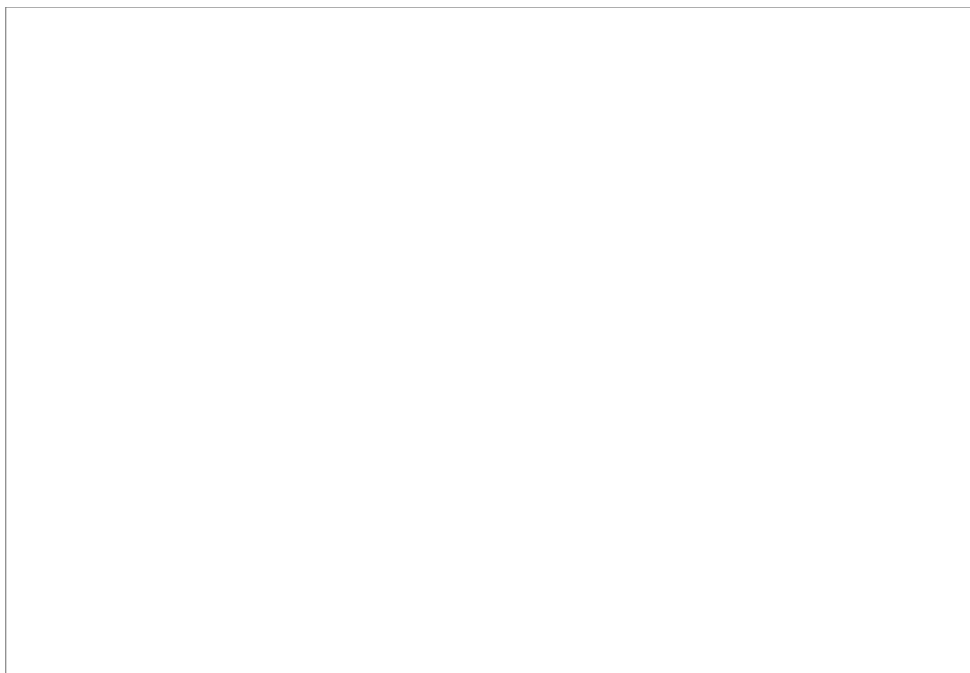
Aos Palotinos foram destinadas as paróquias de Amambai e, na Colônia Agrícola Federal de Dourados, as paróquias de São Pedro e Nossa Senhora da Glória.[175] A paróquia de São Pedro tinha apenas a igreja matriz, e a de Nossa Senhora da Glória estava desprovida de Igreja. A Província do Apostolado Católico teve de auxiliar financeiramente todos os párocos para que pudessem sobreviver. Os Palotinos procuraram fazer-se presentes desde a fundação destes povoados. Ao surgirem agrupamentos, os padres construíam capelas, que gradualmente foram substituídas por igrejas[176].

A CAND era vista como um lugar de desafios e de missões. Na visão católica, as populações rurais estariam distantes das visões *distorcidas e contaminadas* da vida urbana. O ato de lidar com a terra aproximaria o homem de Deus. Nessa medida, os Palotinos estabeleceram-se na região com os objetivos de reavivar a fé e reacender a caridade entre os católicos e formar um

homem apostólico, com uma família apostólica, freqüentando uma escola apostólica e uma igreja apostólica. Era preciso educar pela transformação de valores morais e éticos do educando, que buscava torná-lo apto a participar na vida em sociedade e transformá-la num mundo melhor[177].

Em 1954 a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (**Mapa nº 2**) achava-se dividida em três grandes zonas: a primeira, loteada e ocupada, que se estendia até às margens do rio Dourados. A segunda situada à margem esquerda do rio, contava com apenas 400 lotes em curso de demarcação, sendo 62 deles ocupados por imigrantes japoneses. Nessa área surgiram irregularidades e invasões, onde atualmente encontra-se o município de Fátima do Sul. Por fim, a terceira, ainda possuía pendências judiciais com as fazendas que a ladeavam.

Mapa nº 2: Mapa Localização da CAND.



Fonte: (GRESSLER; SWENSSON, 1988)

O ano de 1955 marcou um novo ritmo nas atividades da Igreja Católica no núcleo urbano de Dourados e na CAND. Iniciou-se uma longa série de correspondências entre o padre José Daniel e o Bispo D. Orlando Chaves. Duas delas merecem comentários. A primeira, de 11 de janeiro, envolve um breve relato sobre as condições vividas pelo padre na Vila São Pedro, informava a compra de um *Jeep* e a preocupação em resolver, com urgência, as questões patrimoniais. A segunda, de 15 de janeiro, relata a sua preocupação com o estado em que se encontrava o hospital da Colônia, a ser entregue a um médico: *A administração vai se retirar em julho do hospital, que será entregue a um médico que quiser chegar. Estou com medo dos protestantes*[178].

Em virtude das preocupações apontadas, D. Orlando solicitou esclarecimentos à administração do Núcleo Colonial de Dourados. A resposta foi enviada no dia 26 de janeiro por Adalberto Gerhardt, assistente administrativo. Na mesma explicava que o padre José Daniel

prestava um serviço muito importante, pois, além de ministrar comunhões, rezar missas e fortalecer o catolicismo, ainda distribuía remédios e ajudava no transporte de doentes. Segundo o assistente, o religioso realizava: *Uma campanha sem trégua contra a falta de moral, que infelizmente campeia na Colônia, mas vem arrancando a maioria do povo do ostracismo religioso. É criticado por alguns, mas é o mais indicado para moralizar o povo local*[\[179\]](#).

As considerações acima certamente influenciaram a tomada de decisão de D. Orlando Chaves em transformar a capela de São Pedro em Paróquia, ou seja, de desmembrá-la da Paróquia de Dourados. É o que consta no Decreto número 17, de 15 de março de 1955:

Fazemos saber que, atendendo às necessidades espirituais dos nossos diocesanos, residentes na Colônia Federal de Dourados e Paróquia de Dourados deste bispado, havemos por bem desmembrá-la da dita Paróquia e erigi-la em Paróquia, sob a denominação de São Pedro Apóstolo, com sede na igreja de São Pedro[\[180\]](#).

No mesmo documento, o bispo nomeou como novo vigário de São Pedro Apóstolo o padre Luiz Vendrúsculo da Congregação Palotina. Nesse momento, a nova paróquia possuía seis capelas[\[181\]](#) e a proposta era de dar continuidade a essa expansão. De fato, isso se verificou com a criação de uma outra Paróquia sob o título de Nossa Senhora da Glória, em Glória de Dourados, resultado do esforço desses religiosos[\[182\]](#).

Apesar do crescimento espacial, o trabalho religioso encontrava inúmeras barreiras: a missa era celebrada em latim, uma língua que a maciça maioria não compreendia, o padre rezava-a de costas para o povo e a Bíblia, bem como os rituais religiosos, eram de absoluto domínio sacerdotal. Dessa forma, os fiéis, quando iam à missa, passavam o tempo do ato religioso a rezar o terço ou as poucas orações que conheciam. Além disso, a atuação leiga era extremamente controlada pelos sacerdotes e pelos bispos por meio das associações religiosas, como o Apostolado da Oração e as Congregações Marianas.

Padre José Daniel tomou posse na Paróquia de Nossa Senhora da Glória, em Vila Glória, no ano de 1955. A mesma foi desmembrada da Paróquia de São Pedro. Seu sonho era tornar a região um grande centro religioso e cultural das missões e de irradiação da vida palotina. A casa paroquial era de madeira, bem como a primeira igreja. Batalhou pela construção da Escola Rainha dos Apóstolos, do Ginásio Vicente Pallotti e por um extenso trabalho social, com a formação de cursos profissionalizantes, tais como o de corte e costura e o de datilografia. Porém, enfrentou resistências populacionais devido ao seu forte conservadorismo religioso.

Em 14 de outubro de 1955 o padre José Daniel enviou uma carta à administração da Colônia Agrícola, na qual afirmava encontrar-se numa situação desesperadora pela presença de uma revolta de comunistas e anarquistas no interior da mesma, a ameaçar a ordem e o desenvolvimento local. Essa denúncia levou os administradores do Núcleo Colonial de Dourados à abertura de um inquérito policial. Porém, quando foi convidado a depor em 22 de janeiro de 1956, o referido

pároco negou-se a declarar onde se encontravam os focos de subversivos dentro da CAND, pois *não queria saber de nada e que isso era responsabilidade do governo e não da Igreja*[\[183\]](#).

A comissão de inquérito deu seqüência à investigação, com depoimentos de soldados e do delegado de Polícia. De todo esse desgaste o que se apurou foi a dificuldade dos colonos em dar continuidade a seus trabalhos, em virtude da miséria e da precariedade vivida por muitos. Na verdade, o que se encontrou foi apenas um abaixo-assinado dos colonos que pedia a conclusão das demarcações das terras em determinadas áreas da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e de melhoramento das estradas[\[184\]](#).

O trabalho dos Palotinos seguia com força dentro da Colônia Agrícola. Em matéria publicada no jornal *O Progresso*, em 18 de maio de 1956, padre José Daniel oferece um relato das atividades: a organização de duas paróquias, a construção de nove capelas, a abertura de sete cemitérios, a fundação do patrimônio de Bocajá, a manutenção de um hospital na 1ª zona e um posto de saúde na 2ª, a distribuição de medicamentos gratuitos, o transporte de doentes para hospitais, a entrega de folhetos sobre higiene e educação, a manutenção de conferências sobre a melhor utilização das terras, a assistência religiosa em todas as escolas públicas, a manutenção do Instituto Espírito Santo com escola profissional de artes e ofícios e a sustentação de uma escola particular pelas Irmãs de Caridade[\[185\]](#).

Em 12 de outubro de 1954, sob a responsabilidade do padre José Daniel, foi construída a primeira capela em Vila Brasil, com o nome de Nossa Senhora de Fátima. Para reforçar o trabalho dos Palotinos chegou em 1956 o padre José Pascoal Buzatto, que dinamizou a ação dos religiosos na região com a criação do Movimento Social Palotino, dedicado a oferecer cursos profissionalizantes de datilografia, de corte e costura, de culinária, de hortas comunitárias etc. Não há dúvidas da influência desse religioso na localidade, inclusive na alteração do nome da Vila Brasil para Fátima do Sul. Também não é possível ignorar a forte concorrência pelo mercado dos bens simbólicos no espaço da CAND entre a Igreja Católica, a Igreja Assembléia de Deus, a Igreja Batista, a Igreja Cristã do Brasil, a Igreja Adventista, os Centros Espíritas e os terreiros de Umbanda.

O trabalho dos Palotinos foi visto, de maneira geral, pela administração do Núcleo Colonial de Dourados como positivo, pois os padres colaboravam na distribuição de sementes, de medicamentos e ajudavam na manutenção da *ordem interna*. Por outro lado, todos os relatos publicados pelos religiosos na imprensa e no jornal *Elo*, mostram que os mesmos viam a CAND e sua população como um local onde reinava a pobreza, e a culpa disso é que faltavam escolas, igrejas católicas, conhecimentos agrícolas, higiene e assistência médica. Segundo o padre Luiz Ventrúsculo, *no natal de 1955 foram distribuídos às crianças 180 pacotes de doces, 300 pastéis e 300 pães aos índios*[\[186\]](#). O relato leva a concluir que esses religiosos possuíam um olhar ambíguo, tanto sobre eles mesmos quanto sobre a população local – daí essa ação assistencialista de caráter emergencial.

Para o padre Luiz Ventrúsculo, a população da Colônia Agrícola em 1955 era de 19 mil

habitantes, distribuídos em quatro mil famílias, e apresentava-se assim porque não havia recebido instrução religiosa consistente e encontrava-se desnordeada. Por isso os Palotinos investiram na organização de 15 escolas e de 9 capelas. Além disso, procuraram uma maior aproximação com o governador e com outras autoridades no ato da entrega dos primeiros títulos de posse da terra[187].

No intuito de ampliar a assistência religiosa aos colonos, a Congregação Palotina lançou mão de um *Centro de ajuda às missões de Mato Grosso*, centralizada em Santa Maria, Rio Grande do Sul, na livraria Editora Pallotti. A proposta era a de angariar ofertas em favor dos necessitados. Como estratégia para despertar o maior número de doadores e de verbas possíveis, todos os meses a revista *Rainha dos Apóstolos* publicava o nome dos doadores e o valor doado.

Como continuidade desse trabalho e com o apoio do administrador Tácito Pace foi oficializado, em 1956, o marco fundamental da Vila Glória, com missa de ação de graças, conduzida pelo padre Amadeu Amadori, seguida de um churrasco, que objetivava atrair o maior número de pessoas. Mais uma vez a ação dos religiosos católicos foi decisiva na escolha do nome oficial do vilarejo: *Glória de Dourados!*

Em 1956 houve a chegada do padre André Capelli para dar intensidade a um trabalho na Serraria[188]. Seu objetivo inicial era a instalação de um internato para os filhos dos agricultores. Esse só se concretizou em 1960, com a inauguração da Escola de Iniciação Agrícola Dom Bosco, que se manteve em funcionamento até 1969. Nela os alunos aprendiam as primeiras noções sobre o plantio e manutenção das lavouras, a alfabetização e o ensino religioso[189].

Havia enormes desafios na vida religiosa no sul de Mato Grosso e nem sempre os compromissos podiam ser honrados, principalmente no período de chuvas, em virtude das estradas tornarem-se intransitáveis. Definitivamente os padres não imaginavam o que os aguardava: doenças tropicais, como a malária e a difteria, os brejos, os mosquitos, as florestas, as onças, as privações de todas as espécies, as incompreensões e as ignorâncias da população local que não correspondia ao sonho dos missionários, as solidões, as andanças meses a fio nos lombos de burros etc. Nos relatos de padre José Daniel[190], a alimentação das três refeições usualmente reduzia-se a feijão com mandioca. Quando era possível abater uma caça, a carne era incluída a esse cardápio. Para ele, isso ocorria devido ao comodismo da população local, que contava com uma terra rica em frutas nativas e em animais silvestres comestíveis e também pela dificuldade existente no escoamento de cereais de outras regiões. Assim, a mandioca tornou-se o alimento de todas as refeições, compostas de poucas misturas.

Ao mesmo tempo, no núcleo douradense, o trabalho dos Franciscanos ganhou fôlego renovado com a vinda de seis Irmãs da Penitência e Caridade, de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O convite partiu da necessidade de ampliação da escola católica, chamada de Patronato de Menores,

para que a mesma pudesse fazer frente ao trabalho educacional dos presbiterianos. Além disso, iniciariam um trabalho de despertar das vocações femininas, inclusive com a criação de um Juvenato, isto é, um pré-convento. Por outro lado, as Irmãs Vicentinas chegaram para assumir uma parte do trabalho religioso e assistencial, como responsáveis pelo hospital da CAND, a apoiar os Palotinos. Com esse trabalho, desenvolvido em duas frentes, não é difícil compreender a medida adotada por D. Orlando Chaves na criação de um Vicariato Forâneo[191] em Dourados, sob a responsabilidade de frei Teodardo Leitz, certamente o primeiro passo para a criação da diocese de Dourados.

Em 1956 foi instalado definitivamente o Patronato de Menores Santo Antônio, ao lado da igreja matriz em Dourados. Possuía 300 alunos matriculados e 8 professoras para ensiná-los, 4 delas leigas e 4 freiras. No mesmo período foi inaugurado o convento das Irmãs. A paróquia Imaculada Conceição recebeu as *Santas Missões*[192], em outubro, sob a responsabilidade dos padres Palotinos Sebastião Lovato e Alderige Baggio. Com relação a concorrência religiosa havia: 9 igrejas protestantes, 8 centros espíritas e 1 templo maçônico[193].

O Patronato de Menores Santo Antônio, inaugurado em 1956, ao lado da igreja matriz Imaculada Conceição, funcionou regularmente até o ano de 1983, a oferecer as quatro séries do ensino fundamental. Nesse meio tempo mudou de nome, passando a chamar-se Educandário Santo Antônio. Por sua vez, inaugurou-se a Escola Imaculada Conceição, na Vila Progresso, onde se encontra instalada até a presente data, e sob a responsabilidade das Irmãs Franciscanas[194].

Em 1955, os Palotinos mantinham no Núcleo Colonial dois padres, um em cada paróquia. O rápido crescimento demográfico gerou novos investimentos da Congregação, que enviou novos reforços de pessoal. Os Palotinos foram auxiliados pelas Irmãs Vicentinas e por leigos missionários, que auxiliavam no trabalho assistencial e pastoral. As obras assistenciais e pastorais receberam auxílios em terras e dinheiro do governo federal, do estado, do município e de autoridades e particulares. Do exterior, vieram recursos do Serviço de Ajuda às Missões do Terceiro Mundo e doações de católicos[195].

Na colônia Federal de Dourados, o rápido crescimento demográfico trouxe inúmeros problemas sociais. Em poucas semanas, surgiram povoações de consideráveis dimensões, sem que houvesse uma infra-estrutura para recebê-los. Muitos migrantes não tinham onde morar, hospedar-se, nem recursos para adquirir alimentos e medicamentos, e a mortalidade infantil e de idosos foi considerável. Vários acampamentos provisórios se formavam, e a administração da colônia demorou a demarcar e distribuir os lotes.

O assistencialismo da Igreja amenizava as dificuldades iniciais e procurava consolidar e homogeneizar, por meio da comunhão na mesma crença, da diversidade étnica e cultural, que

estabelecia, assim, papéis e hierarquias sociais. A Igreja Católica procurava ocupar rapidamente todos os espaços, com a construção de capelas, de prestar serviços assistenciais nas igrejas, nas paróquias, e, posteriormente, nas dioceses[196].

Neste sentido, ficam evidentes as razões que levaram o município de Dourados a ser o escolhido para a sede da nova diocese, anunciada pela primeira vez no Livro Tombo I da Paróquia Imaculada Conceição em 16 de julho de 1957[197]. De um lado, a Igreja Católica buscava se firmar na região com uma ação pastoral intensiva e, de outro, D. Orlando Chaves sonhava com a redução da área pertencente à diocese de Corumbá. Esse sonho conseguiu uma força significativa graças ao próprio momento vivido pela CNBB e pelo pontificado de Pio XII. Para a primeira, a vitória do catolicismo no Brasil dependia, entre outras coisas, de uma ação catequética intensificada. Para o segundo, era preciso afastar do mundo o perigo da liberdade religiosa e da modernidade.

O ponto de partida da divisão da diocese de Corumbá foi o projeto que tramitou por três anos na Nunciatura Apostólica do Brasil e no Vaticano o qual, por fim, resultou na aprovação que criava duas novas dioceses no sul de Mato Grosso: Dourados e Campo Grande. Assim, em 15 de junho de 1957, o Papa Pio XII assinou a Bula[198] *Inter Gravíssimas*:

(...) Entre as obrigações mais graves do Sumo Pontificado que temos recebido de Deus se salienta a justa e conveniente organização da Igreja. Por esta razão é do nosso dever preocupar-nos com a salvação das almas e com a mais frutuosa atuação pastoral em todo o orbe terrestre. Por isso temos acolhido de bom grado o pedido do nosso venerável irmão Armando Lombardi, Núncio Apostólico no Brasil[199], que seja desmembrado da diocese de Corumbá, no Estado de Mato Grosso, Brasil, um território para formar uma diocese[200] (...).

Esse desmembramento que criou a diocese de Dourados foi o resultado de uma série de fatores combinados. Entre eles, o aumento da densidade populacional, intensificado com a instalação da CAND, as preocupações da Igreja e do Estado brasileiro em relação à fronteira com o Paraguai, a necessidade de reafirmar a atuação católica na luta pelos bens simbólicos e a própria atuação de D. Orlando Chaves, que se empenhou para trazer religiosos e religiosas para a região.

O projeto de divisão da diocese de Corumbá estava entre os planos pastorais de D. Orlando desde que este assumiu. Em 1948, declarou que Campo Grande, como maior cidade do sul de Mato Grosso, centro comercial, viário e militar, teria de se tornar sede de um bispado. Porém, era necessário prepará-la com uma infra-estrutura mínima. Esta consistia na construção de uma catedral, e de uma residência episcopal e na criação de um patrimônio para a manutenção do bispo.[201] Dourados era um centro agrícola e pólo de desenvolvimento econômico do Estado. A presença de três bispos no sul de Mato Grosso fortaleceria a instituição e possibilitaria empreender reformas mais profundas para cristianizar a sociedade sul-mato-grossense.

O pedido de divisão da diocese de Corumbá data de 1954.^[202] Na futura diocese de Dourados, a residência episcopal seria localizada num prédio alugado ou funcionaria no convento dos Franciscanos. As rendas seriam as paroquiais, emolumentos pagos à Cúria, subvenções estaduais, federais e da Santa Sé. A igreja paroquial serviria de catedral até a construção de um novo prédio. O projeto previa a construção uma catedral, residência episcopal e um seminário diocesano. O patrimônio era constituído por um terreno na cidade de Dourados e por três lotes de 30 hectares no interior da paróquia.

Pelo decreto *Ad consulendum*, do papa Pio XII, de 14 de janeiro de 1957, sob o número 1158/56, D. Ladislau Paz, foi nomeado administrador apostólico da diocese de Corumbá, tomando posse em 20 de janeiro de 1957. Posteriormente, foi eleito vigário capitular e administrador das dioceses de Campo Grande e Dourados, com todos os direitos de bispo residencial até a posse dos seus respectivos bispos. Em 7 de dezembro de 1957, foi eleito bispo da diocese de Corumbá, com tomada de posse em 11 de fevereiro de 1958. Em 24 e 26 de maio de 1958, respectivamente, assumiram os bispos D. Antônio Barbosa Guimarães, de Campo Grande e D. José de Aquino Pereira, de Dourados.

Até fins dos anos 1950 e início da década de 1960, a Igreja Católica orientou-se no sentido de estabelecer um sistema interno de governo que garantisse uma ampla negociação com o Estado Brasileiro. Assim, ela atuou em várias instâncias como na construção de seminários, de dioceses, de paróquias e de recebimentos de doações de terrenos, tanto na área urbana quanto na área rural, ou adquiri-las a preços baixos. Esse processo de negociação da Igreja com o Estado visava reivindicar um arranjo que concedesse a primeira o controle da manutenção de sua hegemonia na sociedade. A análise das duas primeiras gestões episcopais da diocese de Dourados, e como se deu essa relação, serão tratados no terceiro capítulo.

CAPÍTULO III

3.1 Entre rupturas e permanências: a diocese de Dourados (1958-1971)

Na passagem da década de 1950 para 1960 a Igreja Católica tinha o desafio de organizar e de estruturar a diocese de Dourados, criada pela Bula *Inter Gravissimas* em 1957. Sua extensão territorial era de 68.300 km² e abrangia os municípios de Dourados, Rio Brillhante, Bataguassu, Maracaju, Itaporã, Ponta Porã e Amambai[203]. Esse período foi marcado pelo fim do pontificado de Pio XII e a posse de João XXIII.

Para boa parte dos teólogos católicos[204], a renovação da Igreja partiu da iniciativa do papa João XXIII que, após a tomada de posse, convidou o clero a um exame de consciência. Os bispos latino-americanos aceitaram o desafio. Na verdade, a preocupação com a realidade da América Latina já estava presente nas manifestações da Santa Sé desde a segunda metade do século XIX, no que dizia respeito à expansão do liberalismo, do protestantismo, do comunismo e da maçonaria. Essa situação levou-a a criar o Colégio Pio Latino-Americano em Roma, com o objetivo de formar os futuros bispos e arcebispos do continente. Além disso, houve uma preocupação de assegurar a livre entrada de religiosos estrangeiros e a nomeação de bispos, de acordo com as regras normatizadoras de Roma. Por fim, houve um esforço significativo na unificação da Igreja em termos pastorais, doutrinários e jurídicos conforme as diretrizes romanas. A isso, as pesquisas históricas recentes chamaram de romanização[205].

O século XX e suas crises acentuaram as preocupações dos Papas, levando-os a criação do Colégio Pio Brasileiro em Roma (1934), da CNBB (1952), do CELAN (Conselho Episcopal Latino-Americano), em Bogotá, e da CAL (Pontifícia Comissão para a América Latina) em Roma, ambos em 1955. Porém, o alarme soou com o triunfo da Revolução Cubana (1959), que estabeleceu um divisor de águas na história do continente Latino-Americano, e principalmente na Igreja Católica. Esse episódio provocou reações favoráveis e desfavoráveis por parte dos intelectuais, integrantes ou não dos quadros da Igreja. No campo ideológico, a linha romana foi de total alinhamento às posições boicotantes à Cuba impostas pela política estadunidense.

Na década de 1960, Roma passou a convocar a Igreja Católica latino-americana para um

esforço no sentido de evitar o que havia sucedido em Cuba. Nesse sentido, João XXIII enviou cartas aos bispos de vários países onde houvesse um clero mais numeroso para o combate mais intenso e mais localizado junto à população dos países da América-Latina. Para esse papa, as principais barreiras ao catolicismo nessa região eram a fé afastada do âmbito familiar e social e a falta de religiosos e de recursos para estimular o crescimento. A reversão desse quadro se daria a partir de uma clara visão da realidade, de um plano de ação compatível com ela, da execução do mesmo e da ampla colaboração do clero mundial, tanto pessoal quanto financeira. Os insistentes pedidos de João XXIII foram atendidos no envio de padres, de religiosas, de irmãos, de leigos e de leigas por parte de vários países. A ajuda econômica foi enviada da Alemanha, com o Misericordioso, uma coleta anual no período da quaresma, e dos Estados Unidos, com a Caritas e a CAL. Outra estratégia foi a criação de 400 bolsas de estudos visando à formação de seminaristas para a América Latina em Roma.

Internamente a Igreja Católica alterou o seu discurso, para relacioná-lo às mensagens contidas no Evangelho e no projeto histórico de Jesus aos problemas materiais de cada localidade e a estabelecer uma crítica mais acentuada ao capitalismo. Isso gerou uma cisão entre os conservadores e os progressistas. Na verdade, as mudanças ganharam força com as novas correntes teológicas, produzidas na Alemanha e na França, que se propuseram a utilizar um cristianismo social, somadas ao pontificado de João XXIII (1958-1963), ao Concílio Vaticano II (1962-1965) e à Conferência Episcopal Latino-Americana (1968).

Externamente o período mencionado é marcado pela Revolução Cubana (1959), pela intensificação das lutas sociais, pelo surgimento de guerrilhas e pela organização de governos militares na América Latina. Essa nova realidade levou a Igreja latino-americana a comprometer-se com as causas sociais e a se questionar quanto ao seu papel na sociedade enquanto reprodutora das desigualdades ou promotora de transformações. Esse embate entre progressistas e conservadores afetou a formação dos futuros padres. Discussões à parte, a cúpula decisória católica pediu a seus religiosos para atentarem aos acontecimentos de suas regiões de atuação, participarem deles, prestarem atenção às aspirações da população e ingressarem nas transformações locais, enfim, tornarem-se necessários.

No Brasil, o clero reconheceu a existência de um catolicismo popular caracterizado pela mistura de manifestações religiosas e culturais de indígenas e de africanos que, combinadas com a ação de algumas ordens e congregações religiosas, geraram uma prática de devoção aos santos para o pedido e a obtenção de graças e benefícios, tanto espirituais quanto materiais. Nesse caso, a saída para a reversão desse quadro seria uma nova catequização, capaz de superar essas formas devocionais mágico-religiosas ao mesclar as manifestações populares com as normatizadoras da Igreja romana. Na verdade, há bastante tempo o catolicismo romano debatia-se com o catolicismo

popular sem chegar a um consenso de como lidar com a questão. No entanto, o alto poder eclesiástico não apresentou cisões em torno das ações e das práticas religiosas, mas passou a exigir a elaboração de planos específicos para cada país, nos moldes romanos.

Na verdade, há uma intensa discussão entre teólogos e historiados no que diz respeito às manifestações católicas no Brasil. Alguns estabelecem a diferença em torno de uma verticalidade e de uma horizontalidade, ou seja, a religiosidade popular se manifestaria no contato direto ou imediato entre o homem e seu Deus, de forma passiva, individualista, negativista e penitente, logo, vertical. Já o catolicismo oficial seria horizontal, isto é, privado de consciência histórica, comunitária, positiva, política, evangélica e racional[206]. Outros defendem que há quatro tipos de catolicismo: o cultural ou social, o formal, o nominal ou tradicional e o popular. O primeiro tipo seria caracterizado pelo aspecto familiar ou de berço, ou melhor dizendo, é católico porque todo mundo é. O segundo se sobressai pela fé, pelo conhecimento da doutrina e pelo respeito aos modelos morais que o conduzirão à salvação. O terceiro seria aquele que só freqüentaria os rituais como um evento social, em caso de batizados, casamentos, missas de formatura etc. Por fim, o quarto tipo faria uso tópico do sobrenatural, com boa dose de conformismo e de resignação com a vontade divina[207].

Uma outra forma de distinção das manifestações religiosas no Brasil, divide-as em quatro núcleos[208]: o dos sacramentos (sacerdote no controle do sagrado), o da leitura bíblica (salvação através da prática diária da leitura dos textos sagrados), o devocional (aliança individual entre o homem e o sagrado, através das orações e das novenas) e a protetora (Deus encarado como um meio para a obtenção de vantagens concretas). As devoções religiosas são tão híbridas[209] quanto às culturas e estão em constante processo de invenção de tradições[210], numa busca de identificação de estratégias capazes de identificar as experiências devocionais.

Independente da análise de cada autor, é observável que o catolicismo popular, na sua manifestação longe do controle clerical, seria um obstáculo não só para a Igreja Católica mas para a própria organização social do país. Haveria a necessidade de se produzir uma revolução religiosa grande o suficiente para acabar com essa vida espiritual carregada de mitos do mundo rural. Nessa medida, o papel dos leigos, instruídos pelos padres e pelos teólogos, seria o de educar o povo. Assim, conservadores ou progressistas responderiam às exigências das diretrizes de Roma, num processo de racionalização crescente e universal. O renovar das visões populares sobre a religião deveria incorporar um conjunto de crenças e de valores da Igreja Católica. Por outro lado, o leigo quebraria as resistências e as barreiras possíveis entre o sacerdote e o seu povo, que contribuiria não só para tornar conhecida a doutrina social da Igreja, mas também para a conservação e a conquista de novos adeptos ao catolicismo.

Para essa tarefa seria necessária a montagem de um plano pastoral específico para a realidade latino-americana. Foi concretizada em abril de 1962, no Rio de Janeiro, sob o nome de Plano de Emergência, inspirado nos conhecimentos da sociologia e da psicologia para dar suporte à análise teológica e da realidade. De acordo com essa reflexão do clero, o povo brasileiro precisava formar uma comunidade próxima de Cristo. Nessa medida, as paróquias seriam transformadas em comunidades vivas, dotadas de espírito familiar. Para isso seria preciso orientar a formação de cristãos conscientes, capazes de compreender o altar como o centro da vida e, por fim, capazes de enxergar no próximo o seu irmão e, juntos, lutarem pela salvação de todos os homens[211].

O Plano de Emergência de 1962 propunha o repensar da Igreja Católica em quatro eixos: a renovação das paróquias, a reformulação do ministério sacerdotal, a renovação dos educandários católicos e a introdução de uma pastoral de conjunto. Nessa perspectiva o padre continuaria a ter uma posição importante na cura das almas, justificada na sua capacidade de liderança e de formador de comunidades. O sacerdote estrangeiro seria muito importante nessa proposta de mudança da mentalidade cultural do povo brasileiro. A grande preocupação centrava-se na possibilidade de misturar os valores da terra com os elementos culturais trazidos pelo religioso, no intuito de unir o padre e seu povo ao puro Evangelho ensinado pela Igreja Católica. Esse Plano deixava clara a ruptura com a Revolução Cubana. Por outro lado, criticava as tentativas fracassadas das resoluções capitalistas em torno da fome e da miséria de uma parcela significativa da população latino-americana. Essa percepção levou a elite eclesiástica a uma mudança no foco de visão dos problemas sociais e de seu discurso. Aos perigos enfrentados pelo catolicismo acresceu-se o das estruturas sócio-econômicas dos países. Assim, a Igreja Católica criticava o capitalismo e o socialismo e propunha uma terceira via – a ordem social baseada na verdade revelada, na justiça e na equidade, ou seja, uma ordem social cristã revelada no cristianismo.

A nova proposta do papel da Igreja Católica no mundo foi elaborada, entre outros, por Jaques Maritain, um filósofo francês que buscou abordar a problemática contemporânea sob a perspectiva neotomista, pela retomada o conceito aristotélico segundo o qual todas as coisas tendem para a realização do seu bem e da sua causa final. Essa, para a doutrina católica, seria a ordem e a justiça. Para Maritain, o bem comum, além de assumir como fundamento da autoridade, exige redistribuição e implica em uma visão mais geral da boa e reta via da própria humanidade.

De Maritain veio o interesse pela dimensão humanista do cristianismo, como elemento fundamental para a civilização de humanização do mundo. Procurou demonstrar que o mundo moderno e a sociedade moderna não são, em absoluto, incompatíveis com a fé católica e com a sua doutrina perene. A partir daí acentuou-se a disputa no interior da Igreja.

Essa “terceira via[212]” esbarrava na necessidade de interferência direta no nível político,

com os diversos grupos sociais em jogo. O que parece ter ocorrido é que essa proposta objetivava moralizar e, no máximo, corrigir algumas regras de funcionamento do capitalismo liberal. Em outras palavras, um capitalismo corrigido. À frente das discussões estariam o funcionamento da legislação social e trabalhista, o assistencialismo, a liberdade de organização, o controle ético do Estado sobre a economia etc. Para pôr em prática esse “plano” a Igreja necessitou tecer alianças com políticos, com partidos, com governos municipais, estaduais e federais. No Brasil esse processo se complicou após o golpe de 1964, quando os militares assumiram o comando do Brasil.

A situação interna e externa da Igreja Católica no Brasil não inspirava tranquilidade. No plano externo havia um risco considerável, a curto prazo, de envolvimento dos grupos católicos progressistas do país com a política e a economia. Já no plano interno criava-se um clima de disputas entre o triunfo do neotomismo nas discussões do Concílio Vaticano II em oposição à força do ultramontanismo[213] no clero brasileiro, o que provocou discursos inúmeras vezes antagônicos. Por outro lado, a força e a organização da CNBB marcaram presença na tentativa de eliminar os discursos extremados, o que demonstrava um vigor do alto clero.

É evidente que a Igreja preocupava-se com a sua própria sobrevivência e com a mobilização das massas populares brasileiras. Por um lado, debatia-se com a elite dominante e com os governos locais para galgar ou ampliar seus espaços de atuação. Havia também o afã do clero em cooptar as populações camponesas e urbanas em torno de sindicatos e de frentes agrárias, o que revelou uma luta intensa entre os grupos mais dinâmicos e os mais conservadores do clero brasileiro. Por outro lado, ao longo da década de 1960 e nas seguintes, verificou-se um crescimento das religiões afro-brasileiras e do protestantismo que, segundo o clero católico, passou a preencher os espaços vazios deixados pela Igreja Católica.

O clero católico, dividido, encontrou no golpe de 1964 o desafio de lidar com os que se apegavam ao conservadorismo e às formas de dominação e os que defendiam reformas políticas, sociais e econômicas amplas. Não se pode deixar de mencionar que, com a convocação para o Concílio Vaticano II, o alto clero brasileiro, por meio da CNBB, lembrou a todos os religiosos participantes os seus votos de obediência e de unidade para com a Igreja.

Para os padres impôs-se a obrigação de salvar a “verdadeira Igreja de Cristo” nos locais onde ainda podia ser salva, porém, encontravam-se em número reduzido para tal tarefa. Houve a necessidade de centralizar ações na formação de líderes leigos, isto é, auxiliares na mediação entre a Igreja Católica e a população. Assim, os religiosos deveriam possuir uma grande capacidade espiritual e de discernimento na escolha de seus auxiliares. Uma das saídas para suprir essa dificuldade dos padres locais foi o investimento na reformulação das missões. Os religiosos com maior capacidade de comunicação com o público fariam peregrinações pelo interior do país no

intuito de reunir um grande número de fiéis. Como o brasileiro é afeito a novidades, assim faria o catolicismo. Em grandes encontros públicos, muito bem organizados e divulgados com o auxílio dos leigos, seriam ministradas as aulas de catecismo na linguagem da população local, acompanhadas do maior número possível de sacramentos[214].

O concílio Vaticano II possibilitou uma série de discussões do corpo clerical da Igreja Católica. A proposta do Papa João XXIII era de que houvesse a possibilidade de questionamento de vários temas há muito deixados de lado. O discurso oficial católico é categórico em afirmar que o Concílio representou uma ruptura em relação ao seu passado, garantindo a liberdade de expressão, o diálogo e o pluralismo de posições. Porém, isso representou uma continuidade das práticas e um controle sobre a formação de determinados sujeitos, com um discurso amenizado em relação à disputa pelo mercado dos bens simbólicos, onde a Igreja manifestou-se como uma “servidora da humanidade” e como o “povo de Deus[215]”.

No campo da ação o Vaticano II estabeleceu que as dioceses buscassem a solução para seus problemas por meio das pastorais comunitárias, da ação de leigos, da observância aos perigos representados pelos grupos de esquerda e do estímulo à paz para a produção de uma fraternidade entre os homens. No entanto, ocorreram ações extremadas por parte de grupos da Igreja. Houve uma onda iconoclasta na retirada de santos das igrejas, na proibição de manifestações populares, como as congadas e os reizados, na supressão de procissões, na dissolução de associações e na ridicularização das devoções tradicionais. Por outro lado, houve a consolidação da TFP (Tradição, Família e Propriedade), um grupo conservador que organizou filiais em vários países latino-americanos, onde o clima político e eclesial permitiu, como durante os governos militares no Brasil[216].

A cúpula decisória do Vaticano II se opôs tenazmente a toda e qualquer tentativa de se tocar nas prerrogativas do clero em questões de sacramentos como, por exemplo, a celebração da eucaristia na ausência de um sacerdote, o celibato clerical e a infalibilidade papal. Essas discussões ministeriais das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se orientaram para uma atuação sujeita ao controle sacerdotal[217]. A partir daí, o episcopado da América Latina propôs-se a discutir as questões ligadas à educação nas universidades católicas, à reforma nos seminários teológicos, aos problemas indígenas, ao apostolado leigo, à ação social e à pastoral de conjunto.

Do conjunto de discussões surgem três grandes desafios para a Igreja Católica no Brasil: encarar a população como um bloco social oprimido e animá-la a partir dessa realidade, optar entre uma reforma ou uma revolução e escolher um modelo de cristandade que levasse a Igreja a tornar-se o caminho da libertação dos pobres. Novamente ocorreram acirradas disputas entre uma linha de cunho conservador e uma de cunho progressista.

Para frei Jorge Elsing,[\[218\]](#) o Concílio Vaticano II permitiu à Igreja reconhecer as grandes possibilidades da libertação do homem para uma vida humana mais digna e para uma cultura que abrangesse todo o mundo em paz e união. Por outro lado, foi capaz de perceber a força da dominação de uma minoria sobre a maioria através do conhecimento técnico e de um profundo egoísmo, os quais geravam novas lutas de classes, capazes de produzir catástrofes mundiais. Essas análises encontram-se publicadas nas duas primeiras encíclicas papais de João XXIII: a *Mater et Magistra*, de 1961, e a *Pacem in Terris*, de 1963. A primeira expôs a problemática do capitalismo a partir do ponto de vista do conservadorismo. A segunda mostrou o capitalismo sob o aspecto da paz mundial. Entretanto, somente com o Concílio Vaticano II ocorreu a criação da base teológica que se propôs a pensar o humano do ponto de vista psicológico e as responsabilidades confiadas à Igreja.

Para o padre José Oscar Beozzo[\[219\]](#), na memória da Igreja brasileira, o Concílio Vaticano II é um marco balizador. Os agentes pastorais, os catequistas e muitos religiosos mencionam o antes e o depois do Concílio em suas análises sobre o catolicismo. Além disso, apontam-no como uma etapa de abertura, de renovações, de maior liberdade e de maior compromisso da Igreja com os pobres, além de ser o ponto de partida para Medellín e Puebla, para a formação das comunidades de base, para o ecumenismo e para a Teologia da Libertação. Uma visão alegre e positiva, bem longe do tom pessimista e amargo dos conservadores, como o cardeal Ratzinger (o atual Papa Bento XVI). Por outro lado, padre Beozzo constatou que a maioria dos seminaristas brasileiros da década de 1980 não havia lido os textos conciliares, o que contrastava com a postura de muitos leigos que participaram, estudaram e discutiram os documentos produzidos pelo Concílio em torno da chamada Ação Católica no Brasil e, entre eles, Alceu Amoroso Lima[\[220\]](#).

Não é possível negar que o Concílio Vaticano II levantou um pouco o véu daquela confiança inabalável que a Igreja Católica demonstrou ao longo de sua história. Em termos concretos, produziu no Brasil o Plano Pastoral de Conjunto, com a execução de cursos rápidos sobre o Concílio por todo o país através da CNBB e a Campanha da Fraternidade, um esforço concentrado de evangelização realizado a cada ano durante a quaresma. Em termos mais claros, houve mudanças significativas na liturgia, como o uso da língua portuguesa ao invés do latim, a supressão das orações e práticas populares, a retirada de boa parte das imagens dos santos do interior das igrejas e a participação dos leigos em algumas atividades religiosas sob a supervisão dos padres[\[221\]](#).

Em termos de política nacional, o início da década de 1960 marcou uma série de crises, como a renúncia do presidente Jânio Quadros e a posse de João Goulart, a experiência parlamentarista de 1961 a 1963 e o golpe de 1964. No início desse ano, o presidente Goulart havia encaminhado ao congresso um projeto de reforma agrária que não foi aprovado. Através de

mobilizações das massas brasileiras tentou pressionar o poder legislativo. No comício de 13 de março, que contou com a participação de cerca de 150 mil pessoas, anunciou decretos que nacionalizariam refinarias particulares de petróleo e desapropriariam faixas de terras com mais de 100 hectares que ladeavam rodovias e ferrovias federais. As medidas repercutiram como bombas. A direita reagiu e organizou, com o apoio da Igreja Católica e de associações empresariais, as “marchas da família com Deus pela liberdade”, por meio das quais condenava o que julgava ser o avanço do comunismo no Brasil.

Na verdade, durante o mandato de João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964) havia um novo contexto político e social a emergir no Brasil. Em termos gerais suas características eram: uma enorme crise econômico-financeira, seguidas crises político-institucionais, crises no sistema partidário, forte mobilização política tanto das classes populares quanto dos setores militares e empresariais, aumento do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campo. Assim, o movimento político e militar de março/abril de 1964 significou um golpe contra um programa de reformas sociais proposto por amplos grupos progressistas da sociedade e um choque contra a nascente democracia surgida pós 1945 com a derrubada do Estado Novo[222].

O comício do dia 13 de março de 1964 acirrou a disputa pelo poder por meio de boatos publicados na imprensa que apontavam Goulart em franca preparação de um golpe de Estado. Como complementação do quadro que se desenhava, ocorreram dois episódios infelizes os quais tiveram o presidente como o protagonista: a anistia de Goulart à insubordinação de cabos e marinheiros no Rio de Janeiro, numa clara afronta ao poder do Ministro da Marinha com a quebra da hierarquia militar, e o discurso do presidente em 30 de março, transmitido pela televisão, numa assembléia de marinheiros no Automóvel Clube do Brasil, que denunciava as forças reacionárias golpistas do país.

O período de ditadura, sob o comando dos militares, iniciou-se com o golpe de Estado, ocorrido entre 31 de março e 1º de abril de 1964. Foi caracterizado pela ruptura da normalidade institucional, com a intervenção direta dos militares no funcionamento dos poderes executivo, legislativo e judiciário, num processo de eliminação de boa parte dos direitos individuais e coletivos, inclusive o de participação na vida política brasileira.

De fato, o golpe de 1964 veio coroar todas as tentativas fracassadas anteriormente. Teve uma ação concentrada na busca da rearticulação das organizações políticas e na repressão aos movimentos progressistas e de esquerda. Ao mesmo tempo, as elites dominantes e seus intelectuais, somados a muitos civis e militares, encarregaram-se de identificá-lo como uma autêntica “revolução”. Por intermédio da ditadura militar, as elites agrárias e urbanas puderam ver implantadas, por exemplo, a diminuição do valor real dos salários e a abertura do país aos

investimentos estrangeiros. Desse modo, a polarização política avançou após o golpe, com grande sacrifício da democracia, com as prisões e com os exílios[223].

A CNBB tornou-se, nos anos de repressão militar, a instituição mais respeitada da sociedade, pois tomava posição diante dos graves problemas ocasionados pela exploração capitalista no Brasil, com a organização de trabalhos pastorais como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a PO (Pastoral Operária), a PJMP (Pastoral de Jovens do Meio Popular), o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) etc[224].

Com o endurecer do regime militar, a cúpula do poder clerical brasileiro procurou reafirmar sua proximidade com o Estado, pois este afastara o país do “perigo comunista”. Também lutou pela condenação, nos trâmites da lei, dos elementos desafiadores da ordem. Isso a fez abrir-se a possíveis alianças governamentais sem, contudo, eximir-se de seu discurso em favor dos pobres e das vítimas perseguidas ou injustiçadas. Ao mesmo tempo, procurou disciplinar o trabalho de formação do apostolado leigo para torná-lo mais próximo de uma mentalidade conservadora[225]. A elite católica entendia que reformas sociais deveriam ser elaboradas para e não pelas massas populares[226].

O ano de 1968 foi assinalado por dois acontecimentos diferentes, que marcaram a situação do brasileiro e do catolicismo: a assinatura do AI-5 e a reunião da Igreja latino-americana em Medellín, Colômbia, com a presença do Papa Paulo VI. O Ato Institucional nº 5 ampliou o poder executivo e suspendeu os direitos políticos e garantias constitucionais, além de possibilitar o confisco de bens e a suspensão da garantia do *habeas corpus*. O II Encontro do Episcopado Latino-Americano (CELAM), em Medellín, definiu a nova referência de ação dos católicos: a opção pelos pobres e a formação das comunidades de base[227].

Segundo Elsing,[228] quando os franciscanos alemães vieram para o sul de Mato Grosso em meados de 1940, receberam a incumbência de assumir paróquias sem sacerdotes, de reconstruir as igrejas que estavam em ruínas e de organizar e realizar as visitas de desobriga nas enormes extensões que compunham as áreas paroquiais. Vieram para ajudar na cura das almas, através da administração dos sacramentos e da formação religiosa da população local. Entretanto, consideraram a situação social e política encontrada como arcaica. Procuraram uma aproximação com os pobres e prestaram o seu assistencialismo. Organizaram escolas nos moldes sociais existentes como um meio de ministrarem as instruções religiosas.

A partir da década de 1960, o Mato Grosso passou a ser visto como uma terra de colonização e fortemente atrativa para aqueles que estivessem em dificuldades nos locais em que viviam. Os religiosos que quisessem atuar nesse espaço precisavam preparar-se para o encontro com a fome, a falta de moradia, as doenças, a falta de higiene e de conforto etc. Via-se claramente

que os governos federal e estadual não se encontravam estruturados para oferecer o suporte necessário para tamanho trânsito de pessoas.

3.2 D. José de Aquino Pereira e o início da diocese de Dourados

Antes de 1957 só havia uma diocese para atender a extensão do atual estado de Mato Grosso do Sul, cuja sede localizava-se em Corumbá[229]. Sua área era de aproximadamente 360 mil quilômetros quadrados. Entre as diversas obrigações episcopais constava a necessidade de percorrer toda essa extensão a cada ano, o que era extremamente desgastante. Além disso, no caso específico da diocese corumbaense, a região envolvia uma riqueza cultural, com um trânsito intenso de indivíduos, justificável inclusive pelas fronteiras com a Bolívia e com o Paraguai[230]. Esse quadro criava sérias dificuldades ao projeto da Igreja Católica em construir uma ortodoxia unificada.

A reformulação estrutural precisava ser acompanhada por outra pastoral que levasse em consideração a diversidade cultural vivida pelos sul-mato-grossenses. Para o clero local eram sabidas as dificuldades a serem enfrentadas na tentativa de restauração da influência católica no estilo de vida da população. A estratégia escolhida foi a de moralizar e de afastar o povo das perversões mundanas por meio da expansão de obras sociais conduzidas pelos religiosos e pelas religiosas.

Em 1958 houve a nomeação do primeiro bispo da diocese de Dourados, o monsenhor José de Aquino Pereira, o Cura da Catedral de São Carlos, São Paulo. Para frei Hugo Baggio, a decisão do Papa veio ao encontro do desejo do clero mato-grossense, que trabalhava há tempos em favor dessa causa[231]. Pela Bula *Inter Gravissimas*:

Entre as obrigações mais graves do Sumo Pontificado que temos recebido de Deus se salienta a justa e conveniente organização da Igreja. Por esta razão é do nosso dever preocupar-nos com a salvação das almas e com a mais frutuosa atuação pastoral em todo o orbe terrestre. Por isso temos acolhido de bom agrado o pedido do nosso venerável irmão Armando Lombardi, Núncio Apostólico no Brasil, que seja desmembrado da diocese de Corumbá, no Estado de Mato Grosso, Brasil, um território para formar uma nova diocese, compreendendo os seguintes municípios: Dourados, Amambai, Bataguassu, Itaporã, Ponta Porã e Rio Brillhante. A Sé episcopal será na cidade de Dourados e sua igreja-matriz,

dedicada à Santíssima Virgem Conceição, servirá de Catedral, sendo o Padroeiro da Nossa diocese o Sagrado Coração de Jesus[232].

Fica clara a preocupação de Roma com a organização pastoral do extremo sul de Mato Grosso ao erigir a nova diocese. A escolha do padroeiro da diocese de Dourados foi o Sagrado Coração de Jesus, no intuito de homenagear o calendário comemorativo católico, isto é, o mês de junho. O fragmento menciona que a igreja-matriz de Dourados ficaria como catedral provisória até a construção de uma nova, dedicada ao Sagrado Coração – o que de fato não se concretizou[233].

D. José de Aquino Pereira recebeu a Sagração Episcopal no dia 13 de abril de 1958 na cidade de São Carlos. Frei Teodoro Leitz, vigário douradense, e Aguiar Ferreira de Souza, vereador da Câmara Municipal de Dourados, assistiram à solenidade e participaram de um jantar oferecido pela população paulista ao novo bispo. Na ocasião, frei Teodoro agradeceu a Deus, ao Sumo Pontífice e a D. José pela aceitação *de tão espinhoso encargo de Pastor das almas do extremo sul de Mato Grosso* e, encerrou desejando-lhe boas vindas[234].

Ao retornar ao município de Dourados, o vigário passou a preparar a festa de recepção ao Bispo Diocesano, prevista para o dia 25 de maio de 1958. Com esse firme propósito, organizou as comissões de recepção, de protocolo, de ornamentação, de hospedagem, do jantar de gala, de propaganda, de finanças e de liturgia. Também programou a realização de uma carreata de recepção, que traria as autoridades do aeroporto até a praça central da cidade. A seguir, haveria a leitura das cartas de criação do bispado e de nomeação de D. José de Aquino Pereira, a cerimônia de obediência do clero local ao bispo, a missa e o jantar, programado para 150 pessoas, no salão paroquial da igreja – matriz Imaculada Conceição[235].

Outro religioso, padre Luís Vendrusculo, Palotino atuante na CAND, associou a vinda do Bispo Diocesano a um presente especial de páscoa aos católicos do sul de Mato Grosso. Lembrou à população, que os religiosos são os representantes visíveis de Jesus Cristo na terra. Assim, caberia à mesma, ouvi-los e obedecê-los. Dizia que Dourados deveria preparar-se para receber tal ilustre representante, ou seja, as autoridades civis, militares, judiciais e eclesiásticas, em união com a população, necessitariam manter-se em prontidão. Além desse município, os demais, integrantes da nova diocese, precisavam de representantes significativos. Portanto, o novo bispo simbolizava um presente do céu[236].

As matérias produzidas pelos dois jornais do município, *O Progresso e Jornal de Dourados*, buscaram associar a vinda de D. José de Aquino Pereira com o crescimento populacional e material da região. Segundo eles, a mola propulsora teria sido a fertilidade das terras em virtude das bênçãos celestiais. É o que fica visível no fragmento abaixo:

Dourados, que tem recebido tantas bênçãos de Deus, recebendo, desde o poder miraculoso da fertilidade de suas terras ao privilégio do próprio nome aureolado de glória, até a surpreendente evolução do seu progresso material e cultural, tem, também, a felicidade de trazer para seu convívio figuras do mais alto valor humano, como tantas que, em todos os ramos de atividade, aqui tem se radicado[237].

Percebe-se nitidamente a tentativa da elite local de construir e divulgar interna e externamente seu projeto identitário, por meio do qual os douradenses representariam algo especial e privilegiado no cenário nacional. Por isso, seriam os grandes defensores da união e da religião, ou seja, os ordeiros e civilizadores do sertão mato-grossense.

No dia 26 de maio de 1958, D. José chegou ao aeroporto de Dourados, acompanhado pelo Arcebispo de Cuiabá, pelo Bispo de Corumbá e por representantes eclesiais e civis de São Carlos. Foi recebido por diversas autoridades e por uma grande massa popular em cerca de 50 carros e a pé, apesar da fina chuva que caía. A população esmerou-se em recebê-lo com arcos enfeitados de flores, com faixas de saudações e com pó de serra ao longo da avenida Marcelino Pires para amenizar os efeitos do lamaçal e do barro típicos da região. No palco montado em frente à igreja-matriz teve início a cerimônia de posse, ocorrida conforme o programa previsto. Porém, em virtude da importância atribuída às autoridades que se deslocaram para a mesma, o jantar foi estendido a 200 pessoas no Clube Social de Dourados. Foram proferidos inúmeros discursos pelas autoridades civis e eclesiásticas, destacando a alegria do povo douradense em receber tais autoridades, e, em especial, o bispo D. José[238].

Com a cerimônia de instalação e de posse da diocese de Dourados, o vigário, frei Teodoro Leitz, aproveitou para a divulgação de matérias explicativas sobre esse grande significado para a região. Era uma forma possível de repassar as informações de Roma à população local. Para isso aproveitava os espaços cedidos pelos dois jornais locais e, em especial, a “Coluna Religiosa”, publicada semanalmente no jornal *O Progresso*. Além de escrever, em algumas oportunidades, reproduzia textos de jornais católicos. É o caso do fragmento que se segue: *Bispo (do grego “episkopos” guarda, vigia e superintendente) é aquele que governa com poder ordinário, sob a autoridade do Papa, uma parte da Igreja, chamada diocese (do grego “dioikesis”), província a que se estende o poder de governar; território administrado*[239]. Se fôssemos estabelecer uma comparação, diríamos que o cargo do bispo equivale ao do governador do estado em termos hierárquicos. Porém, para a Igreja Católica, o poder eclesial de um bispo é bastante considerável e deve possuir a obediência de todo o clero sob o seu comando. Esse poder fica visível no encerramento do jantar da posse de D. José. Ao referir-se às homenagens por ele recebidas ao longo do dia 26 de maio, disse que pessoalmente não as merecia, mas a autoridade que representava merecia-as, por encarnar um representante de Cristo, voltado para a santificação e a salvação das

almas.

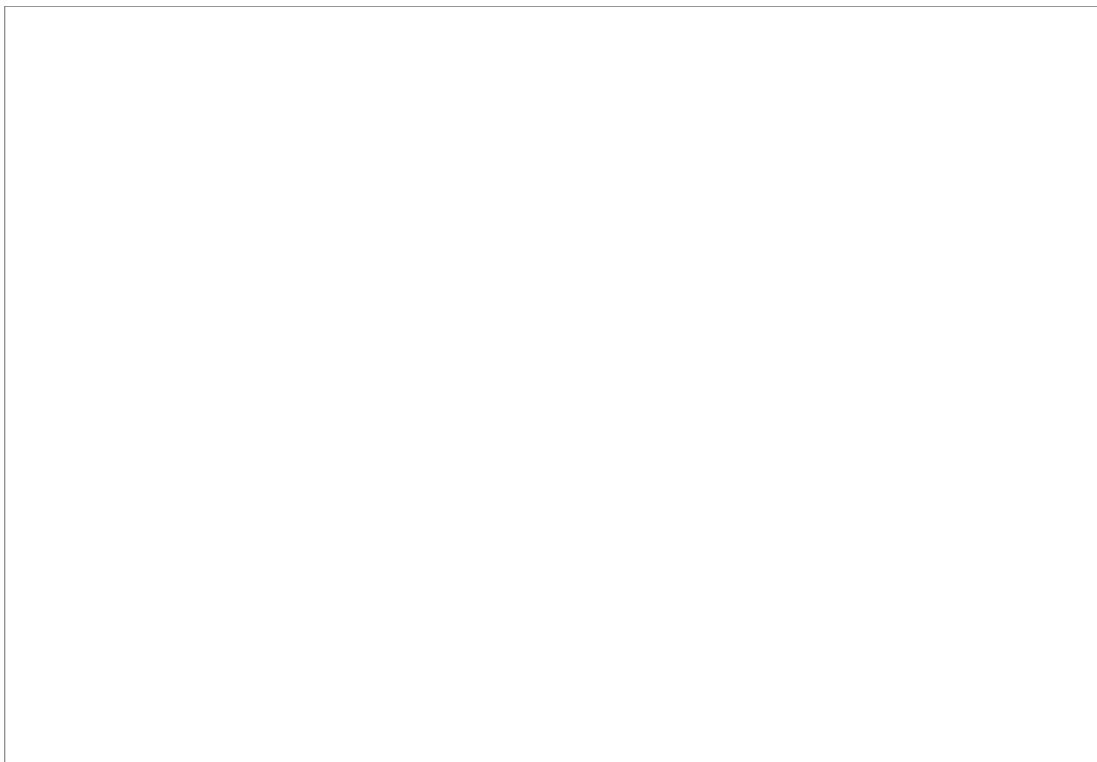
O conjunto dos fragmentos e manifestações citadas demonstra o desejo da Igreja Católica em tornar-se hegemônica, pois passa a impressão de que toda a população local era católica, o que não correspondia à realidade. Significa que havia, e que há uma imposição de comportamentos, de normas, de códigos, de valores, de educação e de religião. Esses procedimentos delimitam os espaços de uma integração possível, ou seja, só podem ocorrer dentro dos parâmetros estabelecidos pela Igreja Católica. Nessa perspectiva de análise, é perceptível a disputa pelo mercado de bens simbólicos.

A situação encontrada por D. José não foi nada animadora. Não havia uma residência episcopal, o que o obrigou a se hospedar no Convento dos Padres Franciscanos de Dourados. Não havia uma catedral. A Igreja Matriz de Nossa Senhora Imaculada Conceição serviu a essa finalidade. No tocante ao patrimônio havia uma quadra inteira na cidade de Dourados e três lotes de trinta hectares na Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Não havia clero diocesano e todas as paróquias eram administradas por dezessete sacerdotes.

Em termos patrimoniais, a *Bula Inter Gravíssimas* deixava claro que todos os bens eclesiais, anteriormente pertencentes à diocese de Corumbá, passariam à nova diocese[240]. Desse modo, padre Amado Declene, Chanceler do Bispado e Pró-Vigário Geral de Corumbá, enviou os documentos à Cúria Diocesana de Dourados, referentes à região de Dourados, encontrados nos arquivos corumbaenses[241]. Graças a essa documentação é possível confirmar o número de paróquias existentes, as respectivas datas de fundação, o pároco, a congregação responsável e o bispo autorizador da criação (**Mapa nº 3**).

A paróquia de Ponta Porã foi criada em 04 de abril de 1924 pelo bispo D. José Maurício e assumida pelos padres Redentoristas. A seguir, veio a paróquia de Maracaju, oficializada em 29 de janeiro de 1931, por D. Antônio Lustosa, sob a responsabilidade dos Franciscanos e, em fins de 1956, entregue aos Capuchinhos. Rio Brillante foi a próxima, em 15 de agosto de 1935, seguida pela de Dourados a 03 de outubro de 1935, ambas autorizadas por D. Vicente Maria Priante e assumidas pelos Franciscanos. O ano de 1954 marcou a fundação das paróquias de Amambai e de Bataguassu (15 de maio) assinadas por D. Orlando Chaves; a primeira atendida pelos Palotinos e a segunda pelos Capuchinhos. Os anos de 1955 e 1956 marcaram a divisão territorial da paróquia de Dourados para a organização de três outras, duas na área da CAND (Vila São Pedro e Vila Glória, sob o comando dos Palotinos) e uma na área da Colônia Municipal (Itaporã, atendida pelos Franciscanos). Por fim, em 24 de janeiro de 1958 foi oficializada a paróquia de Campanário, por D. Ladislau Paz[242].

Mapa nº 3: Genealogia das paróquias da diocese de Dourados.



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Dourados.

D. José de Aquino Pereira, nascido em Portugal no ano de 1920, ingressou na vida religiosa aos 11 anos. Em 1938 veio ao Brasil onde concluiu seus estudos no Seminário Central do Ipiranga. Foi ordenado na Catedral de São Carlos no dia 03 de dezembro de 1944, após a conclusão dos estudos de filosofia e de teologia. No ano seguinte ministrou aulas no Seminário de São Carlos e assumiu a paróquia de São Bento, em Araraquara. De 1949 a meados de 1958 foi Cura da Catedral de São Carlos, cargo substituído pelo de bispo da diocese de Dourados até o ano de 1960. Nesse ano, o Papa João XXIII nomeou-o bispo da recém-criada diocese de Presidente Prudente.

O primeiro ano da gestão de D. José de Aquino Pereira à frente da diocese de Dourados foi marcado por intensas atividades de organização e de reconhecimento da realidade. A tarefa foi árdua, pois ao todo eram 17 sacerdotes para o atendimento de uma população esparsa numa área de quase 70.000 quilômetros quadrados. Ao escrever sobre a vida religiosa encontrada, assim se manifestou: *a vida piedosa é muito precária nas paróquias. Quase tudo se limita ao estritamente necessário. As associações religiosas são poucas e mal organizadas*[\[243\]](#).

Ao seguir as orientações da CNBB, D. José centrou suas preocupações em dois pontos considerados primordiais: o primeiro dizia respeito à catequese ser organizada em todos os núcleos populacionais e adaptada ao linguajar e à realidade locais; o segundo referia-se à necessidade de instalar a obra das vocações sacerdotais em todas as paróquias e com um trabalho preliminar de

seleção dos candidatos ao seminário[244]. Decidiu também, que os encontros clericais seriam reduzidos em virtude das dificuldades de remoção dos vigários até a sede do Bispado.

A primeira visita episcopal foi à paróquia de Nossa Senhora da Glória, na CAND, confiada aos Palotinos. As grandes preocupações foram com a administração de sacramentos e com a catequese. D. José observou que a população e os poucos religiosos enfrentavam sérias dificuldades de locomoção e de hospedagem. Assim, nos lugares em que era possível uma mínima estrutura, permanecia por três dias. Nos outros, chegava ao amanhecer e permanecia até o pôr-do-sol. Nesse período procurava, com o auxílio dos padres locais, realizar o maior número possível de sacramentos, inclusive o Santo Crisma. Também fundou a obra das vocações sacerdotais em todos os lugares visitados. Concluiu que, *por falta de meios de locomoção, o povo não pode freqüentar regularmente as capelas rurais e vive muito abandonado espiritualmente, apesar da dedicação dos reverendos padres Palotinos, que não medem sacrifício*[245].

A segunda visita foi à paróquia de São Pedro, também localizada no interior da CAND e sob a responsabilidade dos Palotinos. D. José observou que a maior parte da população era formada de nordestinos e de vida material pobre. A visão religiosa desse povo acompanhava a pobreza monetária. Porém, como cada família havia recebido um lote de trinta hectares de boa terra, a região parecia ser promissora. O bispo aproveitou a ocasião para despertar o interesse pelo catolicismo, para ministrar aulas de catequese e sacramentos, para estimular a construção de capelas e de melhorar as já existentes e para fundar a obra das vocações sacerdotais. Por outro lado, encontrou registros inadequados na administração paroquial e na prestação de contas. Ao interpelar o vigário, o mesmo mencionou que há tempo desejava a retirada da congregação da região. O bispo propôs que permanecessem e que dali em diante apresentassem as contas anualmente à Cúria[246].

A terceira paróquia a receber a visita episcopal foi a de São João Batista, em Bataguassu, que também envolveu um grande sacrifício de locomoção e de hospedagem. No entanto, a divulgação antecipada da mesma causou boa impressão em D. José. Houve diversos batizados de adultos e legitimações de casamentos, além de confissões e de crismas. Também foram organizadas comissões para a construção de igrejas, de capelas, de estímulo a doações patrimoniais para a Mitra Diocesana, além da instalação da obra das vocações e de catequese popular.

A última paróquia a receber a visita de D. José, em 1958, foi a de Nossa Senhora Aparecida, de Maracaju, no período das festas natalinas. A região era conhecida pela ausência de pessoas nas celebrações e, principalmente, nas comunhões e nas confissões. A visita serviu para incentivar a organização das associações religiosas, que se encontravam abandonadas, para atrair a população aos rituais eucarísticos e para verificar os livros de registro da igreja. Entre eles, houve realização de primeiras comunhões de idosos, novenas preparatórias para o natal e uma série de

missas celebradas. No tocante aos livros, D. José mencionou que: *os padres Capuchinhos merecem um grande louvor pelo modo como aplicam todas as rendas da paróquia em benefício da própria sem desviar nenhum centavo, apesar de renderem muito pouco*^[247]. Encerrou a visita fazendo um apelo ao povo para concorrer mais generosamente para o sustento do vigário, visto que o mesmo precisava trabalhar como motorista de praça para poder manter-se.

As visitas episcopais de D. José de Aquino Pereira tiveram continuidade em 1959, nos primeiros dias de abril, iniciadas pela paróquia de São José, em Itaporã. Em termos religiosos o bispo mostrou-se satisfeito, tanto pelo nível de piedade e de cultura da população, quanto pelo número de confissões e comunhões ocorridas. Entretanto, a verificação dos livros paroquiais apresentou inúmeras irregularidades e desvios de dinheiro, as capelas sequer possuíam livros-caixa. A nova igreja encontrava-se escriturado em nome da Ordem Franciscana e sem informação à Cúria. D. José finalizou acrescentando: *ficamos decepcionados com os padres Franciscanos. Fundamos a obra das vocações sacerdotais, mas o vigário procurou solapá-las*^[248].

A paróquia de São José, em Ponta Porã, recebeu a visita do bispo no período das preparações da festa do padroeiro, ou seja, em fins de abril e princípio de maio, de 1959. Assim, os padres Redentoristas e D. José aproveitaram a ocasião para a realização de missas matutinas e noturnas, mas, apesar disso, a recepção foi fraca. Em termos patrimoniais houve a doação de uma quadra para uma futura igreja. Para o bispo, os padres locais não se interessavam pelo que não fosse próprio da congregação, isso explicaria a baixa freqüência da população na igreja e nas capelas durante a sua visita episcopal e a pequena expansão da fé católica nessa região fronteiriça.

O mês de agosto foi o escolhido para a visita episcopal à paróquia do Divino Espírito Santo em Rio Brillhante. De acordo com os religiosos, a região encontrava-se dividida em duas partes distintas, uma ligada à pecuária e a outra à agricultura. A participação popular foi um pouco mais significativa na área agrícola, embora muitos estivessem afastados das manifestações religiosas há anos. Muitos compareceram a cavalo ou a pé às celebrações, no aproveito da oportunidade para a prática da confissão e da comunhão. Também foram encontradas irregularidades nos registros dos livros-caixa dos anos anteriores, o que reforçou o pedido de D. José na exigência da prestação de contas anual à Cúria Diocesana.

A paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora de Amambai não foi visitada porque o vigário não encontrou uma data conveniente, apesar dos inúmeros apelos do bispo. Por fim, a paróquia da Nossa Senhora da Imaculada Conceição, em Dourados, recebeu proveitosas visitas junto às capelas de Picadinha, Nova América, Caarapó e Juti. Nessas, foi possível a organização de associações religiosas, da realização de diversos sacramentos, da instalação das obras de vocações sacerdotais e de doações patrimoniais à Cúria Diocesana.

Para D. José, a diocese compunha-se de uma região pouco cuidada em termos religiosos. Havia uma enorme fragmentação doutrinária em virtude do desconhecimento dos dogmas e da importância dos sacramentos pela população. Era preciso homogeneizar as administrações paroquiais e a ação dos leigos a fim de dinamizar o catolicismo no extremo sul de Mato Grosso. Inúmeras vezes os padres não se preocupavam com os livros de suas paróquias e tomavam decisões sem consultar a Cúria; em outras, costumavam atrasar o envio das correspondências episcopais. Em ritmo gradativo o bispo procurou detectar e corrigir as irregularidades mais urgentes.

O ideal seria que cada diocese possuísse o seu próprio clero, porém observou-se que não havia nenhum na diocese de Dourados, o que levava o bispo a depender da boa vontade das Congregações ou Ordens Religiosas para o envio de padres, de religiosos e de religiosas que pudessem assumir as paróquias, as escolas e os demais trabalhos prestados pela Igreja Católica na região. O quadro seria revertido na medida em que a diocese organizasse o seu próprio seminário, o que estava previsto no texto da *Bula Inter Gravissimas*. Nesse sentido, D. José decidiu organizar um pré-seminário, em Dourados, instalado na antiga residência das Irmãs Franciscanas. Em 1959 iniciou as atividades com 32 matrículas, e restaram ao fim delas apenas 17.

No tocante ao patrimônio da diocese, D. José de Aquino Pereira conseguiu ampliá-lo, tanto por meio de doações, quanto de compras, deixando-a, ao final de dois anos e oito meses, com uma chácara em Dourados de dez hectares, seis lotes de trinta hectares na Colônia Agrícola Nacional de Dourados, uma casa de madeira doada e 185 hectares em Itaporã. Retirou-se para assumir a diocese de Presidente Prudente, antes, no entanto, tratou de encerrar o pré-seminário de Dourados e enviar os seis alunos restantes para Campo Grande. Foi empossado como Administrador Apostólico da diocese de Dourados até a vinda do segundo bispo em 08 de janeiro de 1961[249].

Apesar desse visível crescimento, a diocese de Dourados não era capaz de se manter com as doações e os dízimos recebidos de seus fiéis[250]. Boa parte do clero vivia precariamente e a cobrança das taxas diocesanas sobrecarregava os cofres paroquiais já debitados. Além disso, a primeira preocupação dos padres era com a prestação do atendimento aos fiéis, em virtude da concorrência religiosa. Desse modo, inúmeras vezes os sacramentos eram administrados gratuitamente.

A maior parcela populacional a freqüentar as igrejas e festas vivia de forma simples e morava na zona rural. O quadro se agravava em virtude do número reduzido de padres, de religiosos e de religiosas e também de igrejas e de capelas. Outro entrave vinha da dificuldade dos sacerdotes em formar leigos instruídos para auxiliá-los na catequese e na aproximação com a população. Para completar o quadro delicado, as associações religiosas eram pouco freqüentadas e, de tempos em tempos, tornava-se necessário reorganizá-las. Dessa forma, as mesmas se tornavam ineficazes no

papel de disciplinar e converter a população ao catolicismo.

3.3 D. Carlos Schmitt e a organização da diocese de Dourados

A chegada de D. Carlos foi marcada por inúmeros compromissos, como o de realizar 2.212 crismas e visitar, de imediato, 45 localidades diferentes, tanto no intuito de ter reconhecida a sua autoridade junto ao clero e aos fiéis, quanto no de tomar conhecimento do quadro geral em que se encontrava a diocese[251]. A sua nomeação foi efetivada no dia 31 de agosto de 1960 e sua posse em Dourados em 08 de janeiro de 1961. Preocupou-se, também, em reunir o corpo clerical da cidade e de toda a região para traçar as linhas da pastoral na diocese.

D. Carlos Schmitt, Franciscano e brasileiro, nasceu em 1919, na cidade catarinense de Gaspar. Ordenou-se sacerdote em Petrópolis, Rio de Janeiro, no ano de 1943, e dedicou seus dezessete primeiros anos de vida sacerdotal à formação de seminaristas, à pregação de missões populares e à direção da paróquia de Xaxim, em Santa Catarina. De lá veio nomeado como o segundo bispo da diocese de Dourados pelo Papa João XXIII[252]. Sua chegada foi marcada por uma calorosa recepção da população douradense e do clero local. Fixou residência junto aos Franciscanos de Dourados até que ficasse pronta a sua moradia[253].

No dia 26 de janeiro de 1961, houve a primeira reunião entre o bispo e seus vigários no intuito do estabelecimento das novas diretrizes diocesanas, de acordo com as instruções de Roma. Ficaram estabelecidas as novas taxas para batizados e crismas, a remuneração dos padres em suas visitas de desobriga, os valores a serem repassados à Cúria e ao sustento dos seminaristas da diocese. Determinou aos próprios párocos que assumissem as responsabilidades sobre os casamentos realizados em suas paróquias e que recorressem à autoridade diocesana somente em situações especiais de dispensas ou de impedimentos existentes. No encerramento ficou decidida a simplificação do processo matrimonial, porém, sem fugir às determinações da Santa Sé[254]. Esse último item guarda relação com as dificuldades produzidas em virtude das distâncias existentes no interior da diocese e das disputas religiosas por adeptos.

Entre as obrigações mais urgentes de D. Carlos constava a criação e a publicação dos Estatutos da Cúria Diocesana de Dourados[255]. Esse a definiu como uma entidade composta de eclesiásticos, com a finalidade de auxiliar o Bispo Diocesano e as obras assistenciais e educacionais mantidas pela mesma. Foi registrado como patrimônio apenas a quadra mencionada anteriormente. A diretoria seria formada pelo próprio bispo e por um corpo auxiliar escolhido por ele, composta

por um presidente, para representá-la social e juridicamente, um secretário, para zelar pelos arquivos, pelas correspondências e pelos despachos, e um tesoureiro, responsável pela escrituração das receitas e das despesas da Cúria.

De maio a setembro de 1961 D. Carlos Schmitt dedicou-se às visitas pastorais, pois era necessário estabelecer um contato com os párocos e a população; também era preciso conhecer a realidade e a extensão territorial da diocese sob seu comando. A principal queixa veio da visita à paróquia de Amambai porque a mesma não fora bem preparada e, por isso, o movimento religioso foi fraco. O conjunto das andanças pastorais resultou em 2.212 crismas, em 656 batizados, em 882 comunhões e em 52 casamentos[256].

Em dezembro de 1961 houve a ordenação do primeiro padre secular do bispado, Wilbert Maciel da Silva. A cerimônia ocorreu em Ponta Porã, a terra natal do novo sacerdote e de seus pais, com a presença de diversos padres da região. Segundo frei Fridolino Hasenfratz, vigário de Dourados, os religiosos formaram uma verdadeira caravana para assistir a essa importante celebração[257]. Além disso, também no mês de dezembro, D. Carlos instalou-se em sua modesta moradia, construída em virtude de sua boa gestão episcopal, aliada à ajuda financeira da Nunciatura Apostólica do Brasil.

Em princípio de fevereiro de 1962, D. Carlos reuniu-se novamente com o Clero Diocesano. Determinou como foco central da ação pastoral a catequese. Diante da insuficiência de padres e de leigos preparados, propuseram-se a realizá-la por meio dos próprios sermões dominicais, pois era vital que os fiéis fossem conhecedores da Doutrina Católica[258]. Essa medida mostra as limitações enfrentadas pelos religiosos nas suas propostas de solidificação do catolicismo na diocese de Dourados. Apesar desses empecilhos, com a posse de um bispo Franciscano, a década de 1960 representou um avanço na vinda de verbas da Alemanha para a região, com o Misereor, com o Adveniat[259] e com parentes e amigos dos frades[260].

D. Carlos participou das manifestações de abertura do Concílio Vaticano II entre os meses de agosto e dezembro e retornou à diocese para as celebrações natalinas. E, no dia 30 de dezembro de 1962, houve a ordenação sacerdotal de Luigi Salmaso[261] na pró-catedral em Dourados, a qual contou com mais de uma dezena de sacerdotes e com a igreja repleta de fiéis. Durante a ausência do bispo, diversas matérias foram publicadas nos jornais de Dourados, com o objetivo de esclarecer à população o que estava a ocorrer:

Quando os bispos se reúnem em Concílio para dar um novo impulso, agem como chefes responsáveis. É normal que só eles decidam. No entanto, o bispo está ligado à sua Igreja local (a diocese). Não é propriamente como delegado dessa igreja que vai ao Concílio, mas como pastor, chefe, e com isso, ligado a toda a sua comunidade. Ele vai exprimir a fê, vontade de sua Igreja. Nele, cada um de nós está de certo modo presente ao Concílio[262].

Diante do exposto, fica claro o papel esperado pelo clero de seus fiéis, isto é, uma participação indireta e de obediência à hierarquia eclesiástica como algo natural. A justificativa dada vem do fato da Igreja vir de Deus, por Cristo, que a confiou aos Apóstolos, para mantê-la viva na população. Assim, aos fiéis caberia o exercício da fé, da graça e do Espírito Santo, possíveis com o auxílio dos padres e de seus respectivos bispos.

Em virtude do crescimento populacional do extremo sul de Mato Grosso, D. Carlos decidiu, em 1963, dividir algumas paróquias da diocese, o que possibilitou o surgimento de outras. Esse foi o caso da paróquia Nossa Senhora da Glória, que perdeu parte de sua extensão para que fosse formada a paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos, de Vicentina, abrangida em parte pelos municípios de Fátima do Sul, Jateí e Glória de Dourados. O primeiro vigário empossado foi o Palotino José Daniel, que fundou o Apostolado da Oração, as Filhas de Maria e a Cruzada Eucarística[263]. Essa paróquia teve sua sede provisória na “esquina da placa”, nome posteriormente substituído para Vicentina, em homenagem a São Vicente Pallotti, fundador da Sociedade dos Padres Palotinos. Também foram criadas as paróquias de Nossa Senhora das Graças, em Mundo Novo, e a de Nossa Senhora de Fátima, na Vila Brasil. Nesse ano também foi construída a nova igreja matriz em Itaporã[264] e ocorreram as Missões Populares em algumas paróquias, em virtude da união entre os padres Palotinos, os padres Redentoristas e as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Por fim, houve a participação de D. Carlos na 2ª Sessão do Concílio Vaticano II. Ao retornar dedicou-se aos preparativos da construção de um pré-seminário em Dourados, com a ajuda de 300.000 marcos alemães, enviados pelo Adveniat[265].

Em 1964 os Franciscanos aceitaram assumir a nova paróquia do Senhor Bom Jesus de Caarapó, desmembrada da paróquia de Dourados. A justificativa da aceitação veio da observação da área, ou seja, por ser uma zona de colonização, talvez fosse possível transformá-la em um viveiro de vocações. Em 22 de fevereiro de 1964, D. Carlos deu posse ao primeiro pároco, frei Mateus Rothmann[266]. Nesse ano, após cinco anos passados, o bispo retomou as visitas paroquiais em Vila Brasil, Vila Vicentina, Vila Glória e Vila São Pedro, que resultaram em 6.756 confissões, 8.166 comunhões, 759 batizados, 41 casamentos e 9.739 crismas[267]. A semana Santa também foi bastante concorrida em virtude das Santas Missões, que percorreram uma parte significativa da diocese. E, em virtude das decisões do Concílio Vaticano II, D. Carlos enviou uma carta circular a todos os padres, no intuito de que passassem a rezar a missa em português[268].

Em termos pastorais a situação melhorou, de acordo com o relato dos religiosos, pois substituíram o lombo de animais pelos automóveis, em suas visitas de desobriga. Também procuraram dialogar com o bispo no sentido da concentração de suas atividades em determinadas

áreas da diocese. Segundo frei Jorge Elsing, durante muitos anos os Franciscanos trabalharam até com certo grau de heroísmo. Porém, com o decorrer dos anos e pelas modificações estruturais do extremo sul de Mato Grosso, os padres se dedicaram muito pouco às reflexões da vida espiritual. Nessa medida, seria preciso ao menos um encontro mensal dos frades para atentarem sobre seus problemas espirituais[269].

Para regularizar os imóveis pertencentes à Igreja na comarca de Dourados, a Mitra Diocesana de Corumbá enviou todos os documentos de posse ao cartório e ao juizado de direito douradenses para oficializá-los em nome da Mitra Diocesana de Dourados. Resolvido o trâmite documental, D. Carlos conseguiu a permissão do Nuncio Apostólico, em 1965, para efetuar a venda do direito de seis lotes de 30 hectares, espalhados na 2ª zona da CAND, no intuito de aplicar o dinheiro em benefício das obras diocesanas[270], como a construção do seminário diocesano.

Entre os meses de março e junho de 1965 foram realizadas as visitas pastorais às paróquias de Nova Andradina, Maracaju, Bataguassu e Itaporã. Na avaliação de D. Carlos ocorrera avanço espiritual em todas, pois o povo fora bem assíduo às pregações e ao recebimento dos sacramentos da confissão e da comunhão. Em junho foram celebradas as primícias do neo-sacerdote Redentorista, padre Afonso Taciro, na catedral, com a participação de diversos sacerdotes. E, em cumprimento das propostas firmadas pelo Concílio Vaticano II, foram realizadas duas semanas catequéticas diocesanas, sendo uma em Dourados e outra em Vila Vicentina. Por fim, D. Carlos viajou no segundo semestre desse ano, para participar da 4ª e última sessão do Concílio e, para tanto, ampliou os poderes dos vigários pertencentes à diocese até o mês de dezembro[271].

Com o objetivo de expandir numericamente o clero secular da diocese, D. Carlos iniciou, em dezembro de 1963, a construção de um pequeno seminário na quadra do bispado. Em fins de fevereiro de 1966 foi concluído e recebeu os seus primeiros sete alunos, que ficaram sob a supervisão do bispo e de seu secretário, o padre Wilbert Maciel da Silva. Essa obra contou com generosas verbas da Nunciatura Apostólica e, por isso, D. Carlos Schmitt decidiu convidar D. Sebastião Baggio, Nuncio Apostólico, para a inauguração oficial no dia 09 de junho de 1966, festa do Corpo de Deus. O clero convocou todas as autoridades e a população em geral para comparecerem e, houve intensa preparação e divulgação na imprensa douradense em relação ao ilustre visitante[272]. Porém, no dia previsto não foi possível a decolagem de aviões no aeroporto do Rio de Janeiro, em virtude de um mau tempo. Uma nova data foi marcada para o dia 16 de julho e, dessa vez, com sucesso e participação popular.

A insistência no funcionamento de um seminário diocesano vinha da falta de clero para o atendimento mínimo da diocese de Dourados. A situação era tão calamitosa que não havia padres para assumir as regiões de Iguatemi, de Bataguassu, de Anaurilândia, de Bataiporã, de Naviraí, de

Ivinhema e de Jateí. Essa situação angustiava o bispo, que tentava incessantemente contatos com os superiores provinciais das Congregações e das Ordens Religiosas em busca de padres, de Irmãs e de Irmãos religiosos. Algumas regiões já recebiam tal atendimento, como era o caso das Irmãs da Imaculada Conceição, as quais atuavam em Rio Brillhante, das Irmãs Catequistas Franciscanas, em Itaporã, e dos Irmãos Maristas, em Dourados. Apesar de todos os esforços, o seminário foi fechado em 1968, pois não foi possível manter um pároco responsável, e o padre Wilbert teve que assumir a paróquia de Bataguassu.

Os Franciscanos mantiveram, desde 1960, o Seminário Santo Antônio, em Rio Brillhante, que funcionava com o auxílio de professores leigos, de Irmãs Catequistas e de padres na formação dos seminaristas, nos cursos de admissão e ginásial. Ao terminar essa etapa, o aluno era encaminhado para o seminário de Agudos, São Paulo. Em 1971 foi reconhecido, no Diário Oficial de Mato Grosso, como uma entidade de assistência à criança e à juventude, pois visava à formação de brasileiros e de cristãos[273].

Na tentativa de amenizar a falta de padres na diocese e, ao mesmo tempo adaptar-se ao gosto pela novidade da população local, a Igreja Católica lançou, por diversas vezes, ao longo da década de 1960, as Santas Missões e as procissões. Nessas ocasiões, os padres aproveitavam para atrair o maior número de pessoas para a renovação da vida católica, por meio dos sacramentos da confissão e da comunhão, e o comprometimento da população com os movimentos e as associações religiosas. Em resumo, a estratégia continuava a surtir o efeito temporário das décadas anteriores, porém renovada pela utilização de religiosos com maior habilidade no uso de um linguajar mais próximo do estilo popular e de maior carisma. À guisa de exemplos, citamos a vinda da imagem de Nossa Senhora Aparecida, em setembro de 1966, trazida para a diocese por D. Antônio Macedo, Bispo Coadjutor de Aparecida, e as missões em Rio Brillhante, no mesmo ano, que, segundo os religiosos, levou para a igreja local aproximadamente 90% da população da região[274]. Os resultados eram questionáveis e o próprio clero duvidava desses, no entanto, diante da impossibilidade do aumento do clero secular, a solução apresentava-se como plausível.

Os três últimos anos da década de 1960 acentuaram as preocupações de D. Carlos Schmitt com a condução da diocese de Dourados, com o aumento da população e a incompatibilidade de formação ou obtenção de sacerdotes para o atendimento mínimo de toda a região. Para acentuar as dificuldades, ao longo da década, várias Congregações desistiram do atendimento extensivo e passaram a atuar de acordo com uma pastoral intensiva, em áreas específicas da diocese. Outras optaram pela saída da região, como, por exemplo, as Irmãs de Jesus Adolescente, que atuavam na paróquia de Maracaju. Os efeitos do Concílio Vaticano II não foram sentidos nesse período e, em virtude das inúmeras dificuldades, o bispo decidiu renunciar ao cargo.

Nas missas dominicais de 22 de fevereiro de 1970, o bispo diocesano pediu que fosse lida a seguinte comunicação:

Levado por motivos pessoais e circunstanciais, desde 1965 eu vinha solicitando à Santa Sé que me dispensasse das funções de bispo de Dourados. No meu pedido de renúncia manifestei o desejo de não mais assumir o governo de qualquer diocese. Após longa espera e repetidos pedidos, a minha renúncia foi aceita pelo Papa, no dia de ontem, 21 de fevereiro. Continuarei interinamente à frente desta diocese até que a Santa Sé providencie a minha substituição[275].

As dificuldades enfrentadas por D. Carlos Schmitt na condução da diocese de Dourados sofreram um desgaste considerável com os Franciscanos em agosto de 1969. O bispo entendeu que essa congregação desejava retirar-se de Dourados e precipitou-se na negociação com os padres Diocesanos de Caxias do Sul. Entretanto, esses últimos não quiseram se desligar de suas dioceses e o governo da Província de Fulda, responsável pelos Franciscanos que atuavam na região, não endossou a idéia[276]. Esse desgaste acelerou o desejo de D. Carlos em abandonar o comando da diocese, visto que o mesmo também era Franciscano. Além disso, seu tio, D. Daniel Hostin, bispo de Lages, encontrava-se enfermo, o que acentuou seu intento de mudar-se para Santa Catarina.

Frei Teodardo Leitz foi eleito como Vigário Capitular, isto é, o responsável geral pela diocese de Dourados até que um novo bispo fosse nomeado pelo Papa Paulo VI. Assim, D. Carlos Schmitt deixou o cargo, segundo ele, *depois de nove anos de pastoreio de muita dedicação e nada fácil*[277]. Deixou a diocese com todas as 14 paróquias providas de vigário e com um patrimônio razoavelmente rentável, com capitais aplicados em letras de câmbio e de terras diocesanas arrendadas, além disso, adquiriu diversos pequenos terrenos para a Mitra, conseguiu formar cinco paróquias, provê-las de sacerdotes e ordenar dois padres Seculares Diocesanos. Partiu de Dourados no dia 04 de maio de 1970, com apenas os seus pertences particulares em seu carro. A sede episcopal de Dourados teve o seu terceiro bispo empossado, D. Teodardo Leitz, Franciscano, em 27 de março de 1971[278].

Passados 11 anos de sua renúncia, e em virtude das comemorações dos 25 anos da criação da diocese de Dourados, D. Carlos escreveu uma longa carta acerca de sua gestão episcopal, para atender ao pedido de D. Teodardo Leitz. Nessa, apontou as suas dificuldades de adaptação numa terra desconhecida, suas tristezas e suas alegrias na condução da diocese. Estava convencido de que a missão primordial de um bispo era o anúncio da palavra de Deus, que o impulsionaram à realização das visitas episcopais, transformando-as em pequenas missões anuais, no cumprimento do que julgava ser essencial à fé da vida de um cristão católico: a pregação da palavra, a execução dos sacramentos da confissão e da comunhão e a oração do rosário. Considerava negativa a celebração em massa dos sacramentos do batismo e da crisma. Por isso, mudou a prática existente

de batizar e crismar o mais rápido possível a população local, pela determinação da idade mínima de 12 anos para o Santo Crisma. E, para quebrar a pouca vibração dos douradenses em relação à religião, propôs aos padres da paróquia a pregação de novas missões populares. No entanto, considerava que o mais difícil era manter a chama acesa após seu efeito retumbante. D. Carlos considerou importante outros eventos populares, como a visita do Núncio Apostólico e a vinda da imagem de Nossa Senhora Aparecida. Além disso, avaliou como significativa a sua participação nas etapas do Concílio Vaticano II para a maior compreensão da realidade católica mundial e local. Deixou a diocese de Dourados encaminhada para a formação do laicato católico, por meio do Movimento Familiar Cristão e do Movimento de Cursilhos de Cristandade, que tiveram uma presença marcante com D. Teodardo Leitz[279].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação a proposta foi traçar algumas considerações em torno do processo de transformação política ocorrido na Igreja entre as décadas de 1940 e 1960, contrapondo-o às modificações sócio-políticas ocorridas no extremo sul de Mato Grosso e, em especial, na região de Dourados - a referência do clero mato-grossense para a criação da diocese de Dourados. Procurou-se compreender a Igreja Católica como uma instituição, composta por regras e por diversos mecanismos de coerção, que pretende garantir sua sobrevivência no mercado de bens simbólicos e no interior da sociedade. Entende-se que isso é possível porque a religião está presente em boa parte das manifestações humanas, por meio da expressão da fé e da busca de um encontro entre o homem e o Divino. Nessas manifestações movimentam-se questões ligadas ao sentido da vida, ao bem e ao mal, ao sofrimento, à morte etc. Na religião encontram-se presentes os desejos, as vontades, as esperanças, as manifestações literárias e artísticas, os valores morais, políticos e econômicos e as ideologias, que formam um todo complexo em nossas visões do mundo. Há dentro da religião, ao mesmo tempo, um aspecto social e um aspecto pessoal, mas, como o indivíduo nasce dentro de uma determinada sociedade, é desta última que recebe os signos que nortearão seu sentimento religioso. Assim, faz-se necessária uma tomada de conhecimento da organização e da cultura da Igreja, de suas imbricações com a sociedade e de que forma determinados elementos sociais encontram-se em dependência com a Igreja, tanto em termos de instituição quanto em termos de doutrina.

Ao longo dos três capítulos foi possível perceber a presença de diversos elementos, ora em conflito, ora em graus diferentes de entretimento e de influência, dependendo da situação social que se apresentava. Ao longo das referidas décadas, foi possível visualizar a Igreja em constante reflexão e em embate entre as forças conservadoras e as forças progressistas, que propunham a conservação ou a mudança nas práticas pastorais do catolicismo, presentes no Concílio Vaticano II e em Medellín. Em contraponto, foi possível perceber a população sul-mato-grossense bastante fora do perfil desejado e sonhado pela Igreja. O sul de Mato Grosso apresentava uma realidade cultural múltipla, resultado do grande afluxo de pessoas que transitava pela região e da fronteira com o Paraguai. Os valores sócio-culturais heterogêneos formaram uma identidade local que desafiava as tentativas do clero em discipliná-las. As diversas manifestações e os múltiplos significados da religião tornaram-se um empecilho às tentativas padronizadoras do clero católico.

Acompanhar a criação da diocese de Dourados, por meio das cartas circulares, dos livros-tombo, das matérias publicadas na imprensa, dos relatórios religiosos e dos livros produzidos pelos padres, permitiu a compreensão de que o processo foi lento, foi caro, foi fragmentado e que exigiu um esforço considerável de todo o corpo clerical envolvido. Para os religiosos que atuavam na região, a população era fria ou indiferente às práticas religiosas oficiais, porém gostava de manifestações ao ar livre, bem ao estilo de vida mato-grossense e muito pouco colaborava financeiramente com as obras religiosas. Desse modo, a Igreja local teve que se adaptar aos costumes locais e depender de verbas estrangeiras e da Nunciatura Apostólica por um longo tempo, o que certamente incomodou o cerne eclesiástico brasileiro e romano.

Não foi possível identificar um jogo de forças significativo entre progressistas e conservadores nos quadros do clero atuante no sul de Mato Grosso, mas sim uma ação de cunho conservador, e muitas vezes composta de críticas ácidas aos presbiterianos, aos batistas, aos adventistas, aos assembleianos, aos espíritas, aos maçons e aos comunistas. A esses últimos acrescenta-se que, na maciça maioria das vezes, recebiam o “título” por tecerem críticas ao governo ou lutarem por alguma reivindicação local, tais como a construção de uma ponte, a formação de uma cooperativa ou a melhoria nas condições de uma determinada estrada. Em outros momentos, foi possível captar a união de segmentos diferentes em torno de uma visita considerada ilustre ou de um acontecimento que envolvesse grande concentração de pessoas, como, por exemplo, a vinda de D. Sebastião Baggio, o Nuncio Apostólico, ou as recepções aos bispos D. José de Aquino Pereira e D. Carlos Schmitt.

Acredita-se ser correto afirmar que os efeitos do Concílio Vaticano II pouco foram sentidos até 1971, daí a consideração de que o período teria significado mais uma permanência do que uma ruptura na prática católica. Foi possível observar traços conservadores na atuação do clero católico local, formado por uma mescla de estrangeiros e de brasileiros. Não é possível deixar de observar que a maioria deles havia se tornado sacerdote na década de 1940, ou seja, no início das discussões de mudanças no cerne da Igreja. Nesse período, era vetada, aos noviços, a leitura de determinadas partes da Bíblia e as interpretações dos textos só poderiam ocorrer nas salas de aula, junto aos professores. Diante dessa realidade não é difícil aquilatar o grau de dificuldade de aceitação das mais leves aberturas, como a do uso da língua portuguesa no ritual eucarístico. Porém, apesar da Igreja parecer enfraquecida, sobreviveu a todas as adversidades sofridas e, de certa forma, graças à atuação forte do Vaticano, capaz de acomodar as mais variadas forças internas, limitando-as e bloqueando-as quando se fez e se faz necessário.

O intenso entrecruzar cultural impossibilitava ao homem do sul de Mato Grosso assimilar e aceitar a vida introspectiva e disciplinadora das práticas religiosas. A população local havia se

acostumado a lutar pela posse da terra e pelo poder político, o que a fez absorver alguns valores específicos, como o gosto pelo uso de armas e da vida ao ar livre. Isso significa que havia várias *igrejas* dentro da Igreja, isto é, uma religiosidade popular marcante, em convívio com as regras normatizadoras da Igreja Católica. Em toda a documentação consultada observou-se que a presença masculina era rara no interior das igrejas e, principalmente das autoridades instituídas. Quando isso ocorria, era fartamente comentada. É evidente que havia exceções, como é caso do senhor Orcírio Pedroso, entrevistado nesta dissertação e citado ao longo dos capítulos um e dois.

A preocupação em unificar as práticas religiosas esteve presente nas duas primeiras gestões episcopais, marcadas pela falta de padres, de religiosos e de religiosas, de recursos financeiros e patrimoniais rentáveis. Além desses problemas, as paróquias eram extensas e possuíam uma população dispersa e quase que exclusivamente rural. As dificuldades de comunicação, o isolamento e a concorrência religiosa causavam considerável sofrimento aos padres. Durante muito tempo os sacerdotes tiveram autonomia para agir, em virtude da dificuldade da Cúria Diocesana de Corumbá fiscalizar as suas ações.

Na tentativa de contornar o quadro apresentado, a Igreja Católica decidiu investir na criação de escolas, de igrejas, de hospitais, de seminários, de criar associações devocionais e de criar um trabalho assistencialista, ações que tentavam colocar em evidência a importância e o papel do clero e da Igreja na vida da sociedade mato-grossense.

Esses foram os grandes desafios que aguardavam os bispos a assumir a nova diocese, criada pela Bula *Inter Gravissimas* em 1957. O primeiro bispo ficou apenas dois anos e oito meses e, nesse tempo enfrentou os livros de registros preenchidos inadequadamente e o clero distante de um convívio religioso, porém, foi transferido para uma diocese maior e mais promissora, a de Presidente Prudente. Já o segundo, permaneceu nove anos e esteve ausente por cerca de dois anos de suas atividades na diocese, para participar das sessões do Concílio Vaticano II. Deixou de realizar suas visitas pastorais por até cinco anos em determinadas regiões da diocese. Apesar disso, tentou iniciar um movimento formador de leigos, com a ajuda de congregações externas à região, mas renunciou antes desse processo ter surtido algum efeito.

A maior dificuldade enfrentada para a elaboração e conclusão desta dissertação foi a desorganização dos documentos históricos, o péssimo estado de conservação de muitos deles e, principalmente, o fato de parte da documentação se encontrar sob o controle de pessoas que resistem em cedê-los por desconfiarem do resultado final do trabalho, no sentido de que o mesmo possa comprometê-los. Além do que, realizar pesquisa no Brasil é um processo caro e demorado. É evidente que esta dissertação é apenas o resultado de um pequeno trabalho realizado ao longo de três anos sobre um tema instigante e desafiador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A – CARTAS CIRCULARES / DOCUMENTOS

1. Arquivo da Cúria Diocesana de Dourados

BULA *Inter Gravissimas*. Cópia do original em latim. Roma, 15 de junho de 1957.

BULA *Inter Gravissimas*. Tradução para o português, elaborada por D. Teodardo Leitz. Dourados, 25 de agosto de 1983.

CHAVES, Orlando. Carta sobre o auxílio monetário das paróquias ao Seminário Diocesano. Corumbá, 11 de fevereiro de 1954.

CHAVES, Orlando. Carta de alerta à população sobre a existência de alunos católicos mato-grossenses que estudavam em colégios protestantes em São Paulo. Corumbá, 28 de dezembro de 1954.

CHAVES, Orlando. Carta sobre as funções sacerdotais. Corumbá, 14 de abril de 1954.

CHAVES, Orlando. Carta sobre as vocações e obras sacerdotais. Corumbá, 02 de fevereiro de 1955.

CHAVES, Orlando. Carta sobre o comportamento esperado das mulheres católicas. Corumbá, 23 de julho de 1954.

CHAVES, Orlando. Carta sobre o óbulo de São Pedro. Corumbá, 08 de dezembro de 1956.

CHAVES, Orlando. Organização das associações devocionais. Corumbá, 26 de junho de 1955.

DECLEENE, Amado. Anúncio da nomeação do bispo de Dourados. Corumbá, 08 de fevereiro de 1958.

LATTECK, Higino. Pedido para registrar lotes em nome da diocese de Corumbá. Dourados, 30 de agosto de 1943.

Livro Tombo I da diocese de Dourados (1958-1988).

Pasta D. José (1958-1960).

Pasta *Diário Oficial do Estado do Mato Grosso* (1954-1962).

Pasta diocese de Corumbá (1935-1958).

Pasta da Paróquia Divino Espírito Santo de Rio Brillhante.

Pasta da Paróquia Imaculado Coração de Maria de Nova Andradina.

Pasta da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora de Amambai.

Pasta da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Fátima do Sul.

Pasta da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados.

Pasta da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Maracaju.

Pasta da Paróquia Nossa Senhora das Graças de Mundo Novo.

Pasta da Paróquia Santo Antônio de Batayporã.

Pasta da Paróquia São João Batista de Bataguassu.

Pasta da Paróquia São José de Itaporã.

Pasta da Paróquia São José de Ponta Porã.

Pasta da Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos de Vicentina.

Pasta Dom Carlos (1961-1970).

Pasta Questionário Estatístico Geral Anual (1971-1989).

Pasta Relatórios Quinquenais (1969-1989).

Revista Rainha dos Apóstolos (1954-1979).

2. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados.

Livro Tombo I (1936-1970)

Livro Tombo II (1970-1996)

Livro Registro de Batizados (1924-1972)

Livro Registro de Casamento (1924-1971)

3. Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Caixas A, C, C.U., I, R, R₁, R₂ e R₃.

B – JORNAIS

Jornal *A Folha do Povo*. Ponta Porã, 1942-1945.

Jornal de *Dourados* Dourados, 1958-1959.

Jornal *Diário MS*. Dourados, 2002-2003.

Jornal *Eco Diocesano*. Corumbá, 1937.

Jornal *Elo*. Dourados, 1975-2005.

Jornal *Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 1935.

Jornal *O Douradense*. Dourados, 1949-1950.

Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 1942.

Jornal *O Progresso*. Ponta Porã, 1920-1927.

Jornal *O Progresso*. Dourados, 1951-1971.

C - TESES E DISSERTAÇÕES

ALBANEZ, Jocimar Lomba. *Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: o extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

FARIAS, Damião Duque de. *Crise e renovação católica na cidade de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945/1975)*. 2002. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH / USP, São Paulo.

GALETTI, Lyllia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*. 2002. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH / USP, São Paulo.

MARIN, Jérri Roberto. “*Ora et labora*”: o projeto de restauração católica na ex-colônia Silveira Martins. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MARIN, Jérri Roberto. *O acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*. 2000. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização de Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita. A modernidade de Corumbá (1872-1918)*. 2001. Tese (Doutorado em História) – FFLCH / USP, São Paulo.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904- 1983)*. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH / USP, São Paulo.

D – LIVROS E ARTIGOS

ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p.83-102.

ABREU, Martha. *O império do Divino – festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALBERTI, Verena. *História oral – a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CFGV, 1980.

ALCÂNTARA, Maria de Lourdes Beldi de. Um outro olhar sobre o estudo das manifestações religiosas. *Revista Imaginário*. São Paulo: NIME-LABI, nº8, 2002. p.29-34.

ALVES, Rubem. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARAÚJO, José Carlos. *Igreja Católica no Brasil – um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARNS, Paulo Evarista. *O que é Igreja*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da Terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira*. Londrina: UEL, 1997.

AZANHA, Gilberto, VALADÃO, Virgínia Marcos. *Senhores destas terras. Os povos indígenas no Brasil: da colônia aos nossos dias*. São Paulo: Atual, 1991.

AZEVEDO, Tales de. Catolicismo no Brasil? *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis: Vozes, ano 63, nº 2, fev 1969. p.72-80.

AZZI, Riolando. *A vida religiosa no Brasil. Enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983.

AZZI, Riolando. Significações históricas da Igreja na sociedade brasileira. *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis: Vozes, 1976. p.41-57.

BAKKER, Nicolau. Romarias: questionamento a partir de uma pesquisa. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, fasc. 135, set. 1974. v.34, p.540-553.

BARATA, Alexandre Mansur. Maçonaria brasileira e sociabilidade ilustrada (1870-1890). *História e Cidadania*. São Paulo: Humanistas Publicações / FFLCH-USP; ANPUH, 1998. p.565-578.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. Educação Modernizadora de classe: o lazer, a cultura popular no trabalho no período Vargas e Juscelino. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, nº 27, 1995. v.14, p.148-159.

BARROS, Iolanda M. Pierin de. *D. Aquino: política, violência e conciliação*. Curitiba: Renascer, 1996.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Tradução de Sérgio P. Rouanet).

BEOZZO, José Oscar et al. *História da igreja do Brasil*. Tomo II. Petrópolis: Vozes, 1985. v.2.

BEOZZO, José Oscar. *A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. Ferreira, Jorge (Org.) O populismo e sua história – debate e crítica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Humanistas Publicações, nº 43, 2002. v.22, p.235-240.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: O que falar, dizer*. São Paulo: EDUSP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo*. Um estudo sobre a religião popular. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMARGO, Candido P. F. (Org.). *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília Ltda, 1995.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Fora da caridade não há religião? Breve história da competição religiosa entre catolicismo e espiritismo kardecista e de suas obras sociais na cidade de Juiz de Fora (1900-1960). *Imagens e discursos*. Juiz de Fora: UFJF, 2001. p.131-154.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARMELLO, Armando da Silva. *Dourados, terra prometida*. Campo Grande: Gráfica Alvorada, 1973.

CARMELLO, Armando. *Terra e gente*. Apologia à Dourados. Campo Grande: Livraria e Tipografia Pindorama, 1967.

CASTILHO, Maria Augusta de. *Religião, símbolo e poder do primeiro bispado de Campo Grande (1958-1978)*. Campo Grande: UCDB, 1998.

- CASTRO, Araújo. *A Nova Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1935.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A história cultura – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista brasileira de história*. São Paulo: ANPUH, nº 47, jan / jun, 2004. v. 24, p.271-302.
- CORRÊA, Valmir Batista. A história regional em questão. *Revista científica*. Campo Grande: UFMS, nº 2, 1994. v.1, p.48-53.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS: 1995.
- CORREIA, Jovina Nevoleti (Org.) *Dourados: guia das leis*. Dourados: Câmara Municipal, 2000.
- DAL BOSCO, Maria Goretti. *Viajantes da ilusão: os pioneiros*. Dourados: Via Nova, 1995.
- DUSSEL, Enrique (Org.). *História Liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992. (Tradução Rezende Costa).
- ENSING, Jorge. *Entre os rios Paraguai e Paraná*. Experiências e reflexões de um missionário franciscano no Mato Grosso. Campo Grande: Loyola, 1988.
- FARIAS, Damião Duque de. Considerações sobre a crítica católica ao Estado brasileiro. *Fronteira*. Revista de História. Campo Grande: UFMS, nº 11, jan / jun, 2002. v.6, p. 142-158.
- FARIAS, Damião Duque de. *Em defesa da ordem*. Aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945). São Paulo: Hucitec, 1998.
- FAUSO, Boris. *História Geral da civilização brasileira*. Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. v.4.
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, nº 47, 2004. v.24, p.208-217.
- FERREIRA, Jorge. Vargas e o imaginário do povo: Estado e cultura política popular (1930-1945). *História e cidadania*. XIX Simpósio Nacional de História. São Paulo: Humanistas Publicações/FFLCH – USP; ANPUH, 1998. p.243-253.
- FOUCALT, Michel. *A arqueologia do saber*. São Paulo: Forense Universitária, 1986.

FREITAS, Marcos Cezar de. Brasil. 1954-1964: sugestão de roteiro a partir da História das Idéias Educacionais (Anísio e Vieira Pinto). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, nº 27, 1994. v. 14, p. 167-178.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca de modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando Antônio (Coord). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Francisco José Silva. De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República. *História e cidadania*. XIX Simpósio Nacional de História. São Paulo: Humanistas Publicações / FFLCH – USP, ANPUH, 1998. p.315-326.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOM BONATTO, Vera Ivanise (Org.). *Concílio Vaticano II. Análise e prospectiva*. São Paulo: Paulinas, 2004.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. Dourados: L.A. Gressler, 1988.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história – ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Tradução de Cid Knipel Moreira).

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HONORATO, César. O Estado Novo e a Assistência Social. *História e cidadania*. XIX Simpósio Nacional de História. São Paulo: Humanistas Publicações / FFLCH – USP; ANPUH, 1998. p.224-241.

HOORNAERT, Eduardo (Org.). *História da Igreja na América Latina e no Caribe*. Petrópolis: Vozes, 1995.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Instituto Nacional de Pastoral (Org.). *Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)*. São Paulo: Paulinas, 2003.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Os problemas do desenvolvimento na América Latina frente aos descaminhos da modernidade. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / contexto, nº 29, 1995. v.15, p.123-138.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. O coronelismo ainda é uma questão histórica? *História e cidadania*. XIX Simpósio Nacional de História. São Paulo: Humanitas Publicações / FFLCH – USP; ANPUH, 1998. p.505-515.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico; ROSA, Zita de Paula. História Oral: uma utopia? *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, nº 25/26, set 92/ago 93, 1993. v.13, p.7-16.

KNOB, Pedro F. *A missão franciscana do Mato Grosso*. Campo Grande: Loyola, 1988.

KÜNG, Hans. *Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

LE GOFF, Jacques. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. O município e o Regime Representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LEITZ, Teodoro. *diocese de Dourados: 25 anos (1957-1982)*. Dourados: diocese de Dourados, 1982.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Unicamp, 1985.

LESSER, Jeffrey. Imaginação e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, nº 28, 1994. v.14, p. 121-150.

LIMA, Alexandrino Ferreira de. *Glória de Dourados*. Recanto abençoado. Datas e fatos. Glória de Dourados: RUCAR, 1987.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: Hipóteses para uma interpretação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1951.

LORO, Telma Valle de; FERREIRA, Áurea Rita de Ávila Lima. *Manifestações literárias em Dourados*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil e o regime republicano*. São Paulo: Loyola, 1990.

LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil. Cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Paulinas, 1991.

- MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil: 1916-1982*. São Paulo: brasiliense, 1989.
- MANOEL, Ivan Aparecido. A esquerdização do catolicismo brasileiro (1960-1980): notas prévias para uma pesquisa. *Estudos históricos*. Franca: UNESP, nº 1, 2000. v.7, p.135-148.
- MARCHI, Euclides. A igreja do Brasil e o plano de emergência – 1952/1962. *Revista de ciências Humanas*. Florianópolis: UFSC, nº 1, jan, 1982. v.1, p.81-108.
- MARIN, Jérri Roberto. As associações devocionais e o processo de romanização: o caso da paróquia de vale Vêneto. *Fronteiras*. Revista de História. Campo Grande: UFMS, nº 1, jan / jun, 1997. p.41-56.
- MARIN, Jérri Roberto. Fronteiras e fronteirços: os intercâmbios culturais e a nacionalização da fronteira no sul do estado de Mato Grosso. *Fronteiras*. Revista de História. Campo Grande: UFMS, nº 7/9, 2000/2001. v.4/5.
- MARIN, Jérri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. *Revista de ciências Humanas*. Florianópolis: UFSC, nº 1, jan, 1982. v.1, p.149-169.
- MATOS, Alderi S. de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900): missionários, pastores e leigos do século 19*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa; FILHO, Prócoro Velasques. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.
- MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, nº 25/26, set 92 / ago 93, 1993. v.13, p. 55-65.
- MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memória fotográfica de Dourados*. Campo Grande: UFMS, 1990.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalidade e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Humanitas Publicações, nº 35, 1998. v.18, p.329-360.
- NETO, José Miguel Arias. O pioneirismo: discurso político e identidade regional. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, nº 28, 1994. v.14, p.194-207.
- NETO, Vitale Joanoni. A Igreja Católica na ocupação do Noroeste do estado de Mato Grosso (1975/1995). *Territórios e fronteiras*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMS, nº 1, jan / jun, 2002. v.3, p.105-128.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. A colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945): o discurso e a história. *Fronteiras*. Revista de História. Campo Grande: UFMS, nº 2, jul / dez, 1997. v.1, p.14-25.

OLIVEIRA, Pedro A. R. Religiosidade popular na América Latina. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, fasc. 126, jun, 1972. v.32.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ORTIZ, Renato. O mercado religioso. *Comunicação do ISER*. Nº 5, set. 1983.

PEREIRA, Armando A. *No sul de Mato Grosso: vias de comunicação, veículos, tipos, termos, linguagem, costumes da fronteira, um pouco da geografia e história*. São Paulo: E.G.R.T., 1928.

POMPEU, Ercília de Oliveira. *Monografia do Município de Dourados*. Dourados, 1965. Texto Mimeografado.

PRIORE, Mary Del. Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador. *Territórios e fronteiras*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, nº 1, jan / jun, 2002. v.3, p.9-20.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. C. *As curvas do trem e os meandros do poder*. O nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908). Campo Grande: UFMS, 1997.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX. *Fronteiras*. Revista de História. Campo Grande: UFMS, nº 2, jul / dez, 1997. v.1, p.114-136.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru: EDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004.

RAMINELLI, Ronald. Compor e decompor: ensaio sobre a história em Ginzburg. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, nº 25/26, set 92 / ago 93, 1993. v.13, p.81-95.

RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas (1882-1950)*. O primeiro governo Vargas. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001. v.1.

RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas (1950-1954)*. O segundo governo Vargas. Rio de Janeiro:

Casa Jorge Editorial, 2002. v.2.

RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas* (agosto 1954). A crise e a morte do presidente. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2002. v. 3.

SANCHIS, Pierre. No mapa das religiões, há lugar para a “religiosidade”? *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: UFSC, nº 1, jan, 1982. v.1, p.11-25

SEREJO, Hélio. *Vento Brabo*. Presidente Venceslau: Requião, 1971.

SOUZA, Etiane Caloy Bovkalovski de. Os pentecostais: entre a fé e a política. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Humanitas Publicações, nº 432002. v.22, p.85-105.

SOUZA, José Carlos de. O fenômeno da migração paraguaia no século XX. *Fronteiras*. Revista de História. Campo Grande: UFMS, nº 7/9, 2000/2001. v.4/5, p.62-80.

SOUZA, Rogério Luiz de. A ação da Igreja Católica na redefinição da cultura do trabalho rural. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: UFSC, nº 1, jan, 1982. v.1, p.109-126.

TACCA, Fernando. *A imagética da Comissão Rondon*. Campinas: Papirus, 2001.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Caio N. de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, nº 47, 2004. v.24, p.13-28.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VARGAS, Getúlio. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A colonização contemporânea no Brasil e suas implicações sobre a sociedade brasileira. *Fronteiras*. Revista de História. Campo Grande: UFMS, nº 1, jan / jun, 1997. v.1, p. 75-84.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. Protestantes e católicos em Mato Grosso: relações conflitivas no início do século XX. *Fronteiras*. Revista de História. Campo Grande: UFMS, nº 11, 2002. v.6, p.133-142.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: UnB, 1980.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WERNET, Augustin. *A igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987.

ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, ano 161, jul / set, 2000. p.419-436.

E – ENTREVISTAS

1. Fitas Cassete

AMARAL, Alzira Bitencourt do. *Informações sobre a religiosidade popular e participação dos douradenses nas atividades da Igreja Católica*. Dourados, 4 de julho de 2004 (120 minutos).

AMARAL, Neuza Carvalho do. *Informações sobre a cultura local em Dourados e o contato com os religiosos e religiosas da Igreja Católica*. Dourados, 20 de novembro de 2004 (120 minutos).

FONSECA, Nadir Pires. *Informações sobre a cultura local da região fora da prática religiosa católica*. Dourados, 10 de outubro de 2004 (60 minutos).

PEDROZO, Orcírio. *Informações sobre a cultura local, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a participação masculina nas práticas religiosas da Igreja Católica*. Dourados, 05 de outubro de 2004 (120 minutos)

POMPEU, Ercília. *Informações sobre a cultura local, as práticas religiosas e a atuação feminina na Igreja Católica*. Dourados, 01 de setembro de 2004 (120 minutos).

2. Entrevistas

SÁ, Wilson Cardoso de. *Informações sobre a paróquia Imaculada Conceição e as Leis presentes no Código Canônico*. Dourados, março/julho de 2004.

RIZZARDO, D. Redovino. *Informações sobre o funcionamento da diocese de Dourados e a relação entre o bispo e as Ordens Religiosas que prestam serviços à diocese*. Dourados, setembro de 2004.

[1]Arquivo da Cúria Diocesana de Dourados, Jornal *Elo*, publicação de maio de 2005. Embora haja 78 padres, apenas 60 estão em atividade. As comunidades de Juti, Jateí, e Novo Horizonte do Sul encontram-se atendidas por padres das paróquias vizinhas.

[2]A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) compunha as seguintes regiões: Douradina, Panambi, Vila Vargas, Vila São Pedro, Indápolis, Fátima do Sul, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis e uma parte de Angélica.

[3]Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil.

[4]MARIN, Jérri Roberto. *O acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*. Assis, 2000. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.

[5]MICELI, Sérgio. *A Elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrond Brasil, 1988, p. 194.

[6]FARIAS, Damião D. *Em defesa da ordem*. Aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930 – 1945). São Paulo: Hucitec, 1998, p. 105.

[7]FARIAS, Damião Duque de, 1998.p.254.

[8]ELSING, Jorge. *Entre os rios Paraguai e Paraná – experiências e reflexões de um missionário franciscano no Mato Grosso*. Campo Grande: Loyola, 1988.

[9]BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1998.

[10]BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

[11]WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987.

[12]CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para sair da modernidade*. São Paulo: EDUSI, 2000.

[13]MARIN, Jérri Roberto, 2000.

[14]FARIAS, Damião Duque de. *Crise e renovação católica na cidade de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945?1975)*. 2002. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, p. 157-162.

[15]KNOB, Frei Pedro (OFM). *A missão franciscana do Mato Grosso*. São Paulo: Loyola, 1988.

[16]ELSING, Jorge, 1988.

[17]LEITZ, Teodardo. *Diocese de Dourados: 25 anos (1957 – 1982)*. Dourados: Diocese de Dourados, 1982.

- [18]GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História). FFLCH, Universidade de São Paulo.
- [19]CORRÊA, Valmir B. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS: 1995, p. 25 – 41.
- [20]Sobre o assunto, ver: GALETTI, Lylia, 2000.
- [21]GALETTI, Lylia, 2000, p.21.
- [22]HOBSBAWM, Eric. *Sobre história – ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 269 (tradução de Cid Knipel Moreira).
- [23]LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1951, p.16 (prefácio da segunda edição).
- [24]O termo memorialista aqui utilizado refere-se a advogados, poetas e escritores que se interessaram pela chamada História Regional, porém transformaram, ou transformam, questões sociais em “naturais”. Sobre o assunto ver: CORRÊA, Valmir. A história regional em questão. *Revista científica*. Campo Grande: UFMS, nº.2, 1994, v.1, p.52.
- [25]ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904 – 1983)*. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, p. 09.
- [26]O termo *coronelismo* vem da época regencial (1831 – 1840), onde as patentes do coronel da Guarda Nacional eram geralmente atribuídas a grandes fazendeiros. Com o tempo, todo grande proprietário de terras poderoso passou a ser chamado de coronel.
- [27]CORRÊA, Valmir, 1995, p. 31.
- [28]GALETTI, Lylia, 2000, p. 251 – 254.
- [29]ZORZATO, Osvaldo, 1998, p.17.
- [30]QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918 – 1956)*. 1999. Tese (Doutorado